

GOVERNO DO ESTADO
DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria da Educação



DIRETRIZES DA AÇÃO PSICOSSOCIAL E ORIENTAÇÃO INTERATIVA ESCOLAR

HISTÓRIA, METODOLOGIA
E PRÁTICAS NA EDUCAÇÃO

apsie
AÇÃO PSICOSSOCIAL
E ORIENTAÇÃO
INTERATIVA ESCOLAR

Organizadoras

Izabela Pinheiro Campos

Mislene Santos de Souza Moraes

Priscila Maria do Nascimento Soares





GOVERNO DO ESTADO
DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria da Educação

DIRETRIZES DA AÇÃO PSICOSSOCIAL E ORIENTAÇÃO INTERATIVA ESCOLAR

HISTÓRIA, METODOLOGIA
E PRÁTICAS NA EDUCAÇÃO

Organizadoras

Izabela Pinheiro Campos
Mislene Santos de Souza Moraes
Priscila Maria do Nascimento Soares

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Diretrizes da ação psicossocial e orientação
interativa escolar história, metodologia e
práticas na educação / organizadoras Priscila
Maria do Nascimento Soares, Mislene Santos de
Souza Moraes, Izabela Pinheiro Campos. --
1. ed. -- Vitória, ES : Ed. dos Autores, 2024.

Vários autores.

Bibliografia.

ISBN 978-65-01-26882-8

1. Assistência social 2. Educação - Aspectos
sociais 3. Psicologia escolar - Prática 4. Serviço
social I. Soares, Priscila Maria do Nascimento.
II. Moraes, Mislene Santos de Souza. III. Campos,
Izabela Pinheiro.

24-244189

CDD-370.19

Índices para catálogo sistemático:

1. Educação : Aspectos sociais 370.19

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129



**DIRETRIZES DA AÇÃO PSICOSSOCIAL E ORIENTAÇÃO INTERATIVA
ESCOLAR: HISTÓRIA, METODOLOGIA E PRÁTICAS NA EDUCAÇÃO**

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Governador José Renato Casagrande

Vice-governador Ricardo de Rezende Ferraço

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO ESPÍRITO SANTO

Secretário Vitor Amorim de Angelo

SUBSECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Subsecretário Josivaldo Barreto de Andrade

SUBSECRETARIA DE ESTADO DE ARTICULAÇÃO EDUCACIONAL

Subsecretária Darcila Aparecida da Silva Castro

**SUBSECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E
PROFISSIONAL**

Subsecretária Andréa Guzzo Pereira

SUBSECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO

Subsecretário Marcelo Lema Del Rio Martins

SUBSECRETARIA DE ESTADO DE SUPORTE À EDUCAÇÃO

Subsecretário André Melotti Rocha

**GERÊNCIA DE AÇÃO PSICOSSOCIAL E ORIENTAÇÃO
INTERATIVA ESCOLAR**

Gerente Priscila Maria do Nascimento Soares



Espírito Santo 2025

ORGANIZADORES

Izabela Pinheiro Campos
Priscila Maria do Nascimento Soares
Mislene Santos de Souza Moraes

AUTORES DO CAPÍTULO 1

Izabela Pinheiro Campos

AUTORES CAPÍTULO 2

Izabela Pinheiro Campos

AUTORES CAPÍTULO 3

Erika Martins Senna Britto
Felipe do Carmo Menegone
Sandra Katia dos Santos

AUTORES DO CAPÍTULO 4

Erika Martins Senna Britto
Felipe do Carmo Menegone
Izabela Pinheiro Campos

AUTORES DO CAPÍTULO 5

Felipe do Carmo Menegone
Priscila Maria do Nascimento Soares

AUTORES DO CAPÍTULO 6

Amanda Stafanato Verediano
Felipe do Carmo Menegone

GT G-APOIE: REVISÃO DE CONTEÚDO

Amanda Stafanato Verediano
Erika Martins Senna Britto
Felipe do Carmo Menegone
Izabela Pinheiro Campos
Mislene Santos de Souza Moraes
Priscila Maria do Nascimento Soares
Sandra Katia dos Santos

REVISÃO ORTOGRÁFICA

Bianca Silva Santana
Carolina Laura de Almeida

COORDENAÇÃO DE ARTE

Lara Leal Souza Pimentel

DESIGN E DIAGRAMAÇÃO

Estúdio Arandú

APOIO

Instituto Península
Instituto Unibanco

PRODUZIDO POR:

Gerência de Ação Psicossocial Orientação
Interativa Escolar (G-APOIE)

EXPEDIENTE G-APOIE

Priscila Maria Do Nascimento Soares

Gerente - Psicóloga

Mislene Santos De Souza Moraes

Subgerente – Assistente Social

Adriele De Souza Rodrigues

Apoio Administrativo

Amanda Sardinha De Souza

Técnica - Psicóloga

Amanda Stafanato Verediano

Técnica – Psicóloga

Erika Martins Senna Britto

Técnica – Assistente Social

Felipe Do Carmo Menegone

Técnico - Psicólogo

Izabela Pinheiro Campos

Técnica - Psicóloga

Lara Leal Souza Pimentel

Técnica - Psicóloga

Raquel De Assis Schimid

Técnica - Assistente Social

Shirley Silva Martiniano Barbosa

Técnica - Psicóloga

Sânia Bozzi Kumaira

Técnica - Assistente Social

LISTA DE SIGLAS

ABRAPEE – Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional

AEE – Atendimento Educacional Especializado

APOIE – Ação Psicossocial e Orientação Interativa Escolar

APOIE-SRE – Equipe APOIE localizada na Superintendência Regional de Educação

APOIE-ESCOLA – Equipe APOIE localizada nas unidades escolares da rede pública estadual capixaba

APNPs – Atividades Pedagógicas Não Presenciais

BNCC – Base Nacional Comum Curricular

CAPS – Centros de Atenção Psicossocial

CEAS – Conselho Estadual de Assistência Social

CEFOPE – Centro de Formação de Profissionais da Educação do Espírito Santo

CELGBT+ES – Conselho Estadual para a Promoção da Cidadania e dos Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais

CFESS – Conselho Federal de Serviço Social

CFP – Conselho Federal de Psicologia

CIAMOPPOP/ES – Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Estadual para a População em Situação de Rua

CIPE – Companhia Independente de Polícia Escolar

CNV – Comunicação Não-Violenta

CRAS – Centros de Referência de Assistência Social

CREAS – Centros de Referência Especializados de Assistência Social

CRESS – Conselho Regional de Serviço Social (17º região)

CREPOP – Centro de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas

CRJ – Centro de Referência da Juventude

CRP – Conselho Regional de Psicologia (16º região)

EJA – Educação de Jovens e Adultos

ELPPI – Escritório Local de Projetos, Processos e Inovação

FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação

G-ABAE – Gerência de Políticas de Apoio à Permanência e Busca Ativa Escolar

G-APOIE – Gerência da Ação Psicossocial e Orientação Interativa Escolar

GEA – Gerência de Avaliação

GEACIQ – Gerência de Educação Antirracista, do Campo, Indígena e Quilombola

GECEB – Gerência de Currículo da Educação Básica

GEI – Gerência de Estatística e Informação

GEEJA – Gerência da Educação de Jovens e Adultos

GENPRO – Gerência de Normas e Procedimentos

GEPEM – Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Moral

GEPESS – Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Serviço Social na Educação

GEPLAN – Gerência de Planejamento

GGE – Gerência de Gestão Escolar

JPP – Jornada de Planejamento Pedagógico

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

LGBTI+ – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Inter-sexo e outras

LGPD – Lei Geral de Proteção de Dados

MPES – Ministério Público do Espírito Santo

NEAPIEs – Núcleos Estaduais de Apoio Pedagógico à Inclusão Escolar

ONGs – Organizações Não-Governamentais

ONU – Organização das Nações Unidas

OSCs – Organizações da Sociedade Civil

PAIE – Projeto Agente de Integração Escolar

PCA – Professor Coordenador de Área

PEE-ES – Plano Estadual de Educação Espírito Santo

PFA – Programa de Fortalecimento da Aprendizagem

PNE – Plano Nacional de Educação

PPCAAM – Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte

PRODEST – Instituto de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do Espírito Santo

PSE – Programa Sucesso Escolar

PSE – Programa Saúde na Escola

SEDH – Secretaria de Estado de Direitos Humanos

SESM – Secretaria Estadual das Mulheres

SEDU – Secretaria de Estado da Educação do Espírito Santo

SEPLA – Subsecretaria de Estado de Planejamento e Avaliação

SESA – Secretaria de Estado da Saúde do Espírito Santo

SGDCA – Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente

SRE – Superintendência Regional de Educação

SUPET – Subgerência de Pessoal Transitório

UBS – Unidades Básicas de Saúde

UFES – Universidade Federal do Espírito Santo

UNDIME – União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SOBRE O MATERIAL

É com grande satisfação que apresentamos as **DIRETRIZES DA AÇÃO PSICOSSOCIAL E ORIENTAÇÃO INTERATIVA ESCOLAR: HISTÓRIA, METODOLOGIA E PRÁTICAS NA EDUCAÇÃO**.

A atuação da APOIE, tem se mostrado uma iniciativa fundamental para fortalecer o cuidado integral na educação, alinhando ações psicossociais e pedagógicas às necessidades concretas das comunidades escolares. Em um contexto em que as demandas de suporte emocional, bem-estar e convivência escolar se tornam cada vez mais evidentes, a importância de um direcionamento claro e consistente é essencial para potencializar os resultados dessa política.

Este documento não apenas define as bases conceituais e os objetivos estratégicos da APOIE, mas também detalha ferramentas e orientações para o trabalho nas escolas e nas equipes técnicas, garantindo que cada profissional envolvido tenha as instruções para desempenhar seu papel com excelência.

Reafirmamos, assim, o compromisso da Secretaria de Estado da Educação em apoiar e promover ações integradas, pautadas pela escuta ativa, pelo diálogo e pela valorização da diversidade, com o objetivo de transformar as escolas em espaços de pertencimento e segurança.

Convidamos todos os profissionais da educação a abraçar este material como uma referência para o planejamento e execução de suas atividades, contribuindo para o fortalecimento do papel da escola como agente de transformação social.

Vitor Amorim de Angelo

Secretário de Estado da Educação do Espírito Santo

Marcelo Lema Del Rio Martins

Subsecretário de Estado de Planejamento e Avaliação

APRESENTAÇÃO

"A coisa não está nem na partida nem na chegada. Está é na travessia..."

(João Guimarães Rosa)

A você, leitor, que está prestes a conhecer a **história, metodologia e práticas da APOIE**, peço **atenção** a alguns aspectos sobre esta obra:

Nela você encontrará **caminhos possíveis**, que, para alcançar destinos desejáveis, precisam do envolvimento de muitas pessoas e da construção de **conexão** entre elas.

Esta política pública é singular, direcionada a **escuta ativa** e a elaboração de **estratégias coletivas** que acompanhem a dinâmica do seu campo de intervenção. **Nada está dado, muito está em movimento.**

Conhecer a realidade de cada unidade escolar é exercício constante dos assistentes sociais e psicólogos da educação, que buscam diariamente fazer do **psicossocial** verdadeiramente parte do **pedagógico**.

Nossa prática tem constructos referenciados na produção de diversos autores que inspiram assistentes sociais e psicólogos há décadas acerca da atuação no campo escolar. O fazer dialético das equipes APOIE propõe ainda a constante produção de novos saberes.

Comprometidos com a construção de uma educação integral, a **APOIE contribui para que os 4 pilares da educação: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver e a aprender a ser¹**, se desenvolvam com **equidade** e **protagonismo da comunidade escolar**.

¹ Os 4 pilares da educação mencionados fazem referência ao documento *Educação: um tesouro a descobrir* (Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI) de Julho de 2010. A Comissão Internacional sobre a Educação para o Século XXI foi criada em 1993, em parceria com a UNESCO, com o objetivo comum de promover ações para o desenvolvimento de uma educação de qualidade. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000109590_por/PDF/109590por.pdf.multi>. Acesso em: 26 de dez. de 2024.

A publicação destas diretrizes visa contribuir com a **consolidação** deste trabalho que se fortalece diariamente por meio dos estudantes, professores, gestores escolares, familiares e responsáveis que validam a importância dos saberes da psicologia e serviço social aplicados à educação.

Desejamos inspirar outros profissionais que defendem a educação democrática e integral, e ampliarmos as possibilidades de parceria, e aqui aproveito para agradecer o Instituto Península e Instituto Unibanco que colaboraram para que este documento fosse produzido e publicado.

Chego ao fim desta carta de apresentação como a iniciei, destacando que a **APOIE é um trabalho de muitas mãos, mentes, olhares, corações e conexões**. Proponho a vir conosco ao longo dessa história que, em constante construção, não tem ponto final...

Priscila Maria do Nascimento Soares

Gerente da Ação Psicossocial Orientação Interativa Escolar

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO 1- CONHECENDO A APOIE	19
1.1 Quem somos	19
1.2 Objetivos da APOIE	22
1.3 Atribuições das equipes APOIE	24
1.3.1 G-APOIE	26
1.3.2 APOIE-SRE	29
1.3.3 APOIE-ESCOLA	31
Referências	33
CAPÍTULO 2 - HISTÓRICO INSTITUCIONAL DA APOIE	37
2.1 Criação da APOIE	40
2.2 Os impactos da pandemia na educação	42
2.3 A primeira expansão	46
2.4 A consolidação	48
2.5 A segunda expansão	50
2.6 Promovendo integração	53
Referências	57

CAPÍTULO 3 - FUNDAMENTOS TÉCNICOS: PSICOLOGIA E SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO	61
3.1 Caminhos históricos do serviço social na política de educação	63
3.1.1 O serviço social, a questão social na educação	65
3.1.2 A inserção sócio-ocupacional do assistente social na política de educação	68
3.1.3 Subsídios para atuação do profissional de serviço social na educação	71
3.2 Atuação do psicólogo na educação	74
3.2.1 Historicidade e percurso da psicologia na educação	74
3.2.2 Ciência e profissão: a psicologia escolar e educacional	77
3.2.3 A APOIE: psicologia e interdisciplinaridade para uma educação integral	79
Referências	82

CAPÍTULO 4 - METODOLOGIA DE ATUAÇÃO **87**

4.1 Psicossocial: conceituação e perspectivas de atuação 89

4.2 Os eixos metodológicos de atuação da APOIE 91

4.2.1 Eixo “prevenção e diálogos” 93

4.2.2 Eixo “apoio, acolhimento e orientações” 94

4.3 Estruturando ações coletivas: abordagens metodológicas e práticas 96

4.4 Fóruns de diálogos: metodologia dialógica para construções coletivas 98

4.5 Plano de atuação APOIE: estratégias e metodologia histórico-crítica 101

4.5.1 Objetivos e construção do plano de atuação 102

4.5.2 Estrutura e sistematização do plano de atuação 105

4.6 Indicadores APOIE: instrumentos, registros e análise de dados 110

Referências 112

CAPÍTULOS 5 - INTERFACES, PARCERIAS E ARTICULAÇÕES **115**

5.1 Interfaces educacionais 116

5.2 Intersetorialidade 124

Referências 130

CAPÍTULO 6 - ALCANÇANDO RESULTADOS: DESTAQUES E CONQUISTAS DA APOIE	135
6.1 Indicadores das ações da APOIE	135
6.1.1 Demandas individuais	138
6.1.2 Ações coletivas	142
6.1.3 Fóruns de diálogos	146
6.2 Formações	148
6.3 Publicações	159
6.3.1 Distantes, mas presentes: práticas que aproximam	159
6.3.2 Descomplica: conhecendo a organização do trabalho da APOIE	160
6.4 Formação “Acolhimento e bem-estar em sala de aula”: uma parceria SEDU e VIVESCER	161
6.4.1 Formação inicial G-APOIE, CEFOPE e VIVESCER para os técnicos de referência das SREs	163
6.4.2 Multiplicação: técnicos de referência das SREs para equipes escolares	167
6.4.3 Práticas multiplicadoras de acolhimento: equipes escolares para unidades escolares	170
Referências	183

INTRODUÇÃO

Esta publicação foi elaborada pela Gerência de Ação Psicossocial e Orientação Interativa Escolar (G-APOIE) com o objetivo de consolidar os processos de trabalho de assistentes sociais e psicólogos na educação, desenvolvidos pela Secretaria de Estado da Educação do Espírito Santo (SEDU) entre 2019 e 2024. Além disso, visa orientar as práticas da Ação Psicossocial e Orientação Interativa Escolar (APOIE), garantindo a continuidade das ações psicossociais nas unidades escolares.

O documento “**Diretrizes da Ação Psicossocial e Orientação Interativa Escolar: História, metodologia e práticas na Educação**” apresenta, em uma perspectiva crítica, os eixos norteadores que guiam a atuação psicossocial do assistente social e psicólogo na rede estadual de educação capixaba. A atuação crítica na área requer o conhecimento e a análise das políticas públicas em educação, demarcadas pelo compromisso ético-estético-político¹ com a práticas educacionais, em consonância com a garantia de direitos e do enfrentamento às injustiças sociais, e na defesa intransigente da educação para todos.

Assim, no primeiro capítulo, “**Conhecendo a APOIE**”, apresentamos a Ação Psicossocial e Orientação Interativa Escolar, os objetivos do trabalho para a rede pública de educação capixaba e as atribuições das equipes que a compõe, através da interação colaborativa e coordenada entre as instâncias, Unidade Central, Superintendência Regional de Educação e Unidade Escolar, considerando as legislações vigentes, os decretos e portarias.

No segundo capítulo, “**Histórico Institucional da APOIE**”, apresentamos a trajetória da Ação Psicossocial e Orientação Interativa Escolar por meio da

¹ O paradigma ético-estético-político é proveniente da filosofia da diferença e do pós-estruturalismo. No qual o ético refere-se aos modos contingentes e situados de ser e habitar o mundo, o estético enquanto a dimensão produtiva que dá existência a formas de viver e o político relaciona-se ao campo de lutas e forças. Conduzindo a uma atuação em defesa da vida, criação de condições para o exercício do pensar, engendramento de novas perguntas sobre as condições histórico-sociais, as circunstâncias e às práticas escolares cotidianas, possibilitando uma atuação psicossocial interessada na produção de potencialidades.

retomada de marcos institucionais no recorte temporal entre 2019 e 2024. Destacando o surgimento da APOIE, a implementação dos profissionais assistentes sociais e psicólogos na SEDU amparados pela Lei nº 13.935/2019, sua consolidação e expansão da atuação na rede estadual de educação capixaba.

Na sequência, o terceiro capítulo "**Fundamentos Técnicos: Psicologia e Serviço Social na Educação**" aborda os marcos legais da Psicologia e do Serviço Social na Educação, além de discutir as apostas éticas e fundamentos técnicos para a atuação de assistentes sociais e psicólogos na política de educação. O objetivo é ampliar o entendimento sobre a atenção psicossocial no ambiente escolar e promover a conscientização sobre a importância e as possibilidades da atuação psicossocial integral na comunidade escolar.

O capítulo seguinte, denominado "**Metodologia da APOIE**", descreve os eixos metodológicos para atuação da APOIE. Estes eixos, denominados "Prevenção e Diálogos" e "Apoio, acolhimento e orientações" foram constituídos para o desenvolvimento de ações de promoção, prevenção e intervenção psicossocial nas escolas da Rede Pública Estadual de Ensino do Espírito Santo.

O quinto capítulo, "**Interfaces, parcerias e articulações**" aborda o trabalho da APOIE na promoção de integração e articulação entre os setores da educação, saúde, assistência social e outras instâncias da rede intersetorial. Além disso, discute temáticas transversais de mitigação da violência escolar, destacando as possibilidades de atuação da APOIE, em convergência com as demais políticas públicas de garantias de direitos.

No sexto e último capítulo, "**Alcançando resultados: destaques e conquistas da APOIE**" são apresentadas as principais entregas da APOIE durante o período de 2019 a 2024. Esses resultados contribuíram significativamente para a Rede Estadual de Educação do Espírito Santo, através do desenvolvimento de diversas ações psicossociais, formações e publicações.

Neste capítulo, ressaltamos também o trabalho realizado em parceria com a VIVESCER, uma plataforma de formação de professores desenvolvida a partir de uma iniciativa do Instituto Península. Esta organização social se dedica a aprimorar a formação de profissionais da educação, reconhecendo que esses profissionais são fundamentais para a garantia de uma educação pública de qualidade. A colaboração com a VIVESCER permitiu a implementação de momentos formativos e outras iniciativas que fortaleceram as competências dos educadores, promovendo uma melhoria significativa na prática pedagógica e nos resultados educacionais.

Portanto, estas diretrizes trazem a dimensão histórica, metodológica e prática da APOIE, na perspectiva de promover diálogos na Rede Pública Estadual de Ensino do Espírito Santo, na aposta pela melhoria contínua da educação do Estado e na realização de um trabalho psicossocial eticamente referenciado.

A APOIE é proeminentemente construída e executada coletivamente, por meio dos esforços das equipes e impulsionada através das articulações com parceiros na SEDU e em setores externos. Os membros da comissão responsável pela elaboração deste caderno expressam sua gratidão a todos os envolvidos no exercício cotidiano do trabalho da APOIE, especialmente aos seus profissionais.

Almejamos que esta publicação seja um instrumento de orientação e qualificação da atuação da APOIE, auxiliando os profissionais da rede estadual de educação capixaba na compreensão da interseccionalidade entre os campos da educação, psicologia e serviço social.

Izabela Pinheiro Campos

*Psicóloga e Técnica G-APOIE
Organizadora das Diretrizes*

An abstract graphic featuring two blue hands reaching towards each other. The hands are stylized with white lines for fingers. Surrounding the hands are several thick, colorful swirling lines in shades of blue, pink, green, red, and orange. The background is a light cream color.

Capítulo 1

CONHECENDO A APOIE

1.1 QUEM SOMOS

A **Secretaria de Estado da Educação do Espírito Santo (SEDU)** é o órgão responsável pela formulação e implementação das políticas públicas estaduais capixabas que garantem ao cidadão o direito à educação básica e profissional técnica, em seus diversos níveis, etapas e modalidades.

A **Rede Pública Estadual de Ensino, atualmente, possui 11 Superintendências Regionais de Educação (SREs)** e é responsável pela gestão de 386 unidades escolares (ESPÍRITO SANTO, 2024). Essa rede atende a aproximadamente 210 mil estudantes matriculados e conta com mais de 20 mil profissionais ativos (ESPÍRITO SANTO, 2024). Na estrutura da SEDU, além do Secretário de Educação, as subsecretarias que oferecem suporte à rede são: Educação Básica e Profissional, Planejamento e Avaliação, Administração e Finanças, Articulação Educacional e Suporte à Educação (SEDU, 2024).

A **Ação Psicossocial e Orientação Interativa Escolar (APOIE)** foi instituída em novembro de 2019, por meio da Portaria Nº 108-R¹, na SEDU. Em 2023, a abrangência de suas ações na rede pública de educação estadual foi expandida. Nesse contexto, o Decreto Nº 5971-R, de 18 de abril de 2023, instituiu a Gerência de Ação Psicossocial e Orientação Interativa Escolar (G-APOIE) na SEDU, vinculada programaticamente à Subsecretaria de Planejamento e Avaliação (SEPLA). Posteriormente, a Portaria Nº 111-R², de 02 de maio de 2023, definiu as competências da G-APOIE e as atribuições das equipes APOIE no âmbito da rede escolar pública estadual.

¹ Portaria Nº 108-R, de 08 de novembro de 2019, revogada pela Portaria Nº 111-R, de 02 de maio de 2023.

² Portaria Nº 111-R, de 02 de maio de 2023, revogada pela Portaria Nº 234-R, de 16 de setembro de 2024.

Diante dos extensos avanços e aprimoramento do trabalho da APOIE, a Portaria Nº 234-R, de 16 de setembro de 2024, estabeleceu e regulamentou a estrutura metodológica e as atribuições do trabalho dos Assistentes sociais e Psicólogos nas equipes APOIE no âmbito da Rede Pública Estadual de Ensino do Espírito Santo, estando em vigor na data de publicação destas Diretrizes de Atuação.

A SEDU tem como missão assegurar o direito à educação integral, promovendo o acesso, a permanência e a aprendizagem com sucesso escolar e inclusão. Seus valores incluem gestão democrática, equidade, cultura da paz, inovação e integridade. Visando ser reconhecida como referência nacional na educação pública, a SEDU, por meio da APOIE, alinha suas ações à sua missão, valores e visão, focando na abordagem das questões psicossociais que permeiam o cotidiano escolar.

No planejamento estratégico, realizado pela SEDU, para o período de 2023-2026, foi traçado um mapa estratégico que serve como documento norteador das ações da Secretaria e constitui uma ferramenta fundamental em momentos de tomadas de decisões (ESPÍRITO SANTO, 2023). Dentre as metas estabelecidas, os objetivos finalísticos se relacionam às atividades-fim da Secretaria, beneficiando diretamente os estudantes, atendendo às expectativas dos cidadãos e contribuindo para a criação de valor para a organização. No que se refere aos objetivos finalísticos, a APOIE possui interface direta com os seguintes:

Fortalecer e desenvolver políticas voltadas à promoção da equidade e da inclusão, com foco em raça e gênero, mitigando as desigualdades educacionais (ESPÍRITO SANTO, 2023). Fortalecer a educação integral possibilitando o desenvolvimento dos estudantes em suas dimensões intelectual, social, emocional, física, cultural e política, promovendo a cultura de paz (ESPÍRITO SANTO, 2023).

Vale ressaltar que o planejamento estratégico é elaborado observando os principais marcos legais da educação, como o Plano Nacional de Educação (PNE), instituído pela Lei nº 13.005/2014, o Plano Estadual de Educação do

Espírito Santo (PEE-ES), conforme previsto na Lei nº 10.382/2015, vigente para o período de 2015 a 2025, e o Programa de Governo 2023-2026 “Novas Ideias para Novos Desafios” (ESPÍRITO SANTO, 2023).

Considerando o papel social da educação brasileira e a importância do desenvolvimento socioemocional dos estudantes, que contribui significativamente para a melhoria dos resultados de ensino-aprendizagem, **a atuação da APOIE é embasada nos termos da Lei Nº 13.935, de 11 de dezembro de 2019, que dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica.** Além disso, está amparada na Lei Nº 14.819, de 16 de janeiro de 2024, que institui a Política Nacional de Atenção Psicossocial nas Comunidades Escolares, e na Lei Nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB).

Portanto, a **APOIE é constituída por profissionais da psicologia e do serviço social**, tendo como **público-foco, no âmbito da sua atuação, as escolas da Rede Pública Estadual de Ensino Fundamental e Médio.** Seu propósito é contribuir para o desenvolvimento intelectual, emocional e social dos estudantes matriculados nas escolas da rede estadual de ensino do Espírito Santo. Paralelamente, a APOIE promove e fomenta a construção de estratégias em parceria com as instituições de ensino e demais membros da comunidade escolar, a fim de fortalecer e colaborar com o bem-estar, o desenvolvimento e a integração no contexto educacional.

Em seus pilares, a APOIE atua nas unidades escolares prestando apoio e orientação no acolhimento de demandas relacionadas aos aspectos psicossociais das e dos estudantes, considerando as nuances sociais e subjetivas de cada caso. Além disso, promove articulações contínuas com outros órgãos e entidades voltados para a proteção, promoção e garantia de direitos.

O compromisso ético-político deste trabalho engaja-se na luta pela efetivação de políticas públicas pactuadas com o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente, projetando uma sociedade mais justa e igualitária.

Destacamos que o trabalho executado é resultado de um amplo processo de práticas coletivas na política de educação. Esse trabalho é fundamentado no cotidiano das experiências escolares, na interlocução com outras políticas públicas e na possibilidade de diálogo entre os campos do serviço social, da psicologia e da educação.

1.2 OBJETIVOS DA APOIE

Com o enfoque no fortalecimento das ações psicossociais nas instituições de ensino da rede pública estadual de educação capixaba, o objetivo do trabalho é definido a fim de servir como base para o planejamento das ações da APOIE, nortear os eixos de atuação, os instrumentos, documentos e fluxos institucionais de trabalho.

OBJETIVO GERAL

A APOIE tem como objetivo geral a promoção de ações no âmbito das demandas psicossociais presentes no cotidiano escolar, visando contribuir para o desenvolvimento intelectual, emocional e social dos estudantes das escolas da Rede Pública Estadual de Ensino do Espírito Santo. Além disso, busca fomentar, junto às escolas, a construção de estratégias que colaborem com o bem-estar, o desenvolvimento e a integração da comunidade escolar com a sociedade.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

A APOIE busca fortalecer, em parceria com as escolas da Rede Pública Estadual de Ensino, a elaboração de estratégias que promovam o bem-estar, o progresso acadêmico e a integração de estudantes com as unidades escolares e com a sociedade. Sendo assim, a APOIE possui os seguintes objetivos específicos para subsidiar o alcance de seu objetivo geral:

1. Contribuir na identificação das questões psicossociais que impactam os estudantes e a comunidade escolar;
2. Contribuir com a rede estadual de educação capixaba no que tange ao fortalecimento do acolhimento e encaminhamentos das demandas psicossociais identificadas nas unidades escolares;
3. Promover, em conjunto com as unidades escolares, ações de prevenção e intervenção nas escolas da rede estadual, visando contribuir para a melhoria da saúde mental e garantia de direitos fundamentais;
4. Mapear, articular e fortalecer parcerias com a rede de serviços de proteção, promoção e garantia de direitos, e demais instâncias;
5. Contribuir para a construção de políticas públicas voltadas para a educação que considerem os aspectos emocionais, comportamentais, históricos e sociais dos estudantes;
6. Contribuir com relações escolares democráticas que enfrentam os processos de medicalização, patologização e judicialização da vida dos estudantes;
7. Integrar os saberes da psicologia e do serviço social às práticas pedagógicas vigentes, contribuindo com os demais objetivos estratégicos da Secretaria de Estado de Educação do Espírito Santo, e colaborando com o acesso e permanência estudantil, para uma educação integral, inclusiva e de qualidade.

1.3 ATRIBUIÇÕES DAS EQUIPES APOIE

No organograma institucional da Secretaria, as equipes APOIE estão localizadas na SEDU Central, nas SREs e nas unidades escolares, sendo nomeadas conforme suas instâncias de vinculação. Sendo assim, a Gerência de Ação Psicossocial e Orientação Interativa (G-APOIE) está localizada na SEDU Central, as equipes APOIE-SRE estão localizadas nas Superintendências Regionais de Educação (SREs), e as equipes APOIE-ESCOLA estão localizadas nas unidades escolares da rede estadual de ensino capixaba.

As equipes APOIE são compostas por profissionais das categorias de psicologia e serviço social, atuando de forma multiprofissional. A atuação multiprofissional é entendida como o trabalho realizado em parceria entre profissionais com experiências e habilidades complementares, que compartilham objetivos, planejamento e execução das ações. Esse trabalho é caracterizado pela colaboração interdependente, comunicação aberta e tomada de decisão compartilhada.

A atuação das equipes APOIE - G-APOIE, APOIE-SRE e APOIE-ESCOLA - mantém conexões diretas entre si, buscando garantir uma abordagem coordenada, cooperativa, colaborativa e eficaz das demandas psicossociais no contexto escolar.

A **G-APOIE** coordena tecnicamente, orienta, desenvolve, acompanha e monitora as atividades das equipes APOIE. Sendo assim, a equipe G-APOIE é responsável pela gestão geral da política pública, referenciamento técnico e acompanhamento das ações da APOIE. A G-APOIE atua em interface aos projetos e programas da Secretaria de Estado da Educação, e realiza articulações com os demais órgãos e instâncias públicas e privadas a nível estadual naquilo que compete às demandas psicossocial na política de educação.

A **APOIE-SRE** é responsável por realizar ações regionalizadas em parceria com os municípios de domínio da sua Superintendência Regional de Educação (SRE). Desempenha práticas de integração com os demais setores da SRE, incorporando as perspectivas pedagógica e psicossocial. A APOIE-SRE atua como referência técnica para as equipes APOIE-ESCOLA, contribuindo com suporte e acompanhamento às unidades escolares, além de articular com o Sistema de Garantia de Direitos a nível regional.

As equipes **APOIE-ESCOLA** fazem parte da equipe técnico-pedagógica das unidades escolares, promovendo ações psicossociais no ambiente escolar e fortalecendo as práticas pedagógicas. Elas desenvolvem e implementam estratégias que visam o bem-estar emocional e social das e dos estudantes, além de fomentar a integração entre a escola e a rede de proteção e promoção dos direitos da criança e da e do adolescente. As equipes também contribuem na articulação com as famílias e a comunidade escolar, realizando intervenções alinhadas com as diretrizes técnicas e éticas da APOIE. Além disso, desempenham papel essencial na criação de um ambiente escolar mais inclusivo e democrático, contribuindo para a formação integral dos estudantes.

A atuação das equipes APOIE em três instâncias visa assegurar a excelência e a adequação dos serviços prestados, dentro do escopo institucional e metodológico da APOIE integrada à SEDU, às legislações nacionais e estaduais que regulamentam a política de educação e às competências éticas e técnicas definidas pelos Conselhos Federais e Regionais de Psicologia e Serviço Social.

Considerando que a atuação dos profissionais da APOIE consiste na prática de assistentes sociais e psicólogos na política de educação, suas atribuições não contemplam atuação na perspectiva da área clínica ou com foco em tratamento de saúde. Isso abrange a realização de avaliação psicológica para elaboração de psicodiagnóstico, laudo ou atestado psicológico, execução de avaliação psicopedagógica, concessão de benefícios, atuação em processos de gestão de pessoas em substituição às atribuições dos gestores das regionais e unidades escolares, apuração de demandas para fins administrativos e/ou judiciais, elaboração de laudos e/ou pareceres sociais, realização de estudos socioeconômicos com a comunidade escolar para fins de concessão de benefícios, e outras atividades correlatas que extrapolam a competência de atuação dos assistentes sociais e psicólogos na política de educação.

Em relação às atribuições, compete à equipe³:

1.3.1 G-APOIE

- a.** elaborar, revisar e atualizar as diretrizes de atuação de assistentes sociais e psicólogos da rede pública estadual de ensino do Espírito Santo;
- b.** realizar atividades previstas nas diretrizes de atuação da APOIE, observando os documentos de referências definidos pelos Conselhos Federais e Regionais de Psicologia e Serviço Social;
- c.** coordenar, subsidiar e orientar a atuação das equipes APOIE;
- d.** realizar reuniões de monitoramento e acompanhamento das ações desenvolvidas pelas equipes APOIE;
- e.** planejar e promover encontros estaduais e regionais das equipes APOIE;

³ Texto dado pela Portaria Nº 234-R, de 16 de setembro de 2024, em vigor.

- f.** garantir que as equipes APOIE realizem o registro dos atendimentos e ações executadas, bem como mantenham a base de dados de registros atualizada;
- g.** sistematizar os dados visando a geração de indicadores para acompanhar a eficácia da política pública, permitindo avaliar a situação atual e alertar sobre possíveis desafios ou necessidades de ajustes das ações;
- h.** elaborar relatórios externos, manifestações técnicas, quando solicitados, à G-APOIE;
- i.** auxiliar as equipes APOIE na elaboração de documentos em resposta às demandas de outros setores do Poder Público, observando os princípios éticos, de sigilo e da transparência;
- j.** desenvolver formulários e protocolos para orientar as escolas no acolhimento e encaminhamento de demandas psicossociais;
- k.** realizar supervisão técnica e assessoramento das ações das equipes APOIE, incluindo a identificação de demandas alinhadas com a proposta de atuação da APOIE;
- l.** articular, junto ao Centro de Formação de Profissionais da Educação - Cefope, formações destinadas aos profissionais da educação, que abordem temáticas relacionadas às questões psíquicas e sociais que emergem no ambiente escolar;
- m.** articular e orientar as equipes APOIE em ações que promovam a convivência democrática e o respeito à diversidade;
- n.** observar, respeitar e orientar as equipes APOIE sobre as referências técnicas e demais documentos definidos pelos Conselhos Federais e Regionais de Psicologia e Serviço Social, atuando de acordo com as condutas éticas estabelecidas;

- o.** pactuar, avaliar e gerenciar convênios de parcerias com instituições externas;
- p.** promover e participar de ações e reuniões intersetoriais com outras secretarias do Poder Público, com a sociedade civil e com outros setores da SEDU;
- q.** avaliar e contribuir na construção de políticas públicas voltadas para a educação, que considerem os aspectos emocionais, comportamentais, históricos e sociais dos estudantes;
- r.** aprimorar a definição dos eixos “Prevenção e Diálogos” e “Apoio, acolhimento e orientações”, previstos nas Diretrizes de Atuação das equipes APOIE, podendo elaborar novos eixos a partir do contexto escolar, em observância à perspectiva de educação integral;
- s.** acompanhar a atuação das equipes APOIE em conformidade com os eixos definidos pela G-APOIE;
- t.** dialogar com a gestão da SRE quando for verificada a inobservância das orientações técnicas por parte do técnico APOIE-SRE, pactuando propostas de intervenção junto ao profissional observando as orientações das diretrizes de atuação da APOIE;
- u.** participar da etapa de entrevistas do processo seletivo de profissionais para atuação nas equipes de ação psicossocial e orientação interativa escolar;
- v.** elaborar e executar momentos formativos para os técnicos que atuam na G-APOIE, APOIE-SRE e APOIE-ESCOLA;
- w.** exercer, no âmbito de sua competência, outras responsabilidades que lhe forem conferidas.

1.3.2 APOIE-SRE

- a. realizar atividades previstas nas Diretrizes de Atuação da APOIE, observando as orientações da G-APOIE, e documentos de referência definidos pelos Conselhos Federais e Regionais de Psicologia e Serviço Social;
- b. respeitar o sigilo e as condutas éticas estabelecidas nos códigos de ética dos Conselhos Federais e Regionais de Psicologia e Serviço Social;
- c. atuar como referência técnica das equipes APOIE-ESCOLA, visando apresentar, acompanhar, orientar e subsidiar os técnicos, no uso dos instrumentos e diretrizes de atuação da APOIE;
- d. realizar reuniões periódicas de alinhamento com as equipes APOIE-ESCOLA dos municípios sob jurisdição de sua SRE de atuação;
- e. acompanhar as ações dos técnicos das equipes APOIE-ESCOLA, colaborando no planejamento e realizando suporte na construção e execução das ações, quando necessário;
- f. realizar a articulação entre equipes APOIE-ESCOLA, as equipes das SREs e a gestão escolar;
- g. elaborar e acompanhar os cronogramas de atuação das equipes APOIE-ESCOLA;
- h. orientar e acompanhar a elaboração, execução, registro e avaliação do plano de atuação desenvolvido pelas equipes APOIE-ESCOLA, garantindo que o planejamento e a intencionalidade das intervenções estejam em conformidade com Projeto Político-Pedagógico da escola;
- i. acompanhar as ações realizadas pelas equipes APOIE-ESCOLA, monitorando os registros das evoluções das demandas, elaboração de relatórios, dentre outros documentos e instrumentos definidos pela G-APOIE;

- j.** dialogar com a gestão escolar quando for verificada a inobservância das orientações técnicas por parte do técnico APOIE-ESCOLA, pactuando propostas de intervenção junto ao profissional observando as orientações das diretrizes de atuação da APOIE;
- k.** acompanhar, participar e impulsionar ações com a rede intersetorial, realizando articulação com os equipamentos da rede de proteção e promoção dos direitos da criança e do adolescente e com os demais serviços de garantia de direitos, a nível regional, conforme jurisdição dos municípios da SRE de atuação;
- l.** organizar, executar fóruns e momentos de atualizações técnicas, a nível regional, contemplando temas que emergem no contexto escolar;
- m.** registrar as ações realizadas, elaborar relatórios e demais registros conforme documentos e instrumentos definidos pela G-APOIE;
- n.** atuar como suporte às unidades escolares, quando necessário, observando as Diretrizes de Atuação e orientações da G-APOIE;
- o.** participar de formações e reuniões convocadas pela G-APOIE;
- p.** participar de reuniões de alinhamento junto às equipes dos diversos setores da SRE de atuação;
- q.** contribuir com o Plano de Ação da SRE, integrando-se às propostas pedagógicas por meio de tarefas que se relacionem com as responsabilidades da APOIE;
- r.** contribuir com os demais setores da SRE na construção de campanhas e na execução de ações e projetos que possuam interface com a atuação da APOIE.
- s.** exercer, no âmbito de sua competência, outras responsabilidades que lhe forem conferidas.

1.3.3 APOIE-ESCOLA

- a. desenvolver ações considerando o previsto na portaria vigente e suas alterações;
- b. realizar atividades previstas nas Diretrizes de Atuação das equipes da APOIE, observando as orientações da G-APOIE e os documentos de referência definidos pelos Conselhos Federais e Regionais de ambas as classes;
- c. organizar e executar fóruns, rodas de conversa, ações coletivas e demais estratégias preventivas, visando promover o diálogo e a troca de conhecimento e experiências entre a comunidade escolar e profissionais de outros serviços da rede de proteção, promoção e garantia de direitos;
- d. apoiar, orientar e propor ações sobre datas previstas no Calendário Escolar que podem impactar diretamente nos aspectos socioemocionais dos estudantes;
- e. acolher, orientar e acompanhar casos individuais de estudantes, construindo coletivamente estratégias para condução de demandas relacionadas aos aspectos psicossociais;
- f. acompanhar e impulsionar a articulação entre as unidades escolares e os equipamentos da rede de proteção e promoção dos direitos da criança e do adolescente e com os demais serviços de garantia de direitos;
- g. incentivar o reconhecimento do território no processo de articulação da unidade escolar e de demais instituições públicas, privadas, organizações comunitárias locais e movimentos sociais;
- h. construir ações que busquem ampliar e fortalecer a participação familiar e comunitária em projetos oferecidos pela rede pública estadual de ensino;
- i. contribuir com relações escolares democráticas que enfrentem os processos de medicalização, patologização e judicialização da vida dos estudantes;

- j.** promover diálogos sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, o Estatuto da Juventude, as políticas de equidade racial, as legislações sociais vigentes e sobre as demais políticas públicas;
- k.** desempenhar ações que estejam orientadas tecnicamente pela G-APOIE, observando os códigos de ética e os demais documentos orientadores das profissões de psicologia e de serviço social;
- l.** registrar as ações, em instrumentos definidos pela G-APOIE, observando a temporalidade e a intencionalidade da descrição das atividades e percepções técnicas;
- m.** respeitar o sigilo e as condutas éticas previstas nos códigos e documentos de referência definidos pelos Conselhos Federais e Regionais de ambas as classes;
- n.** contribuir com o Plano de Ação da SRE, integrando-se às propostas pedagógicas por meio de tarefas que se correlacionem com as responsabilidades da APOIE;
- o.** elaborar, executar, registrar e avaliar plano de atuação, a partir da construção de diagnóstico escolar e comunitário, garantido planejamento e intencionalidade das intervenções em conformidade com o Projeto Político-Pedagógico das referidas unidades escolares de atuação;
- p.** participar de formações e reuniões convocadas pela APOIE-SRE e/ou pela G-APOIE;
- q.** participar de reuniões de fluxo junto às equipes das unidades escolares de atuação;
- r.** atuar, conforme o Calendário Escolar do Ensino Regular, instituído anualmente pela Sedu, considerando o município de atuação;
- s.** exercer, no âmbito de sua competência, outras responsabilidades que lhe forem conferidas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 9 abr. 2024.

BRASIL. Lei nº 13.935, de 11 de dezembro de 2019. Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/l13935.htm. Acesso em: 9 abr. 2024.

BRASIL. Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020. Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), de que trata o art. 212-A da Constituição Federal; revoga dispositivos da Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007; e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/l14113.htm. Acesso em: 9 abr. 2024.

BRASIL. Lei nº 14.819, de 16 de janeiro de 2024. Institui a Política Nacional de Atenção Psicossocial nas Comunidades Escolares. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2024/Lei/L14819.htm. Acesso em: 9 abr. 2024.

ESPÍRITO SANTO. Decreto nº 5971-R, de 18 de abril de 2023. Altera a estrutura organizacional básica e transforma cargos de provimento em comissão e funções gratificadas no âmbito da Secretaria de Estado da Educação - SEDU, sem elevação de despesa fixada. Diário Oficial dos Poderes do Estado, Vitória, ES, p. 02 - 04, de 19 de abril de 2023. Disponível em: <https://apoie.sedu.es.gov.br/Media/APOIE/APOIE/Decreto%205971-R%20de%2018%20de%20abril%20de%202023.pdf>. Acesso em: 5 abr. 2024.

ESPÍRITO SANTO. Lei nº 10.382/2015. Aprova o Plano Estadual de Educação do Espírito Santo – PEE/ES, período 2015/2025. Disponível em: https://sedu.es.gov.br/Media/sedu/Portarias%20e%20Editais/LEI%2010382_2015-2025%20plano%20estadual%20de%20educa%C3%A7%C3%A3o.pdf. Acesso em: 9 abr. 2024.

ESPÍRITO SANTO. Mapa Estratégico da Secretaria de Estado da Educação. Secretaria de Estado da Educação do Espírito Santo, Vitória, 2023. Disponível em: <https://sedu.es.gov.br/Media/sedu/pdf%20e%20Arquivos/MAPA%20ESTRAT%C3%89GICO%20SEDU.pdf>. Acesso em: 5 abr. 2024.

ESPÍRITO SANTO. Portaria nº 108-R, de 8 de novembro de 2019 (revogada). Institui a Ação Psicossocial e Orientação Interativa Escolar - APOIE no âmbito da Rede Estadual de Ensino do Estado do Espírito Santo e demais providências. Disponível em: <https://apoie.sedu.es.gov.br/Media/apoie/apoie/Portaria%20n%C2%BA108-R%20de%2008%20de%20novembro%20de%202019.pdf>. Acesso em: 9 abr. 2024.

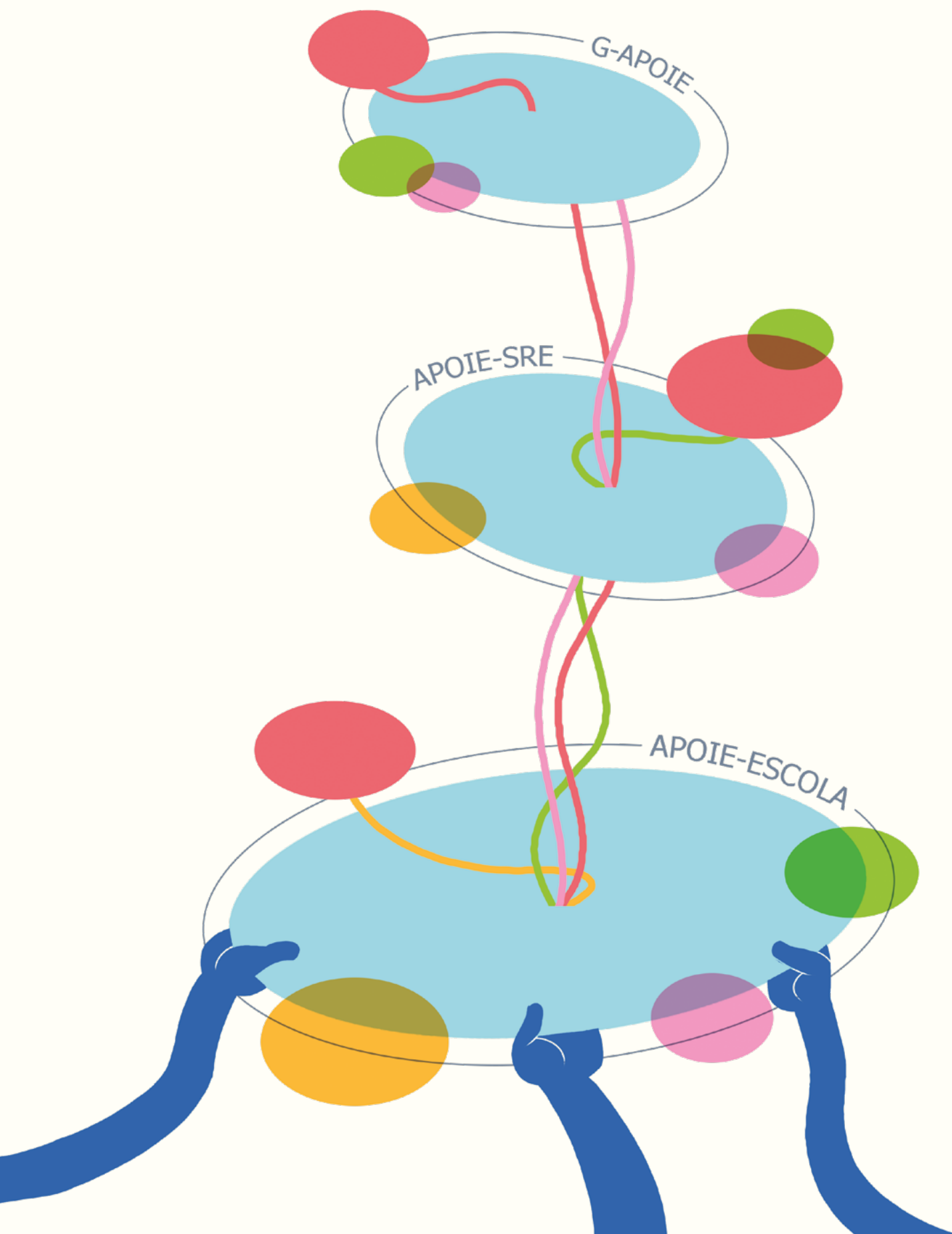
ESPÍRITO SANTO. Portaria nº 111-R, de 2 de maio de 2023 (revogada). Institui a Gerência de Ação Psicossocial e Orientação Interativa Escolar - G-APOIE no âmbito da rede escolar pública estadual e dá demais providências. Disponível em: <https://apoie.sedu.es.gov.br/Media/apoie/apoie/Portaria%20n%C2%BA%20111%20de%2002%20de%20maio%202023.pdf>. Acesso em: 5 abr. 2024.

ESPÍRITO SANTO. Portaria nº 234-R, de 16 de setembro de 2024. Estabelece e regulamenta a estrutura metodológica e as atribuições do trabalho dos Assistentes Sociais e Psicólogos das equipes da Ação Psicossocial e Orientação Interativa Escolar - APOIE no âmbito da rede pública estadual de ensino do Espírito Santo e dá providências. Disponível em: <https://apoie.sedu.es.gov.br/Media/APOIE/APOIE/Portaria%20N.234-R,%20de%2016%20de%20Setembro%20de%202024%20-%20apoie.pdf>. Acesso em: 24 set. 2024.

ESPÍRITO SANTO. Programa de Governo 2023/2026: Novas Ideias para novos desafios. Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2022/10/plano-de-governo-casagrande-es.pdf>. Acesso em: 9 abr. 2024.

Capítulo 2

HISTÓRICO INSTITUCIONAL DA APOIE



Neste capítulo, por meio do histórico institucional da APOIE na SEDU, buscamos resgatar os principais momentos dessa trajetória no recorte temporal do período de 2019 a 2024.

O resgate histórico dos principais momentos da trajetória da APOIE permite-nos conhecer o trabalho executado para que as atuais e futuras gerações de profissionais da educação possam compreender sua complexidade, permeada por conquistas e desafios da inserção da psicologia e do serviço social na educação pública estadual capixaba.

A preservação da memória institucional da APOIE possibilita-nos reconhecer as contribuições dos diversos atores e parceiros dessa história, assim como permite aperfeiçoar os processos de construção e consolidação do trabalho, e suas contribuições para o desenvolvimento da educação pública, inclusiva e de qualidade no Estado do Espírito Santo.

LINHA DO TEMPO APOIE

2019

CRIAÇÃO DA APOIE

Criada pela SEDU em junho de 2019, a APOIE reúne os saberes da Psicologia e do Serviço Social para início da atuação na política pública de educação capixaba

2020

OS IMPACTOS DA PANDEMIA NA EDUCAÇÃO

A emergência de Saúde Pública ocasionada pela COVID-19 culmina na suspensão das aulas presenciais da rede pública estadual capixaba em março/2020. APOIE atuou desenvolvendo ações de suporte aos impactos socioemocionais desencadeados pela pandemia.

2021

A PRIMEIRA EXPANSÃO

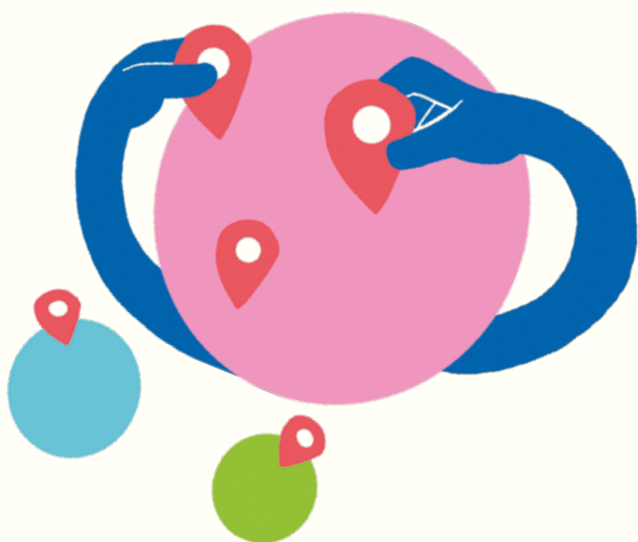
O ano de 2021 foi marcado pela elaboração da 1ª versão das Diretrizes de Atuação da APOIE e implantação das equipes APOIE nas Superintendências Regionais de Educação do Espírito Santo.



2022

CONSOLIDAÇÃO

Diante da expansão das equipes APOIE para as SREs no ano anterior, o ano de 2022 caracteriza-se pelo fortalecimento de parcerias, articulações internas e com a rede intersetorial.



2023

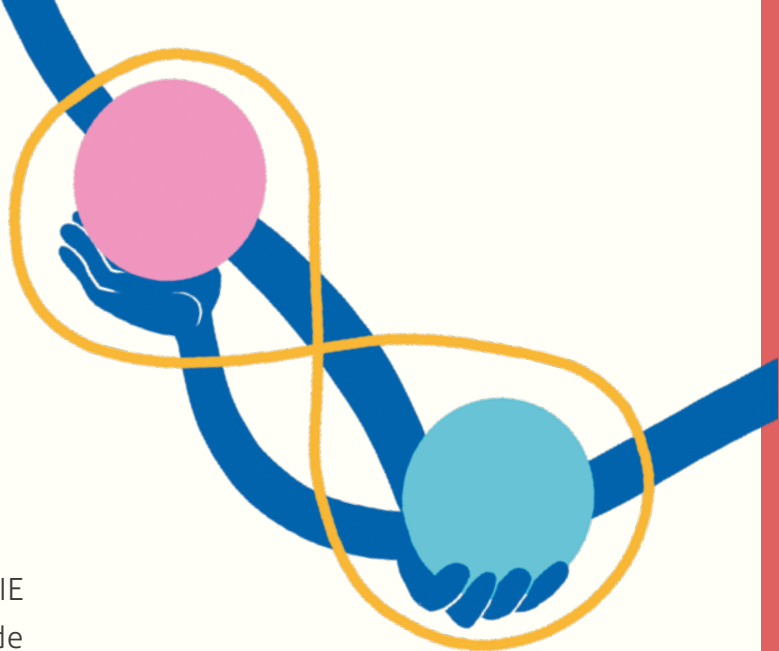
A SEGUNDA EXPANSÃO

O ano de 2023 marcou a segunda expansão da APOIE na SEDU, com a criação da G-APOIE e inserção das equipes psicossociais nas escolas. Além disso, a modernização da identidade visual, a produção de materiais e instrumentos estratégicos reforçaram o compromisso com uma educação mais acolhedora.

2024

PROMOVENDO INTEGRAÇÃO

Em 2024, marca-se o primeiro ano letivo completo da atuação da equipe APOIE-ESCOLA. Durante este período, a APOIE tem se empenhado em integrar-se de forma efetiva à rotina escolar e ao calendário pedagógico por meio de diversas ações.



2.1 CRIAÇÃO DA APOIE

Criada pela SEDU em junho de 2019, a APOIE reúne os saberes da Psicologia e do Serviço Social para início da atuação na política pública de educação capixaba.

A Ação Psicossocial e Orientação Interativa Escolar (APOIE) começou a ser idealizada em 2019, durante a gestão do Secretário Estadual de Educação, Vitor Amorim de Angelo. Em junho do mesmo ano, a APOIE entrou em funcionamento na Secretaria de Estado da Educação (SEDU). Nesse início, a equipe era formada por três servidoras: uma psicóloga, uma assistente social e uma técnica pedagógica. Desde sua criação, a APOIE, localizada na SEDU Central, está vinculada à Subsecretaria de Estado de Planejamento e Avaliação (SEPLA).

Com o empenho de concretizar a implementação da atuação psicossocial na educação, permeada pelo serviço social e psicologia, a equipe APOIE, em 2019, concentrou seus esforços na elaboração da base de fundamentação do trabalho executado. Para estar plenamente integrada aos propósitos da educação, foram realizados estudos e pesquisas que amparam a construção desta política pública na educação.

Nas experiências iniciais da APOIE, foram realizados atendimentos às escolas da rede pública estadual, que acionavam as subsecretarias da Sedu Central para abordar e acompanhar questões relacionadas aos aspectos psicossociais. Essas experiências iniciais de atuação, associadas aos estudos e pesquisas, desempenharam um papel fundamental na compreensão da execução do trabalho da APOIE, especialmente no que se refere ao funcionamento e às especificidades da rede estadual de educação do Espírito Santo.

Em 11 de novembro de 2019, foi publicada no Diário Oficial do Espírito Santo a Portaria 108-R⁴, que estabeleceu a criação da Ação Psicossocial e Orien-

⁴ Portaria nº 108-R, de 08/11/2019, revogada pela portaria nº111-R de 02/05/2023.

tação Interativa Escolar (APOIE), destinada à implementação na rede pública estadual capixaba. Conforme disposto na portaria, o trabalho da APOIE consolidou-se na promoção de ações psicossociais que visam à melhoria de qualidade de vida no ambiente escolar, ao mesmo tempo em que contribui para o enfrentamento das dificuldades no processo de escolarização, favorecendo, assim, a produção de mudanças na dinâmica da instituição escolar.

Em convergência com o cenário nacional, foi promulgada a Lei Federal Nº 13.935, de 11 de dezembro de 2019, que dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e serviço social nas redes públicas de educação básica. Com a aprovação desta lei, toda a rede pública de educação básica no país deve contar com a presença de assistentes sociais e psicólogos em suas equipes multiprofissionais, constituindo uma importante ferramenta para a consolidação de um ensino público inclusivo, de qualidade e garantidor de direitos.

No encerramento de 2019, foi realizado um levantamento das demandas psicossociais em colaboração com diretores e superintendentes. O objetivo foi identificar as questões psicossociais mais recorrentes no contexto escolar, por meio da elaboração de um questionário que integrava abordagens quantitativas e qualitativas, desenvolvido em conjunto com as SREs e gestores escolares. O mapeamento focou-se nos principais desafios para a promoção da aprendizagem dos estudantes, considerando também fatores que impactaram o ambiente escolar de maneira mais ampla.

Durante o processo, foram abordadas diversas demandas, abrangendo temas como comportamentos autolesivos, ansiedade, depressão, ideação suicida, práticas de bullying, uso de drogas lícitas e ilícitas, violência entre alunos, violência doméstica, racismo e LGBTfobias. Além disso, foram analisados os índices de abandono e evasão escolar, considerando fatores sociais, econômicos, motivacionais e familiares, entre outras situações que comprometem o progresso acadêmico. Também foi observada a presença latente de conflitos relacionados à formação da identidade dos jovens, autoestima, identidade de gênero e orientação sexual.

Portanto, emergiram nos questionários temas complexos que constituem a vida humana e a sociedade, e que se fazem presentes e latentes no ambiente escolar. Nesse sentido, a atenção e a intervenção psicossocial podem vir a contribuir na perspectiva do suporte ao desenvolvimento integral dos estudantes, na mitigação desses fenômenos, na promoção de uma educação emancipatória e garantidora de direitos, e, conseqüentemente, contribuir na promoção de melhoria dos processos de ensino-aprendizagem.

Constatou-se que as instituições de ensino estavam comprometidas em apoiar os estudantes e desenvolver estratégias de acolhimento e prevenção diante dessas situações. No entanto, se identificou a necessidade de maior apoio e orientação para lidar com os aspectos psicológicos e sociais que afetam a comunidade escolar. Tornou-se essencial compreender e dialogar com a complexidade das questões socioemocionais que permeiam a rede estadual de educação capixaba. Esse acordo passou a orientar, em parceria com as unidades escolares, o desenvolvimento contínuo da Ação Psicossocial e Orientação Interativa Escolar (APOIE).

2.2 OS IMPACTOS DA PANDEMIA NA EDUCAÇÃO

A emergência de Saúde Pública ocasionada pela COVID-19 culmina na suspensão das aulas presenciais da rede pública estadual capixaba em março/2020. APOIE atuou desenvolvendo ações de suporte aos impactos socioemocionais desencadeados pela pandemia.

Em 2020, o Governo do Estado do Espírito Santo, no exercício de suas atribuições, decretou estado de emergência em Saúde Pública por meio do Decreto Nº 4593-R, de 13 de março de 2020. O decreto visava estabelecer medidas sanitárias e administrativas para a prevenção, o controle e a contenção de riscos, danos e agravos decorrentes do surto de coronavírus (COVID-19).

Nesse contexto, a SEDU estabeleceu políticas de enfrentamento à pandemia da COVID-19, que exigiu adaptações às novas circunstâncias sociais vigentes, com ênfase na segurança sanitária e controle epidemiológico da doença. Atividades Pedagógicas Não Presenciais (APNPs)⁵, adaptações a novas rotinas e a privação do convívio presencial no ambiente escolar foram alguns dos desafios impostos em decorrência da Pandemia da Covid-19 para a política de educação.

A equipe APOIE, nesse cenário desafiador, dedicou esforços para o desenvolvimento de recursos capazes de apoiar as escolas e os professores na manutenção do processo de ensino. A APOIE Unidade Central conduziu sua atuação de forma *on-line*, em colaboração com as escolas da rede, observando o cumprimento das medidas de biossegurança.

A atuação da APOIE teve como perspectiva a realização de ações de acolhimento e orientação diante dos desafios socioemocionais que surgiram no contexto da pandemia. Essas ações foram direcionadas a estudantes, professores e outros membros da comunidade escolar, com a finalidade de fornecer suporte e orientação. Atenuando os impactos sociais e psicológicos resultantes das mudanças e incertezas impostas pela situação sanitária.

Com o propósito de valorizar e compartilhar experiências enriquecedoras em meio aos desafios da pandemia de Coronavírus e seus protocolos, a APOIE oportunizou a aproximação dos estudantes das unidades escolares, nos contextos de isolamento social e aulas remotas, através da Campanha “Card da Saudade⁶”. A campanha configurou um espaço de participação dos estudantes da rede estadual, expressando seus pensamentos, sentimentos e emoções durante o tempo de distanciamento do espaço e das rotinas da escola. A campanha teve a participação de 45 escolas, com um total de 329 postagens.

A APOIE promoveu, também, a Campanha “Distantes, mas presentes”. O projeto buscou conhecer as práticas desenvolvidas por diversas escolas que, de

⁵ SEDU instituiu o Programa EscoLAR, por meio da Portaria Nº 048-R, de 02 de abril de 2020, como o objetivo de incentivar a oferta de Atividades Pedagógicas Não Presenciais (APNP), vinculadas à adoção de metodologias inovadoras e ao uso de tecnologias voltadas para a aprendizagem dos estudantes.

⁶ Card da Saudade. Disponível em: <<https://padlet.com/APOIEAPOIE/APOIE-es-card-da-saudade-envie-seu-card-at-30-06-2020-rx40dsixk2jo>>. Acesso em: 19 de abr. de 2024.

alguma forma, acolhem, promovem reflexões e aproximam os envolvidos de cada comunidade escolar participante. Deste trabalho, foram selecionados 27 projetos exitosos. O resultado dessa iniciativa culminou na produção de e-book e livro físico através da parceria com o instituto VIVESCER, intitulado “Distantes, mas presentes: Práticas que aproximam!”⁷, com a intenção de disseminar práticas e atividades impactantes produzidas pelas escolas.

Em meio ao contexto da pandemia, surgiram novos desafios para o avanço na estruturação do trabalho da APOIE por meio de plataformas digitais. Nesse cenário, destacou-se a importância da criação do site da APOIE. Em parceria com a PRODEST, órgão responsável pela gestão e execução das atividades de tecnologia da informação e comunicação na administração pública do Estado, o site foi lançado, tornando-se acessível ao público em geral. A plataforma digital passou a ser um espaço central para a divulgação de informações e para o suporte às ações psicossociais nas unidades escolares, facilitando o acesso a orientações durante o período de isolamento social⁸.

A iniciativa da criação do site da APOIE dialoga com as perspectivas de introduzir metodologias pedagógicas inovadoras e de tecnologia no cotidiano escolar. Através do site, as escolas da rede estadual capixaba passam a ter acesso otimizado à metodologia, ações e temáticas que atravessam o trabalho da APOIE.

Nessas iniciativas de aproximação e fortalecimento da conexão com as unidades escolares durante a pandemia, a APOIE desenvolveu um trabalho psicossocial junto a 24 escolas da rede estadual, experienciando sua metodologia e potencialidades.

Em 29 de setembro de 2020, com a publicação do Decreto Nº 4740-R, que distribuía diretrizes para o retorno das aulas presenciais na rede estadual, a equipe APOIE desempenhou um papel fundamental na elaboração do capítulo 2 - Aspectos Psicossociais Plano de Retorno às Aulas Presenciais da

⁷ Veja mais sobre a publicação no capítulo 6: Alcançando resultados: destaques e conquistas da APOIE.

⁸ Acesse o site da APOIE. Disponível em: < <https://APOIE.sedu.es.gov.br/> >. Acesso em: 30 de abr. de 2024.

Rede Pública Estadual de Ensino do Espírito Santo⁹. O plano abordou de forma abrangente os aspectos psicossociais específicos decorrentes do período de afastamento. Seu objetivo foi oferecer subsídios para o planejamento das unidades escolares, contemplando os processos de reintegração das aulas presenciais e englobando dimensões pedagógicas, psicossociais, sanitárias e administrativas. A atuação da APOIE foi essencial para garantir que o retorno fosse realizado de maneira segura e acolhedora, não apenas observando as normas sanitárias, mas também fornecendo suporte emocional para estudantes e profissionais, promovendo um ambiente escolar preparado para lidar com os desafios trazidos pela pandemia.

Com o retorno das atividades presenciais em outubro, foi promovido o I Encontro da equipe APOIE com pedagogas e pedagogos da rede de educação pública capixaba. Durante esse evento, a equipe APOIE se apresentou aos participantes, esclarecendo o procedimento de acionamento e apresentando o site da APOIE como fonte de recursos e informações. O encontro contou com a participação de 252 pedagogos e pedagogas da rede, demonstrando um amplo interesse e envolvimento da comunidade educacional no processo de acolhimento e compreensão dos aspectos psicossociais relevantes para o contexto escolar.

Assim, o ano de 2020 deixou marcas significativas na trajetória da APOIE, consolidando seu primeiro ano de atuação em meio ao enfrentamento da pandemia e aos desafios constantes vivenciados pela educação nesse período. A equipe da APOIE expressa seu pesar profundo pelas vítimas da COVID-19 e reafirma seu compromisso com a promoção de políticas públicas pelo direito à vida.

⁹ Plano de Retorno às aulas presenciais da Rede Pública Estadual de Ensino do Espírito Santo. Disponível em: <<https://sedu.es.gov.br/Media/sedu/EscoLAR/plano%20retomada-v6.pdf>>. Acesso em: 11 de dez. de 2024.

2.3 A PRIMEIRA EXPANSÃO

O ano de 2021 foi marcado pela elaboração da 1ª versão das Diretrizes de Atuação da APOIE e implantação das equipes APOIE nas Superintendências Regionais de Educação do Espírito Santo.

Até o presente momento, nos anos iniciais de atuação da APOIE, entre 2019 e 2020, a equipe foi composta por três profissionais alocados na SEDU Central, que delinearam os caminhos para a atuação psicossocial na rede estadual de educação capixaba de maneira pioneira e inovadora.

Em 2021, ocorreu a primeira expansão da equipe da APOIE, acompanhada pela construção e aprimoramento da metodologia de trabalho, além da priorização da formação continuada das técnicas e dos técnicos que se integraram à política de educação. Esse processo de crescimento e consolidação permitiu que a equipe ampliasse sua capacidade de atuação, oferecendo suporte mais abrangente às unidades escolares e fortalecendo as ações psicossociais em um momento crucial para a educação, marcado pelos desafios pela pandemia e pela necessidade de novas estratégias de educação.

Em 2021, a SEDU ampliou a abrangência da APOIE, integrando equipes psicossociais compostas por assistentes sociais e psicólogos em 11 Superintendências Regionais de Educação do Espírito Santo: SRE Barra de São Francisco, SRE Nova Venécia, SRE Colatina, SRE São Mateus, SRE Linhares, SRE Afonso Cláudio, SRE Guaçuí, SRE Cachoeiro de Itapemirim, SRE Carapina, SRE Cariacica e SRE Vila Velha. Com essa expansão, a equipe da APOIE passou a contar com 12 unidades, sendo 11 alocadas nas SREs e uma responsável pela coordenação geral na SEDU Central. Essa medida possibilitou um maior alcance na oferta de acompanhamento às diversas unidades escolares, fortalecendo o suporte psicossocial disponível para estudantes e profissionais.

Com a expansão da APOIE para as equipes nas SREs, ocorreu a elaboração da primeira versão das Diretrizes de Atuação da APOIE, a nível interno para os profissionais da rede, com o propósito de instrumentalização das ações, seguindo as legislações e referências técnicas de atuação do Serviço Social e da Psicolo-

gia na Educação. Visando a abrangência da atuação da APOIE na rede pública educacional capixaba, partindo do princípio de integralidade do estudante em sua comunidade escolar, interfaces nos programas e projetos da SEDU, assim como articulação com demais políticas públicas da rede intersetorial.

A elaboração das Diretrizes busca assegurar a efetividade e a qualidade dos serviços prestados às comunidades escolares, uma vez que, os profissionais das unidades regionais tornam-se parceiros das unidades escolares sob jurisprudência de sua regional, construindo ações e orientações das demandas psicossociais considerando os eixos de atuação¹⁰ delineados nas Diretrizes da APOIE.

Nesse mesmo processo, dedicado ao aprimoramento desses novos profissionais na rede estadual, a SEDU ofertou a primeira Formação dos Técnicos da APOIE, por meio de parceria entre APOIE e Centro de Formação dos Profissionais da Educação (CEFOPE).

Para encerrar o ciclo de 2021 e consolidar a experiência de expansão da APOIE, foi realizado o 1º Encontro Presencial da APOIE nos dias 18 e 19 de novembro de 2021. O evento reuniu profissionais da APOIE de todas as SREs e da SEDU Central, proporcionando um espaço para o compartilhamento de experiências entre as equipes e o diálogo sobre as potencialidades e desafios enfrentados no cotidiano das unidades escolares.

O encontro fortaleceu os alinhamentos e os laços entre as equipes e os profissionais da APOIE, promovendo um ambiente de colaboração e aprendizado mútuo. Isso possibilitou o estabelecimento de estratégias mais eficazes para contribuir com a rede estadual. A partir de 2021, como resultado dessa primeira onda de expansão de profissionais, o alcance finalístico da APOIE foi ampliado¹¹.

¹⁰ Conheça mais sobre os eixos de atuação da APOIE no capítulo 4: Metodologia da APOIE.

¹¹ Veja os gráficos do aumento significativo do número de ações realizadas pela APOIE no ano de 2021 no capítulo 6: Alcançando resultados: destaques e conquistas da APOIE

2.4 A CONSOLIDAÇÃO

Diante da expansão das equipes APOIE para as SREs no ano anterior, o ano de 2022 caracteriza-se pelo fortalecimento de parcerias e articulações internas e com a rede intersetorial.

No âmbito da atuação da APOIE, o ano de 2022 foi marcado pelo fortalecimento das articulações internas na SEDU e das conexões externas com os equipamentos e demais serviços que compõem a rede intersetorial de garantia de direitos.

Entre as diversas frentes de trabalho, a APOIE destacou-se por sua articulação interna com os demais setores da SEDU. Um marco importante em 2022 foi a criação do painel de monitoramento da APOIE, em parceria com o Escritório Local de Projetos, Processos e Inovação (ELPPI), responsável por estruturar dados sistemáticos sobre o trabalho da APOIE nas escolas e na rede de proteção. O acesso ao portal, disponível no site da SEDU, permite visualizar o número de ações realizadas anualmente pelas equipes, assim como a tipologia das ações e demandas atendidas, o número de estudantes envolvidos, além de informações detalhadas como gênero e raça dos participantes, entre outros dados relevantes¹². Além disso, a APOIE, em sua atuação interna, contribuiu em diversos grupos de trabalho, com destaque para a reformulação da Portaria N° 234-R¹³, que altera o protocolo de monitoramento da frequência e o lançamento do livro físico do e-book lançado em 2021, "Distantes, mas presentes"¹⁴.

Em 2022, a APOIE reuniu-se com representantes das Secretarias Municipais de Educação do Espírito Santo para apresentar sua metodologia de trabalho, com o objetivo de contribuir para a implementação da Lei Federal 13.935/2019. Esse encontro fortaleceu parcerias e colaborou no planejamento da inserção de profissionais da psicologia e do serviço social na

¹² Leia mais sobre o Painel de Indicadores da APOIE no capítulo 6: Alcançando resultados: destaques e conquistas da APOIE.

¹³ Portaria n° 234-R, de 03/10/2022, revoga a Portaria n° 043-R, de 09/04/2019.

¹⁴ Veja mais no item Publicações do capítulo 6: Alcançando resultados: destaques e conquistas da APOIE.

educação básica desses municípios, promovendo um diálogo sobre as melhores práticas para apoiar o desenvolvimento psicossocial nas escolas.

Ainda em 2022, a APOIE estreitou sua parceria com a Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), fortalecendo o intercâmbio de conhecimentos e ampliando o pensamento crítico sobre o trabalho na educação. Como resultado dessa articulação, foi estabelecido um programa de estágio, no qual estudantes do curso de Psicologia, através da disciplina de estágio básico, puderam acompanhar e vivenciar o trabalho dos profissionais de psicologia e serviço social nas escolas.

Neste ano, a APOIE também participou de diversos eventos que contribuíram para a ampliação do conhecimento sobre as demandas psicossociais na educação, sob a ótica da articulação intersetorial. Essas participações fortaleceram a aproximação com os equipamentos da rede de proteção, promoção e garantia de direitos, promovendo um trabalho colaborativo e integrado com outras instituições.

As ações elencadas no ano de 2022 ocorreram de modo concomitante ao assessoramento e acompanhamento das ações nas unidades escolares, contribuindo na consolidação do trabalho, e no seu fortalecimento cotidiano. O encontro entre tais ações de fortalecimento, em conjunto aos instrumentos de alinhamento, orientações, execução das ações e registros, e demais tarefas pertinentes às demandas apresentadas à APOIE constroem o caminho necessário para a chegada das equipes nas unidades escolares no ano de 2023.

2.5 A SEGUNDA EXPANSÃO

O ano de 2023 marcou a segunda expansão da APOIE na SEDU, com a criação da G-APOIE e inserção das equipes psicossociais nas escolas. Além disso, a modernização da identidade visual, a produção de materiais e instrumentos estratégicos reforçaram o compromisso com uma educação mais acolhedora.

Dando continuidade ao processo de consolidação e expansão da APOIE, o ano de 2023 foi marcado por avanços significativos na estruturação e institucionalização dos assistentes sociais e psicólogos na SEDU.

Em abril, foi publicado o Decreto nº 5971-R, de 18 de abril de 2023, que alterou a estrutura organizacional básica da SEDU, formalizando a criação da Gerência APOIE (G-APOIE), subordinada à Subsecretaria de Planejamento e Avaliação (SEPLA). Essa mudança representou um passo essencial para o fortalecimento da atuação da APOIE, garantindo maior autonomia administrativa e ampliando sua capacidade de articulação e acompanhamento das ações implementadas.

Em maio, a publicação da Portaria nº 111-R, de 02 de maio de 2023 (revogada pela portaria 234-R, de 16 de set. de 2024), instituiu oficialmente as atribuições da G-APOIE, bem como, das equipes APOIE externas, que atuam diretamente nas Superintendências Regionais de Educação (SRE) e nas escolas da rede estadual. Essa reformulação normativa trouxe organização ao funcionamento das equipes, permitindo uma atuação mais efetiva na rede de ensino.

A partir desses marcos de estruturação e institucionalização, a equipe APOIE passa por um intenso processo de expansão, estabelecendo-se nas três instâncias institucionais da SEDU: a SEDU Central, as 11 Superintendências Regionais de Educação (SREs) e as unidades escolares da rede pública estadual capixaba. A APOIE passa a ser composta pela equipe da G-APOIE, localizada na SEDU Central, as equipes APOIE-SRE situadas nas SREs, e as equipes APOIE-ESCOLA que atuam nas unidades escolares. Com essa estrutura, a APOIE passa a atuar em três níveis: planejamento estratégico e coordenação das ações em nível estadual (G-APOIE), planejamento tático e acompanhamento das unidades escolares e articulações regionais (APOIE-SRE), e execução programática (APOIE-ESCOLA) garantindo a implementação das diretrizes pedagógicas e psicossociais determinadas pela SEDU.

Para o direcionamento, orientações e acolhimento das novas equipes, no mês de junho daquele ano, foi realizado um encontro presencial de alinhamento da expansão da APOIE nas escolas. Esse evento reuniu profissionais das equipes G-APOIE e APOIE-SRE, para discutir estratégias e diretrizes para a ampliação da APOIE nas unidades escolares, fortalecendo a interlocução entre os profissionais e aprimorando os processos de acompanhamento e suporte psicossocial aos estudantes.

Sendo assim, o marco mais significativo do ano ocorreu em agosto, com a expansão da atuação da APOIE e a implementação efetiva das equipes psicossociais nas escolas da rede pública estadual do Espírito Santo. A presença desses profissionais dentro das unidades escolares consolida a proposta de acolhimento mais próximo e qualificado às demandas psicossociais dos estudantes, promovendo ambiente educacional mais acolhedor e em prol da educação integral.

Ainda no mês de agosto, foi desenvolvida a 1ª versão do **"Descomplica APOIE: Conhecendo a organização do trabalho da APOIE"**, um material elaborado com o objetivo de facilitar a compreensão e o acesso às legislações e diretrizes que subsidiam o trabalho das equipes psicossociais na rede pública estadual de educação capixaba. Além de, outros instrumentos, fluxos e ações internas para a nova etapa de expansão da APOIE.

Além disso, ao longo do ano, ocorreram diversas reuniões de alinhamento com outras Secretarias Estaduais de Educação, como Tocantins, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Minas Gerais, bem como com Secretarias Municipais, incluindo a Prefeitura de São Paulo, por meio do Núcleo de Apoio e Acompanhamento para a Aprendizagem (NAAPA), e a Prefeitura de Cariacica (ES). Esses encontros tiveram como objetivo a articulação do trabalho na educação, promovendo trocas de experiências e fortalecendo a rede de apoio psicossocial nas escolas.

Também foram realizados encontros de alinhamento entre as equipes da Patrulha Escolar e da APOIE, articulação interna na SEDU, promovendo uma maior integração entre as políticas de segurança e de apoio psicossocial nas escolas.

Nessa perspectiva, um evento de destaque foi a realização do 1º Fórum Nacional de Segurança Escolar, promovido pelo Governo do Estado e organizado pelas Secretarias da Segurança Pública e Defesa Social (Sesp) e da Educação (Sedu), em conjunto com o Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN). O Fórum contou com o apoio do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) e patrocínio da Vale S.A. O objetivo do evento foi promover o compartilhamento de experiências e o aprimoramento das estratégias de segurança em escolas de todo o país, reunindo especialistas, educadores e profissionais da segurança pública, para um debate intersetorial sobre a importância da segurança escolar. Durante o Fórum, foi destacado que a Rede Estadual de ensino conta com implementações previstas no Plano Estadual de Segurança Escolar, assim como, a expansão das equipes da Ação Psicossocial e Orientação Interativa Escolar (APOIE), além da contribuição das escolas diante das atividades que envolvam temáticas sobre posturas discriminatórias, direcionadas pelo 'Caderno Orientador Para Educação das Relações Étnico-Raciais' produzido pela Gerência de Educação Antirracista, do Campo, Indígena e Quilombola (GEACIQ), dentre outras iniciativas.

No final do ano de 2023, em dezembro, ocorre a reformulação do site da APOIE, acompanhada de uma nova identidade visual. Essa mudança teve como objetivo modernizar a comunicação, facilitar o acesso às informações e fortalecer a identidade institucional do trabalho. Acesse o site da APOIE através do link: [<https://apoie.sedu.es.gov.br/>](https://apoie.sedu.es.gov.br/).

Com esses avanços, o ano de 2023 representou um período de consolidação institucional e expansão da tipologia da APOIE, reafirmando seu compromisso com o fortalecimento da rede psicossocial e de garantia de direitos nas escolas.

2.6 PROMOVENDO INTEGRAÇÃO

Em 2024, marca-se o primeiro ano letivo completo da atuação da equipe APOIE-ESCOLA. Durante este período, a APOIE tem se empenhado em integrar-se de forma efetiva à rotina escolar e ao calendário pedagógico por meio de diversas ações.

Logo no início do ano, foi promovido o “I Ciclo Formativo da APOIE e Políticas Educacionais”, que contou com a participação de cerca de 280 profissionais das SRE e das unidades escolares. Esse ciclo teve como principal objetivo integrar a metodologia de atuação da APOIE às Diretrizes Pedagógicas da SEDU, oferecendo aos participantes a oportunidade de aprofundar seus conhecimentos sobre a articulação com a equipe pedagógica e discutir temas essenciais para a atuação de assistentes sociais e psicólogos no ambiente escolar.

Em fevereiro, a APOIE promoveu a formação “Acolhimento e Bem-Estar na Sala de Aula”, em parceria com a VIVESCER – Instituto Península. O evento teve como objetivo fortalecer a cultura de paz nas escolas, implementando práticas de acolhimento ao longo do ano letivo. Participaram representantes das 11 SREs e técnicos da APOIE. A formação foi estruturada em três etapas: Formação de Multiplicadores, Formação da Escola e Promovendo o Acolhimento na Comunidade Escolar. Os resultados dessas ações de replicação nas unidades escolares podem ser conferidos no Capítulo 6 – Alcançando Resultados: Destaques e Conquistas, especificamente no item 6.4 Formação “Acolhimento e bem-estar em sala de aula: uma parceria SEDU e VIVESCER”.

No mês de abril, a APOIE realizou importantes ações no município de Mimoso do Sul, após os danos causados pelas fortes chuvas que atingiram a região sul do Espírito Santo. Em parceria com a SRE de Cachoeiro de Itapemirim, a

equipe da APOIE promoveu, em destaque, atividade de apoio psicossocial para cerca de 200 profissionais da educação, demonstrando a importância do suporte psicossocial nestes momentos.

Além disso, em abril, ocorreu o lançamento do Programa Educar para a Paz, visando promover a cultura de paz nas escolas estaduais por meio de ações de conscientização e prevenção à violência, com foco na educação para valores e direitos, gestão de conflitos, convivência e ecoformação. O programa envolve a colaboração entre a G-APOIE e a Gerência de Currículo da Educação Básica (GECEB).

No campo das formações em 2024, a APOIE, em parceria com o CEFOPE, ofereceu uma formação voltada para profissionais de Psicologia e Serviço Social que atuam nas unidades escolares e SREs. O objetivo foi proporcionar um panorama da Rede Pública de Educação, abordando a história da APOIE e as diretrizes de atuação das equipes.¹⁵ O curso buscou qualificar os profissionais de Psicologia e Serviço Social que atuam nas unidades escolares, SREs e Gerência, promovendo um panorama da rede pública de educação capixaba, além de abordar a história da APOIE e as diretrizes de atuação dessas equipes.

A APOIE também teve participação no 1º Ciclo Formativo do Programa Saúde na Escola, tanto no planejamento como na execução dos 3 webinários, compondo a equipe organizadora através da parceria entre a Sedu e a Secretaria de Estado de Saúde (SESA), realizado entre os meses de julho e setembro. Este ciclo formativo teve o objetivo de integrar as áreas de educação e saúde, abordando temas como o enfrentamento da violência, saúde mental e sexual, e a promoção da cultura de paz. Mais de 600 profissionais das redes estadual e municipal de educação e saúde foram impactados por essas discussões, reforçando a importância da integração entre as políticas públicas de saúde e educação para o bem-estar dos estudantes.

Em setembro, a APOIE, em parceria com o CEFOPE, promoveu a formação

¹⁵ Confira os vídeos da formação APOIE - Assistentes Sociais e Psicólogos na Educação através do link: < https://youtu.be/NTW-gLuBT2iE?si=tDP3sJT_VEOU8175 >. Acesso em: 20 de fev. de 2025. Essa e outras formações da APOIE estão disponíveis no site oficial: <<https://apoie.sedu.es.gov.br/>>.

“Educação, Gênero e Sexualidade”, voltada para os profissionais da Rede Estadual de Ensino. O objetivo dessa formação foi debater a promoção, defesa e garantia dos direitos das pessoas LGBTQIA+ nas escolas, reafirmando o compromisso da SEDU em fortalecer políticas voltadas à equidade, inclusão e à promoção da cultura de paz.

Outro momento relevante foi a participação da APOIE no XVI Congresso Nacional de Psicologia Escolar e Educacional (CONPE), realizado em São Paulo. No evento, a equipe da APOIE apresentou o trabalho “Psicologia e Serviço Social Integrados às Políticas Pedagógicas: Percurso e Diretrizes”, compartilhando suas experiências de atuação desde sua criação em 2019. A apresentação teve como objetivo demonstrar a metodologia adotada pela APOIE para o cenário nacional das categorias profissionais e o impacto de suas ações no contexto educacional do Espírito Santo.

Além das diversas ações como as destacadas acima, **o ano de 2024, marcou o primeiro ano letivo completo de atuação da APOIE nas escolas, destacando-se pela sua integração com o calendário pedagógico e a rotina escolar.**

Ao longo do ano, a APOIE se empenhou em integrar-se ao Circuito de Gestão, composto por etapas de planejamento, execução, avaliação de resultados e correção de rota, com o objetivo de melhorar a aprendizagem dos estudantes e promover sua permanência na escola.

Foi publicada a Portaria Nº 234-R, de 16 de setembro de 2024, que estabelece e regulamenta a estrutura metodológica e as atribuições dos Assistentes Sociais e Psicólogos das equipes da Ação Psicossocial e Orientação Interativa Escolar (APOIE) no âmbito da rede pública estadual de ensino do Espírito Santo. A normativa define a atuação desses profissionais, contribuindo para o fortalecimento do suporte psicossocial nas escolas. A portaria encontra-se em vigor, garantindo a implementação das disposições estabelecidas.

Como resultado da expansão vivenciada no ano anterior, a execução da metodologia da APOIE teve avanços significativos em 2024, como o aumento exponencial na **realização de 75 fóruns regionais e municipais** que atingiram **cerca de 5.032 pessoas**, entre professores, estudantes, responsáveis, pedagogos e outros profissionais da educação e da rede de proteção de crianças e adolescentes.

No mês de novembro, **a APOIE celebrou seu quinto aniversário**, consolidando-se como uma política pública de referência na Rede Estadual de Ensino do Espírito Santo. Tornando-se um pilar fundamental no suporte psicossocial à comunidade escolar. Para celebrar esse marco e aprimorar ainda mais suas práticas, **a APOIE elaborou o presente material, “Diretrizes da APOIE: História, Metodologia e Práticas na Educação”, que reflete sobre a trajetória da APOIE e busca aprimorar a atuação de assistentes sociais e psicólogos no contexto educacional.**

Em 5 anos de atuação, portanto, conforme os dados do painel de indicadores, entre os anos de 2021 a 2024, a APOIE atendeu a **14.081 demandas individuais**, acompanhando situações de vulnerabilidade psicossocial enfrentadas pelas comunidades escolares. Além disso, foram realizadas **14.817 ações coletivas**, impactando aproximadamente **470 mil pessoas**, o que contribuiu para o fortalecimento das redes de apoio psicossocial nas escolas e a criação de um ambiente de acolhimento e cuidado.

Por acreditarmos no trabalho executado nestes 5 anos de história da APOIE, e da relevância da atuação de assistentes sociais e psicólogos na política de educação, seguiremos escrevendo esta história. Muitas ações e estratégias foram criadas, e com elas, seguimos tecendo o compromisso com a comunidade escolar. Permanecemos, assim, constantemente inspirados a fomentar o diálogo entre os saberes do serviço social, da psicologia e da educação, acreditando que o entrelaçar de conhecimento e partilha é o que fortalece e dá vida à esta política pública.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 13.935, de 11 de dezembro de 2019. Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/l13935.htm. Acesso em: 9 abr. 2024.

ESPÍRITO SANTO. Decreto nº 4593-R, de 13 de março de 2020. Decreta o estado de emergência em saúde pública no Estado do Espírito Santo e estabelece medidas sanitárias e administrativas para prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos decorrentes do surto de coronavírus (COVID-19) e dá outras providências. Disponível em: <https://coronavirus.es.gov.br/Media/Coronavirus/Legislacao/DECRETO%20N%C2%BA%204593%20-%20R,%20DE%2013%20DE%20MAR%C3%87O%20DE%202020.pdf>. Acesso em: 19 abr. 2024.

ESPÍRITO SANTO. Decreto nº 4740-R, de 29 de setembro de 2020. Altera o Decreto nº 4.636-R, de 19 de abril de 2020, e dá outras providências. Disponível em: https://sedu.es.gov.br/Media/sedu/EscoLAR/Poder_executivo%20Exrta%2029-09-2020.pdf. Acesso em: 19 abr. 2024.

ESPÍRITO SANTO. Decreto nº 5971-R, de 18 de abril de 2023. Altera a estrutura organizacional básica e transforma cargos de provimento em comissão e funções gratificadas no âmbito da Secretaria de Estado da Educação – SEDU, sem elevação de despesa fixada. Disponível em: <https://apoie.sedu.es.gov.br/Media/Apoie/APOIE/Decreto%205971-R%20de%2018%20de%20abril%20de%202023.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2025.

ESPÍRITO SANTO. Portaria nº 101-R, de 17 de abril de 2024. Institui o Programa “Educar para a Paz” nas unidades escolares da rede pública estadual do Espírito Santo e dá outras providências. Disponível em: [https://sedu.es.gov.br/Media/sedu/Chamadas/diario_oficial_2024-04-18_%20publica%C3%A7%C3%A3o%20portaria%20Programa%20Educar%20para%20Paz%20\(1\).pdf](https://sedu.es.gov.br/Media/sedu/Chamadas/diario_oficial_2024-04-18_%20publica%C3%A7%C3%A3o%20portaria%20Programa%20Educar%20para%20Paz%20(1).pdf). Acesso em: 20 fev. 2025.

ESPÍRITO SANTO. Portaria nº 108-R, de 8 de novembro de 2019 (revogada). Institui a Ação Psicossocial e Orientação Interativa Escolar - APOIE no âmbito da Rede Estadual de Ensino do Estado do Espírito Santo e demais providências. Disponível em: <https://apoie.sedu.es.gov.br/Media/Apoie/APOIE/Portaria%20n%C2%BA108-R%20de%2008%20de%20novembro%20de%202019.pdf>. Acesso em: 9 abr. 2024.

ESPÍRITO SANTO. Portaria nº 111-R, de 2 de maio de 2023 (revogada). Institui a Gerência de Ação Psicossocial e Orientação Interativa Escolar - G-APOIE no âmbito da rede escolar pública estadual e dá demais providências. Disponível em: <https://apoie.sedu.es.gov.br/Media/Apoie/APOIE/Portaria%20n%C2%BA%20111%20de%2002%20de%20maio%202023.pdf>. Acesso em: 5 abr. 2024.

ESPÍRITO SANTO. Portaria nº 234-R, de 3 de outubro de 2022. Altera o protocolo de monitoramento da frequência escolar na rede escolar pública estadual do Estado do Espírito Santo e dá outras providências. Disponível em: <https://sedu.es.gov.br/Media/sedu/pdf%20e%20Arquivos/234-R-Altera%20o%20protocolo%20de%20monitoramento%20da%20frequ%C3%Aancia%20escolar%20e%20revoga%20Portaria%20043-R-2019%20-%20DIOES%20%20de%2004.10.2022.pdf>. Acesso em: 24 abr. 2024.

ESPÍRITO SANTO. Portaria nº 234-R, de 16 de setembro de 2024. Estabelece e regulamenta a estrutura metodológica e as atribuições do trabalho dos Assistentes Sociais e Psicólogos das equipes da Ação Psicossocial e Orientação Interativa Escolar - APOIE no âmbito da rede pública estadual de ensino do Espírito Santo e dá providências. Disponível em: <https://apoie.sedu.es.gov.br/Media/Apoie/APOIE/Portaria%20N.234-R,%20de%2016%20de%20Setembro%20de%202024%20-%20APOIE.pdf>. Acesso em: 24 set. 2024.

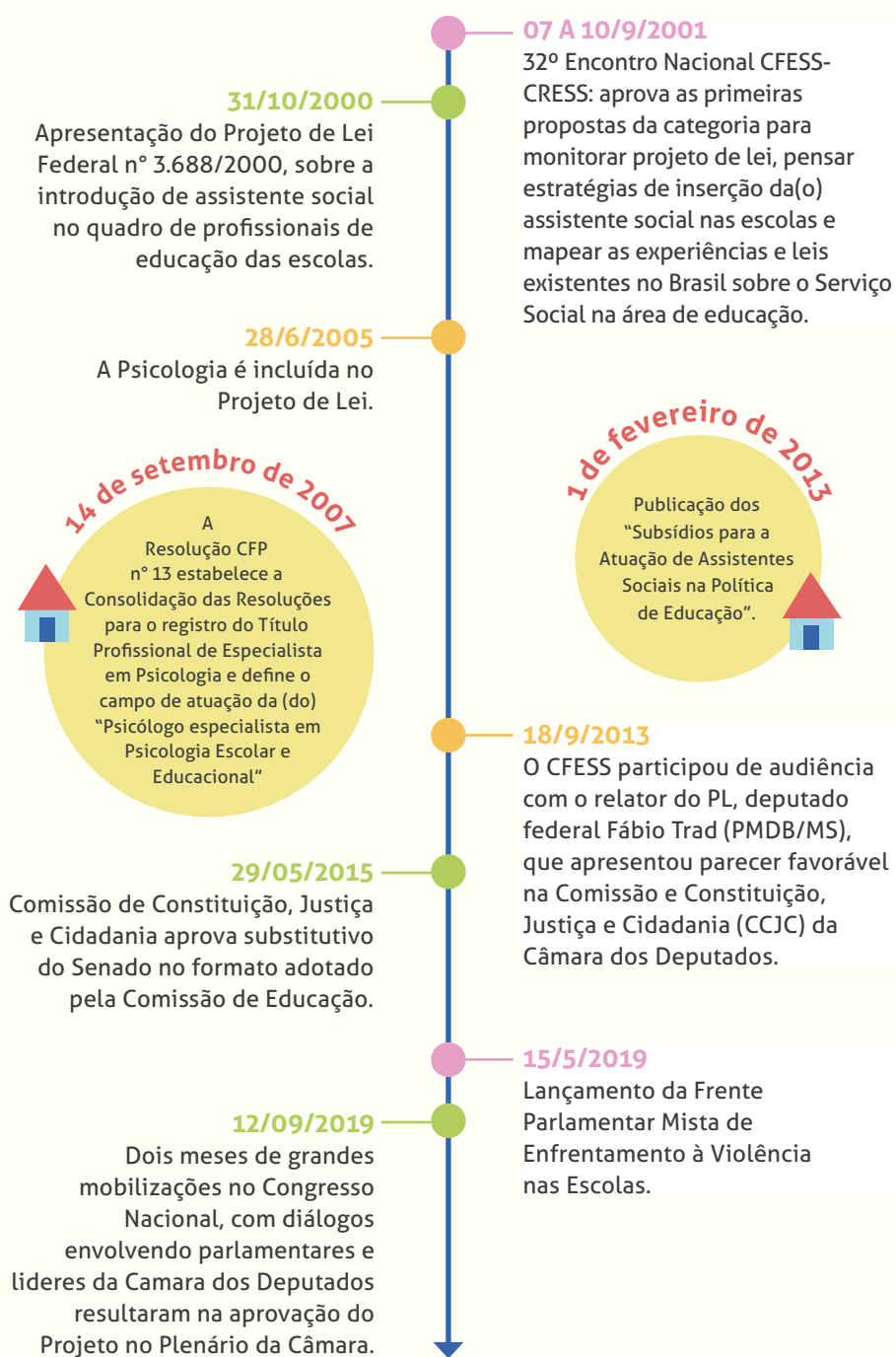
ESPÍRITO SANTO. Secretaria de Estado da Saúde; Secretaria de Estado da Educação. Portaria Conjunta SESA/SEDU nº 002, de 21 de janeiro de 2025. Institui o Grupo de Trabalho Intersetorial do Programa Saúde na Escola, do Estado do Espírito Santo (GTI-E).

Capítulo 3

Fundamentos técnicos

PSICOLOGIA E SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO







1 Dados extraídos da cartilha "Cartilha Psicologia e Serviço Social na Educação Básica - Lei 13.935/2019. Essa luta tem história". Conselho Federal de Psicologia, Brasília, 1ª Edição, 2022.

2 SIGLAS: Conselho Federal de Psicologia (CFP); Conselho Federal de Serviço Social (CFESS); Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (ABRAPEE); Associação Brasileira de Ensino de Psicologia (ABEP); Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS); Federação Nacional dos Psicólogos (FENAPSI); Conselhos Regionais de Psicologia (CRPs); Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

3.1 CAMINHOS HISTÓRICOS DO SERVIÇO SOCIAL NA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO

O Serviço Social tem uma história rica e multifacetada dentro da política de educação, desempenhando um papel crucial na promoção da equidade, inclusão e justiça social. A trajetória histórica dessa profissão na educação pode ser delineada por meio de vários marcos e transformações que refletem mudanças sociais, políticas e econômicas.

A atuação do assistente social na área da educação remonta à década de 1930, marcando presença desde o começo dos processos sócio-históricos que originaram a profissão. Na década de 1940, há registros da atuação de assistente social no Estado do Rio Grande do Sul através do serviço de assistência escolar (AMARO, 2017). Nesse período, os assistentes sociais foram integrados às escolas para apoiar alunos enfrentando dificuldades econômicas e sociais, bem como para colaborar com professores e administradores na identificação e resolução de questões que afetavam o desempenho acadêmico e o bem-estar dos estudantes.

Nos anos 1990, com o amadurecimento do projeto ético-político profissional, aumentaram significativamente os debates e levantamentos sobre a atuação de assistentes sociais nas escolas. Entre os eventos mais relevantes, destacam-se o 8º e o 9º CBAS - Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, realizados em 1995 (Goiânia) e 1998 (Salvador), que resultaram na criação das Comissões Temáticas de Educação nos Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS). Isso expandiu as discussões, debates e propostas nos encontros nacionais da categoria (Brasília, 2001). A partir do início dos anos 2000, o processo ganhou força com um parecer jurídico do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) sobre a implementação do Serviço Social nas escolas de ensino fundamental e médio, abordando também a pertinência da presença dos assistentes sociais na educação, fundamentada na Lei nº 8.662/1993, especialmente nos artigos 4º e 5º. Esse parecer contribuiu para o debate sobre a viabilidade legal dos projetos de lei para a introdução do Serviço Social nas escolas e para a discussão sobre sua regulamentação nas esferas municipal

e estadual.¹⁶ O documento foi incorporado na publicação do 30º Encontro Nacional do Conjunto CFESS-CRESS em 2001 que, pela primeira vez, realizou proposições de âmbito nacional dando origem a publicação “Serviço Social na Educação”.

Ao longo das duas primeiras décadas dos anos 2000, o conjunto CFESS-CRESS intensificou as propostas quanto a pertinência da atuação do assistente social na educação, através de Grupos de Estudos, Grupos de Trabalhos-GT de Educação, Comissões e Conferências que resultam em vastas pesquisas, pareceres e publicações quanto à trajetória histórica de luta do trabalho de assistentes sociais nos espaços sócio-ocupacionais da educação. Nesse sentido, a profissão vem evoluindo para responder às necessidades e desafios emergentes, sempre com o objetivo de garantir que todos os estudantes tenham acesso a uma educação de qualidade e oportunidades equitativas.

Esse processo vai culminar em ações do Conselho Federal de Psicologia-CFP, que em conjunto, atuou para a homologação da Lei Federal Nº 13.935 de 11 de dezembro de 2019, que dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica.

Nesse cenário, o Estado do Espírito Santo antecipa-se à publicação da citada lei Federal e institui a Ação Psicossocial e Orientação Interativa Escolar (APOIE) conforme apresentado no [Capítulo I](#).

¹⁶ CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). *Serviço Social na Educação*. Brasília, 2001. Disponível em: [https://www.cfess.org.br/arquivos/SS_na_Educacao\(2001\).pdf](https://www.cfess.org.br/arquivos/SS_na_Educacao(2001).pdf) Acesso em: 13 de março 2024.

3. 1. 1 O SERVIÇO SOCIAL, A QUESTÃO SOCIAL NA EDUCAÇÃO

O serviço social consiste em uma profissão crítica que detém um projeto ético-político, com direcionamento social que aponta para novo modelo de sociedade, com liberdade, cidadania, democracia, livre de desigualdade, preconceitos e qualquer tipo de injustiça social.

Nessa direção social, a luta pela afirmação dos direitos de cidadania, que reconheça as efetivas necessidades e interesses dos sujeitos sociais, é hoje fundamental como parte do processo de acumulação de forças em direção a uma forma de desenvolvimento social inclusiva para todos os indivíduos sociais (IAMAMOTO, 2009, p.5).

A profissão tem como objeto de intervenção a questão social e suas múltiplas expressões. A categoria profissional atua em múltiplos espaços sócio-ocupacionais, exercendo competências profissionais e atribuições privativas à luz da Lei no 8.662, de 7 de junho de 1993.

O Serviço Social atua no sentido educativo de estimular consciências, de proporcionar novas discussões, de trabalhar as relações interpessoais e grupais. A intervenção do assistente social é uma atividade veiculadora de informações, trabalhando em consciências, com linguagem que é a relação social (MARTINELLI, 1998), que estando frente às mudanças sociais, pode desenvolver um trabalho de articulação e operacionalização, de interação de equipe, de busca de estratégias de proposição e intervenção, resgatando-se a visão de integralidade e coletividade humana e o real sentido da apreensão e participação do saber.

No entanto, é importante considerar que, no cotidiano dos alunos e familiares, na escola emergem as demandas das questões sociais como in-

segurança alimentar, falta de acesso ao trabalho e renda, dificuldade de acesso a políticas saúde, habitação, histórico de violência sexual e de trabalho-infantojuvenil, dependências de substâncias psicoativas, violências intrafamiliares, violações de direitos por omissão do Estado ou negligência familiar, desigualdade e exclusão social, etc., que justificam a inserção do Assistente Social enquanto contribuição do Serviço Social na política de educação.

O reconhecimento da questão social como objeto de intervenção profissional pressupõe compreender como as expressões da questão social se expressam no cotidiano profissional. Dessa forma,

A ampliação exponencial das desigualdades de classe, densas de disparidades de gênero, etnia, geração e desigual distribuição territorial radicaliza a questão social em suas múltiplas expressões coletivas inscritas na vida dos sujeitos, densa de tensões entre o consentimento e rebeldia (...) (IAMAMOTO, p. 2009: 343).

O enfrentamento da questão social envolve a luta pela construção, materialização, consolidação dos direitos sociais, como mediação para a construção de uma outra sociabilidade. Uma das formas de acessar e garantir esses direitos é por meio das políticas sociais.

Não diferente, os educadores partilham de desafios semelhantes à atuação do Assistente Social nas unidades escolares, e podem recorrer aos profissionais do serviço social no sentido interdisciplinar, a partir da necessidade de se fazer algo em torno dos problemas sociais aos quais, geralmente, a escola não possui as informações quanto à forma de agir e intervir e podem incidir na dificuldade quanto ao desempenho acadêmico dos estudantes (AMARO, 1997)

A inserção do assistente social na escola não tem a função de assumir as resoluções de problemas, conflitos ou substituir figuras representativas do corpo pedagógico, mas aproximar as demandas acadêmicas da realidade social dos estudantes e a participação da família no processo educativo de seus filhos. Além disso, a atuação do assistente social valoriza os diversos saberes interdisciplinares do contexto escolar que podem resultar na complementaridade recíproca entre as áreas (AMARO, 1997).

Reconhecendo que a escola se apresenta historicamente como uma das principais instituições que é desafiada para apresentar resultados quanto ao desenvolvimento do conhecimento, considerando também o contexto social do aluno, ou seja, as questões sociais que porventura comparecem nesse ambiente institucional, é importantíssimo que o profissional de Serviço Social, na equipe multiprofissional da escola, se integre à educação pública com práticas educativas, colaborativas e inclusivas, compondo uma educação transformadora para formação cidadã no intuito de favorecer e contribuir para melhores condições de acesso aos direitos constitucionais trabalhando diretamente com os alunos, professores, coordenadores, gestores, incluindo-os nesse processo.

Levando em consideração, também, que o processo sócio-pedagógico educacional demanda uma escola com capacidade para desenvolver senso crítico do estudante, de acordo com a realidade em que ele se encontra inserido na sociedade, resgatando os valores sociais, compreendendo a realidade cultural, social e econômica desse aluno e estimulando o fortalecimento de vínculos sociais e familiares, bem como orientando-o para a vida em sociedade.

3.1.2 A INSERÇÃO SÓCIO-OCUPACIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO

Ao elucidarmos sobre o serviço social na educação, partiremos do pressuposto que o serviço social e a educação concebem-se em áreas homogêneas, conforme Souza (2005):

[...] Educação e Serviço Social são áreas afins, cada qual com sua especificidade, que se complementam na busca por objetivos comuns e projetos político-pedagógicos pautados sob a lógica da igualdade e da comunicação entre escola, família, comunidade e sociedade
(SOUZA, 2005, p. 39).

A atuação do assistente social no âmbito escolar deve compreender o aluno em sua totalidade, ou seja, desenvolver uma prática profissional que considere os aspectos familiares, a comunidade escolar e a interação com as demais políticas públicas, sejam de saúde, habitação, assistência social, dentre outras, uma vez que, a interlocução entre os equipamentos da rede de garantia e proteção de direitos é essencial no processo da promoção de uma educação de qualidade.

No ambiente educacional, a equipe multiprofissional deve colaborar estreitamente com os educadores, promovendo uma ação conjunta e a troca de conhecimentos para alcançar objetivos comuns. Os benefícios de uma abordagem multidisciplinar são evidentes, pois ela enriquece o processo de ensino-aprendizagem e o desenvolvimento de crianças e adolescentes. A escola é um dos principais espaços sociais, onde os alunos refletem suas realidades sociais. Dessa forma, torna-se essencial a integração do assistente social na equipe multidisciplinar, para que, junto a outros profissionais, possa aplicar seu conhecimento teórico-metodológico e técnico-operativo em diversas situações, como trabalho infanto-juvenil, uso de drogas, fome, violência doméstica, exclusão social e evasão escolar, entre outras questões complexas.

Compreende-se que a disposição para conhecer a totalidade da vida dos sujeitos que convivem no ambiente escolar deve vir acompanhada de uma atitude de não julgamento, ética social e efetivo interesse em apoiar o desenvolvimento de cada sujeito e, por conseguinte, da comunidade escolar.

A contribuição do serviço social na educação segue a linha do que Amaro (2017) traz quanto à relevância contributiva do assistente social compondo equipes de apoio pedagógico nas escolas, conjugando esforços com equipes interdisciplinares. Ao integrar equipes interdisciplinares, o assistente social colabora com diferentes saberes e formações profissionais, possibilitando uma cooperação mais ampla sobre as questões sociais. Considera-se que o cenário atual da educação formal no Brasil vai além das questões exclusivamente curriculares, incorporando cada vez mais as demandas sociais dos educandos nas relações pedagógicas, como parte do processo de acesso à cidadania.

Além disso, a atuação do assistente social na educação vai além do atendimento aos estudantes e das abordagens individuais. Abarca também intervenções com as famílias, o corpo docente, gestores, outros trabalhadores das instituições, tanto públicas quanto privadas e redes que integram outras políticas públicas, instâncias de controle social e movimentos sociais. Assim, o trabalho do assistente social abrange ações tanto individuais quanto coletivas, além de envolvimento de caráter organizacional, articulação entre diferentes setores e atividades de formação e capacitação profissional.

A metodologia de atuação técnica na educação requer que o assistente social possa apreender a realidade da escola e a comunidade que a cerca, munido de olhar crítico, contudo pautando sua atuação em não estereotipar nem romantizar os desafios. Não se trata apenas de se apropriar dos dados oficiais da escola como número de alunos, oferta de ensino, o regulamento escolar e o corpo de professores existente. O profissional deve considerar que as dificuldades conhecidas não são exclusivas daquela escola, esfera ou nível educacional, mas que podem emergir das expressões da questão social mais ampla, derivada de condicionantes globais, históricos e/ou político-culturais.

Para Gomes (2010), a inclusão do assistente social na educação justifica-se a partir de uma compreensão extensa do processo de ensinar e aprender, observando as dimensões cognitivas, afetivas e sociais. O assistente social inserido nas equipes psicossociais na escola também deve levar em consideração o contexto histórico dessa política de educação. Conforme Almeida (2011), a trajetória da política educacional vai além do simples resgate de uma história marcada por mudanças legislativas. A função social da educação se entrelaça

com outras dimensões da vida social, constituindo um conjunto de práticas essenciais para a continuidade de formas de sociabilidade. Essas práticas são permeadas por contradições, projetos e lutas que transcendem as instituições educacionais, refletindo disputas mais amplas no âmbito da sociedade.

Para que possamos compreender a realidade escolar dentro do seu contexto social e cultural, é necessário compreender cada sujeito em sua totalidade. O indivíduo não é apenas a questão específica que está vivendo em determinado momento, ele está inserido num contexto histórico-político determinado. Conforme complementa (AMARO, 2017), deve-se compreender que a escola é o reflexo de sua comunidade e deste indivíduo, situada territorialmente, orquestrada culturalmente por cenários, situações e acontecimentos que se representam e reproduzem no ambiente em que se insere.

Portanto, reforçar que a disposição para conhecer a totalidade da vida dos sujeitos que convivem no ambiente escolar deve vir acompanhada de uma atitude de não julgamento, ética social e efetivo interesse em apoiar o desenvolvimento de cada sujeito e, por conseguinte, da comunidade escolar.

Nesse contexto, a contribuição do Serviço Social no cenário educacional adquire relevância e legitimidade, especialmente nas abordagens quanto a temas curriculares relativos ao trabalho preventivo no ambiente escolar. Entre eles, destacam-se o de combate ao racismo, homofobia, violências, bullying e inclusão de pessoas com deficiência. Historicamente, o preconceito e a exclusão social têm cercado e reproduzido vulnerabilidades sociais e educacionais, muitas vezes agravando e perpetuando essas condições nas comunidades escolares.

3.1.3 SUBSÍDIOS PARA ATUAÇÃO DO PROFISSIONAL DE SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO

O Conjunto CFESS-CRESS apresenta o documento “Subsídios para a Atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação”, que tem como objetivo contribuir para que a atuação profissional na Política de Educação se efetive em consonância com os processos de fortalecimento do projeto ético-político do serviço social e de luta por uma educação pública, laica, gratuita, presencial e de qualidade, que, enquanto um efetivo direito social, potencialize formas de sociabilidade humanizadoras (CFESS, 2012).

Com o intuito de comunicar e nortear a categoria profissional do serviço social, o documento foi produzido partindo do acúmulo teórico-metodológico, técnico-operativo e ético-político da categoria profissional, construído, nas duas últimas décadas da trajetória do Serviço Social na Política de Educação. Porém este não é um parâmetro como nos documentos lançados pelo CFESS para atuação de assistentes sociais na política de saúde e assistência social. Esta publicação é um subsídio em construção para orientar o exercício profissional do serviço social na política de educação que posteriormente deverá ser atualizado.

São inúmeras possibilidades de atuação do assistente social na política de educação, o qual deve exercer sua autonomia profissional com competência crítica, propositiva, numa perspectiva de totalidade.

As atribuições e competências dos/as assistentes sociais, sejam aquelas realizadas na educação ou em qualquer outro espaço sócio-ocupacional, são orientadas e norteadas pelos princípios, direitos e deveres inscritos no Código de Ética Profissional de 1993 (CEP), na Lei de Regulamentação da Profissão (Lei 8.662/1993), bem como nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996). Estes instrumentos afirmam a concepção de projeto ético-político profissional hegemônico no serviço social brasileiro, gestada desde o final dos anos 1970. Tais princípios, direitos e deveres, articulados às atribuições e competências, devem ser observados e respeitados tanto pelos/as profissionais, quanto pelas instituições empregadoras (CFESS, 2012).

As competências trazem ao profissional a possibilidade de realizar a análise crítica da realidade e construir as estratégias pertinentes para responder às demandas sociais que constam na Lei de Regulamentação da Profissão (8.662/1993).

Dessa forma, tanto a Lei de Regulamentação da Profissão como o Código de Ética são instrumentos legais que assumem, para além do papel jurídico, uma dimensão política que orienta a defesa da profissão, a qualidade dos serviços prestados à população usuária (CFESS, 2012).

Para tanto, o profissional precisa ter a garantia de condições técnicas e éticas de trabalho, previstas na Resolução CFESS 493/2006, para que possa exercer com responsabilidade as atribuições e competências que exige autonomia técnica e garantia do sigilo profissional no atendimento à população usuária.

O enfrentamento da questão social envolve a luta pela construção, materialização, consolidação dos direitos sociais, como uma mediação para a construção de uma outra sociabilidade. Uma das formas de acessar e garantir esses direitos é por meio das políticas sociais.

O serviço social tem, dentro desse contexto, o desafio e o compromisso de dar materialidade às suas competências e atribuições profissionais nos diferentes espaços sócio-ocupacionais, buscando efetivar direitos previstos nas políticas sociais, além de trabalhar pela consolidação e ampliação desses direitos.

Assim, poderemos não ser apenas identificados/as como “executores/as terminais” das políticas públicas ou “solucionadores/as” das expressões da questão social, como em experiências de assistentes sociais na educação, particularmente nas escolas, com responsabilidade atribuída para “soluções” da evasão escolar, inúmeras expressões da violência, discriminações etc, muito embora estes fenômenos sejam objeto da atuação profissional cotidiana e que exigem a análise crítica das raízes que os conformam (CFESS, 2012).

A educação pode ser considerada um espaço privilegiado para o enriquecimento ou empobrecimento do gênero humano. Assim, na perspectiva de fortalecimento do projeto ético-político, o trabalho do assistente social na Política de Educação pressupõe a referência a uma concepção de educação emancipadora, que possibilite aos indivíduos sociais o desenvolvimento de suas potencialidades e capacidades como gênero humano.

As ações profissionais exigem um acervo técnico-instrumental necessário ao alcance dos objetivos profissionais, que devem ser orientados a partir do conjunto de competências gerais que norteiam o processo de formação e de exercício profissional, assim como dos princípios éticos e políticos que conformam o projeto profissional do serviço social. [...] É da combinação entre os aportes teórico-metodológico, ético-político e técnico-instrumental e as condições objetivas em que se realiza a atuação profissional que resultam das particularidades das experiências profissionais. No âmbito da Política de Educação, o conjunto das competências específicas dos/as assistentes sociais se expressam em ações que devem articular as diversas dimensões da atuação profissional (CFESS, 2012).

Sabendo que a discussão não se esgota por aqui, conforme elucida (SANTOS, 2020), é importante para o assistente social em seu exercício profissional no espaço sócio-ocupacional das unidades escolares vislumbrar que desempenha funções educativas com a classe trabalhadora, sendo que na escola o seu papel não se torna diferente, pois sua atuação incide sobre o modo de viver e de pensar da comunidade escolar, a partir das situações vivenciadas em seu cotidiano, justamente por seu caráter político-educativo, trabalhando diretamente com a garantia dos direitos sociais, como direito ao acesso, à permanência e ao êxito escolar do estudante, consequentemente contribuindo para a transformação social e a emancipação dos sujeitos.

3.2 ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO NA EDUCAÇÃO

A psicologia é uma ciência e profissão caracterizada pela amplitude de ramificações no que tange aos campos de atuação. A Educação consiste em uma dessas áreas de inserção da psicologia e, partindo deste pressuposto, neste subcapítulo, explorar-se-á o exercício da psicologia na educação, subsidiando a proposta de trabalho da APOIE.

Para elucidar as possíveis interlocuções entre psicologia e educação, propõe-se uma breve reflexão sobre o cerne da psicologia enquanto ciência, além de traçar um panorama histórico das interfaces entre ambas as áreas. Nesse sentido, busca-se evidenciar como o objeto de estudo da psicologia se integra ao campo educacional, explorando as diversas formas de inserção e articulação entre os saberes, e destacando as contribuições que essa interação oferece ao processo educacional.

3.2.1 HISTORICIDADE E PERCURSO DA PSICOLOGIA NA EDUCAÇÃO

Ao realizar o resgate histórico acerca das interfaces entre a psicologia e a educação, percebe-se que as indagações iniciais dos psicólogos foram motivadas principalmente pelo anseio em compreender os processos que envolvem a aprendizagem e o desenvolvimento humano. As teorias maturacionistas-inatistas¹⁷ e comportamentalistas¹⁸ preponderavam o campo de estudo da educação no que tange às explicações de como se dava a aprendizagem (FONTANA e CRUZ, 2008).

A partir da criticidade às teorias inatistas e comportamentalistas da época, psicólogos contemporâneos, como Piaget e Vigotski, propõem perspectivas interacionistas no que tange aos processos de ensino-aprendizagem e desenvolvimento infantil. Pensando que o ser humano não é apenas resultante do

¹⁷ As teorias inatistas-maturacionistas procuravam explicar os processos de aprendizagem e inteligência enquanto provenientes do aparato biológico focando em aspectos inatos e maturacionais.

¹⁸ As teorias comportamentalistas fazem referência ao behaviorismo clássico e outros pensadores contemporâneos que entendiam que os indivíduos eram como tábulas rasas e que os processos de ensino-aprendizagem se davam como fruto do meio e das experiências vivenciadas.

meio, tampouco produto unicamente do aparato inato e genético, a psicologia inicia as contribuições à educação a partir do estudo e compreensão de que o ser humano aprende a partir da interação entre organismo e ambiente, levando em consideração seu desenvolvimento maturacional, contexto histórico, social, cultural, bem como as interações com signos, símbolos e linguagem (FONTANA & CRUZ, 2008).

Nesse contexto, a psicologia refina e expande suas bases epistemológicas no campo da educação, ampliando as possibilidades de atuação junto ao pedagógico. Em convergência com as teorias de Piaget (2002)¹⁹ e Vigotski (2003)²⁰, a psicologia contribui para a consolidação de uma prática que entende o indivíduo na escola a partir de uma perspectiva interacionista, considerando suas interações sociais e cognitivas como fundamentais para o processo de aprendizagem.

É importante destacar que, a partir dos anos 1980, no contexto da expansão da Psicologia Escolar e Educacional, a psicologia passou a questionar suas bases epistemológicas no campo da educação. A atuação da psicologia nas escolas passou a ser pensada para além dos processos de ensino-aprendizagem, com foco na produção de ações que considerem o contexto social que envolve a comunidade escolar. O objetivo é construir um conhecimento científico e uma prática profissional crítica, que não se restrinjam a abordagens centradas exclusivamente no indivíduo. Isso inclui a articulação do ensino-aprendizagem com o papel social da psicologia nas escolas, desenvolvendo práticas que enfrentem a medicalização, patologização e judicialização das vidas de educadores e estudantes. Essas práticas visam contribuir para a abordagem de questões que afetam e atravessam o cotidiano escolar, como a exclusão social, violência, discriminação, intolerância, desigualdade, além de promover o desenvolvimento integral de todas e todos (PATTO, 2015).

¹⁹ A teoria piagetiana é baseada na epistemologia genética, a qual, a partir da perspectiva interacionista, propõe a estruturação do desenvolvimento infantil a partir de estágios com base no conceito de equilíbrio para efetivar a aprendizagem em cada estágio do desenvolvimento.

²⁰ A teoria vigotskiana, assim como a piagetiana, baseia-se no interacionismo como ponto de partida para a compreensão dos processos de ensino-aprendizagem e vislumbra o desenvolvimento humano a partir da linguagem, da interação com os instrumentos, signos, símbolos e com os pares, sob a ótica da perspectiva histórico-crítica.

Patto (2015) discorre acerca de aspectos historicamente construídos e que reverberam na atual expectativa da atuação da psicologia junto à educação. Ao trazer reflexões sobre o fracasso escolar, a autora traz como ponto de atenção que a psicologia, por vezes, foi encomendada a oferecer respostas à educação a partir de diagnósticos, avaliações ou explicações psicológicas a respeito dos ditos “alunos problema”, culpabilizando estes pelo fracasso escolar.

Tais medidas associadas à medicalização da vida estudantil exigem do profissional psicólogo a criticidade necessária com vistas a problematizar a culpabilização do estudante e a encomenda de psicodiagnósticos na escola. Vale ressaltar que este processo encontra apoio na história da psicologia na educação e reflete na atuação psicossocial atual, no que se refere à visão equivocada da atuação clínica, avaliativa ou de alguém que trará resolutividade quase instantânea às problemáticas do contexto escolar (PATTO, 2015).

Pensando no enfrentamento a essa representação social e histórica do psicólogo na educação, dialoga-se com Fontana e Cruz (2008) que discorrem em sua obra “Psicologia e trabalho Pedagógico” a respeito deste percurso histórico e metodológico da psicologia junto à educação, trazendo o referencial teórico da perspectiva histórico-crítica Vigotskiana. Esta abordagem fomenta a importância da linguagem e da interação para a aprendizagem, assim como propõe um olhar para a escola enquanto espaço essencial para que estes processos aconteçam de forma a mediatizar o desenvolvimento, ampliando as possibilidades de intervenção psicológica no contexto escolar (SAVIANI, 2000).

Nesse sentido, compreende-se que os processos cognitivos do desenvolvimento humano não estão desassociados ao desenvolvimento psicossocial, emocional e relacional. Sendo assim, os engendramentos do saber psicológico associado às práticas pedagógicas, podem construir alicerces fortes no que tange à integralidade do processo educativo. Tal definição de educação integral rompe com o conceito de educação bancária, possibilitando espaços de construção da educação libertadora (FREIRE, 1999).

Sob a ótica destes ideais progressistas da abordagem histórico-crítica na literatura Vigotskiana e da pedagogia libertadora Freireana, pode-se pensar a respeito da democratização da escola e construção de um ambiente propício

ao desenvolvimento e aprendizagem, não apenas conteudista, mas de ascensão e autonomia do sujeito a partir da educação (LIBÂNEO, 1992).

Portanto, embora as primeiras aproximações entre a psicologia e a educação estivessem voltadas principalmente para a compreensão científica dos processos de aprendizagem infantil, percebe-se que as possibilidades de atuação do psicólogo no contexto educacional evoluíram significativamente. Além de colaborar com as estratégias pedagógicas de ensino-aprendizagem, o psicólogo educacional e escolar se destaca como um profissional essencial para a promoção da integralidade nos processos educacionais, contribuindo para o desenvolvimento pleno dos estudantes e a melhoria do ambiente escolar.

3.2.2 CIÊNCIA E PROFISSÃO: A PSICOLOGIA ESCOLAR E EDUCACIONAL

De acordo com Figueiredo (1994), entende-se que o saber científico psicológico explora o campo das subjetividades como seu objeto de estudo. Compreende-se como subjetividade a forma singular, complexa e particular que um sujeito sente, se comporta, se enxerga e se projeta no mundo, sendo a subjetividade um espectro estruturado através de suas vivências, história, cultura, sociedade, família, aparato inato.

Partindo deste ponto, assume-se a ideia do indivíduo como um ser multifacetado, complexo e diverso, um ser biopsicossocial (BELLOCH; OLABARRIA, 1993). Na medida em que esse sujeito se relaciona com outros indivíduos e com instituições, há angústias e conflitos (FREUD, 1996; LACAN, 2005), como também produção de coletividade, desenvolvimento cognitivo e construção de conhecimentos (FREIRE, 2004; VIGOTSKI, 2004).

Vislumbrando a interface entre a psicologia e a educação, Paulo Freire (2004) afirma que a educação é mais que uma ciência, educação é vida. O ato de educar é um ato de humanização, isso implica em tratar a educação como promotora de sujeitos humanizados. Portanto, em contraponto à transmissão de conteúdos e informações de forma mecanizada, engessada e desconexa da realidade da comunidade escolar, a escola deve promover a construção de conhecimentos; processo no qual o professor é o mediador e os conhecimentos são coletivamente construídos a partir das vivências e saberes dos sujeitos envolvidos.

Pensando nisso, a escola não é uma ilha nem a única responsável pelo processo educacional. A instituição escolar é um ambiente formal onde os processos de ensino-aprendizagem se intercalam ao contexto sócio-histórico-cultural dos estudantes e da equipe profissional que compõem esta instituição. Isso implica no rompimento dos muros escolares, culminando em processos transversais de articulações necessárias com rede intersetorial, território, cultura, família, sociedade e história (FREIRE, 2004).

Assumindo a multifatorialidade e transversalidade da escola, faz-se preciso pensar em possibilidades de construção de conhecimento atrelado à realidade vigente e que funcione como fagulha para transformações dessa realidade. Para isso, as proposições Freireanas (2004; 2011) se interpelam ao que Saviani (1985) reflete acerca do processo da democracia na escola e, consequentemente, na própria conceituação e objetivos da educação.

Sendo assim, a escola consiste também no espaço de promoção civilizatória (ELIAS, 1994) e subjetiva dos indivíduos a partir da construção de processos democráticos, deveres sociais, produção ética e garantia de direitos. Neste ponto, a Declaração Universal dos Direitos Humanos prevê no art. 26 que todo ser humano tem direito à educação (ONU, 1948) e complementa:

A educação deve visar à plena expansão da personalidade humana e ao reforço dos direitos do Homem e das liberdades fundamentais e deve favorecer a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e todos os grupos raciais ou religiosos, bem como o desenvolvimento das atividades das Nações Unidas para a manutenção da paz (ONU, 1948, art. 26).

Em complementaridade a isso, o Conselho Federal de Psicologia (2005) também resolve:

O psicólogo baseará o seu trabalho no respeito e na promoção da liberdade, da dignidade, da igualdade e da integridade do ser humano, apoiado nos valores que embasam a Declaração Universal dos Direitos Humanos (CFP, 2005, p. 9).

Dessa forma, o trabalho da psicologia na educação se pauta nos princípios da equidade, liberdade, respeito, dignidade e integridade, potencializando as propostas freireanas supracitadas acerca da educação.

A escola se constitui enquanto uma instituição intrinsecamente conectada à cultura, território e sociedade, atuando junto às subjetividades e fenômenos multifacetados. Portanto, a psicologia por si só não visa oferecer soluções simples, reducionistas e unilaterais, mas sim trabalhar neste contexto junto a outras profissões e políticas públicas.

Tais relações e articulações descentralizadas, interdisciplinares, multiprofissionais e multifacetadas implicam na construção de suporte à comunidade escolar que visa a complementaridade do que já é executado na educação básica junto às equipes escolares. O que culmina em não anular as ações planejadas e realizadas pela escola ou oferecer serviços de consultoria às unidades escolares, mas sim de fortalecer as articulações organizacionais e amplificar/potencializar as possibilidades de atuação na/da/para a escola.

3.2.3 A APOIE: PSICOLOGIA E INTERDISCIPLINARIDADE PARA UMA EDUCAÇÃO INTEGRAL

A atuação do profissional de psicologia na educação está atrelada aos outros profissionais e saberes que o circundam, em especial ao Serviço Social, em decorrência de toda a trajetória da regulamentação dos profissionais de psicologia e serviço social na educação. Portanto, referenciando a portaria nº 234-R, de 16 de setembro de 2024, obtém-se a conceituação básica de atuação psicossocial da APOIE na educação da rede estadual de ensino no Espírito Santo.

Com base nesse levantamento introdutório que aproxima a psicologia da educação, é possível utilizar como subsídios as orientações dos Conselhos de Psicologia, tanto o Regional (CRP) quanto o Federal (CFP). Além do Código de Ética Profissional, o sistema de conselhos oferece diretrizes adicionais por meio de notas técnicas, referências e orientações da categoria, contribuindo de forma significativa para a prática da psicologia no contexto educacional.

A publicação “Referências Técnicas para Atuação de Psicólogas(os) na Educação Básica” (CFP, 2019) consiste em um importante norteador para a atuação da psicologia na educação, sendo que o documento converge e alinha-se à Lei 13.935/2019 para orientar a categoria profissional quanto às especificidades da atuação na educação.

O material do CFP (2019) se divide em eixos que abordam a dimensão ético-política do trabalho do psicólogo na educação básica, explorando as interfaces entre psicologia e escola, elucidando possibilidades de atuação na educação e elencando desafios inerentes à prática profissional neste campo de atuação.

Entende-se que a psicologia se faz presente em diversas políticas públicas e possui compromisso ético e político enquanto ciência e profissão que visa mitigar e/ou superar desafios inerentes a essas políticas. Relacionado à política de Educação, a psicologia insere-se como saber contribuinte ao enfrentamento de desafios e promoção de potencialidades vivenciadas nesta política (CFP, 2019).

Nessa linha de subsídios técnicos, o documento “Técnicas para Atuação de Psicólogos (os) na Educação Básica” (CFP, 2019), elaborado pelo Centro de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP) e publicado pelo Conselho Federal de Psicologia, retrata a educação enquanto direito fundamental, básico e universal dos sujeitos e, em uma perspectiva crítica, pautada na diversidade humana e protagonista nos enfrentamentos a preconceitos, racismos, pobreza.

Concomitante a isso, entende-se que a psicologia, em sua área de atuação, considera os contextos sociais, escolares, educacionais e o Projeto Político-Pedagógico das Unidades Educacionais atendidas, articulado às políticas da Saúde, da Assistência Social, dos Direitos Humanos, da Justiça, e outros atores da rede interna e externa da educação.

Sendo assim, os psicólogos escolares e da educação atuam de forma descentralizada, preconizando construções coletivas, não individualizantes ou reducionistas, respeitando a responsabilidade ética inerente à ciência e pro-

fissão da psicologia. Ressalta-se que o Código de Ética do Psicólogo (CFP, 2005) orienta e norteia os profissionais em amplos aspectos da atuação no que tange à dimensão ético-política da Psicologia.

Atuar sob a perspectiva ético-política que rompe com os paradigmas unilaterais, segregacionistas e individualizantes, exige do profissional psicólogo que conheça suas atribuições, possibilidades de atuação e, principalmente, o local em que trabalha. Com relação à escola, entende-se que se trata de uma instituição solidificada por anos na história da humanidade e que é atravessada pelo território, pela comunidade, cultura e recorte temporal em que foi instituída (ANTUNES; MEIRA, 2003).

Portanto, a atuação da psicologia no contexto escolar se estabelece a partir da apropriação e conhecimento deste lugar, a Escola. Em “Psicologia Escolar: Práticas Críticas” (ANTUNES; MEIRA, 2003), discorre-se acerca da importância do conhecer a unidade escolar para além das paredes institucionais, levando em consideração os aspectos pertinentes do território, comunidade, história da escola, cultura institucional, rede intersetorial, entre outros aspectos relevantes à compreensão ampliada da dinâmica escolar.

A partir disso, compreende-se a importância da interdisciplinaridade na atuação no contexto escolar, especialmente no que tange ao fortalecimento da garantia de direitos e à reflexão sobre as forças políticas e lutas sociais que permeiam a educação. Considerando que há subjetividades, divergências e conflitos que desencadeiam conexões e construções sociais no ambiente escolar, a psicologia integral e interdisciplinar se entrelaça com essas forças para mediar processos de rompimento das amarras sociais que fomentam violências (DELEUZE e GUATTARI, 1996).

Por fim, ressalta-se que a finalidade de atuação do psicólogo na Educação deve se pautar no compromisso com a luta por uma escola democrática, que garanta os direitos de cidadania a crianças, jovens, adultos e profissionais da Educação. Esse compromisso é ético-estético-político e envolve a construção de uma escola participativa que possa se apropriar dos conflitos nela existentes por meio da implicação dos diversos atores envolvidos no processo, com vistas a contribuir nas reflexões e transformações possíveis neste contexto.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. O Serviço Social na educação. *Revista Inscrita Conselho Federal de Serviço Social*. Brasília, 2000.

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. "Apontamentos sobre a Política de Educação no Brasil hoje e a inserção dos/as assistentes sociais". In: **CFESS**. *Subsídios para o debate sobre Serviço Social na Educação*. Brasília: CFESS, 2011.

AMARO, Sarita. *Serviço Social em escolas: Fundamentos, processos e desafios*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

ANTUNES, M. A. M.; MEIRA, M. E. M. (orgs.). *Psicologia Escolar: Práticas Críticas*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003. 128 p.

BARROCO, M. L. S.; TERRA, S. H. *Código de Ética do Assistente Social comentado*. Organização do CFESS. São Paulo: Cortez, 2012.

BELLOCH, A.; OLABARRIA, B. El modelo bio-psico-social: un marco de referencia necesario para el psicólogo clínico. *Revista Clínica e Salud*, v. 4, n. 2, p. 181-190, 1993.

BRASIL. Lei n. 8662, de 7 de junho de 1993. Dispõe sobre a profissão de assistente social e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Poder Legislativo, Brasília, DF, 8 jun. 1993. p. 7.613. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8662.htm. Acesso em: 20 mar. 2024.

BRASIL. Lei n. 13.935, de 11 de dezembro de 2019. Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica. Brasília, 12 dez. 2019. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/l13935.htm. Acesso em: 18 dez. 2023.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. *Código de Ética do/a Assistente Social*. Aprovado em 13 de março de 1993 com as alterações introduzidas pelas Resoluções CFESS nº290/94, 293/94, 333/96 e 594/11. Brasília: CFESS, 1993. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. *Serviço Social na Educação*. Brasília, 2001.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. *Referências Técnicas para Atuação de Psicólogas(os) na Educação Básica*. Brasília: CFP, 2019.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil Platôs*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1996.

ELIAS, N. *O processo civilizador: Uma história dos costumes*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.

ESPÍRITO SANTO. Portaria Nº 234-R, de 16 de setembro de 2024. Estabelece e regulamenta a estrutura metodológica e as atribuições do trabalho dos Assistentes Sociais e Psicólogos das equipes da Ação Psicossocial e Orientação Interativa Escolar - APOIE no âmbito da rede pública estadual de ensino do Espírito Santo e dá providências. Disponível em: <https://apoie.sedu.es.gov.br/Media/apoie/apoie/Portaria%20N.234-R,%20de%2016%20de%20Setembro%20de%202024%20-%20APOIE.pdf>. Acesso em: 24 set. 2024.

ESPÍRITO SANTO. Portaria Nº 111-R, de 02 de maio de 2023, Protocolo 1077509. *Diário Oficial do Espírito Santo*, Vitória, Espírito Santo, Edição 25.977, 1-145, publicado em 03 de maio, 2023.

FIGUEIREDO, L. C. M. (1994). *A invenção do psicológico: Quatro séculos de subjetivação (1500-1900)*. Linhas de fuga (2. ed.). São Paulo, SP: Escuta.

FONTANA, Roseli; CRUZ, Nazaré. *Psicologia e trabalho pedagógico*. São Paulo: Editora Atual, 2008.

FREIRE, P. *Educação como prática da liberdade*. 23ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. 50. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

FREUD, S. (1976). Inibições, sintomas e ansiedade. In: S. Freud, *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. 20). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1926).

LACAN, J. *O seminário, livro 10: a angústia* (1962-1963). Texto estabelecido por Jacques-Alain Miller. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

LIBÂNEO, J. C. *Democratização da escola pública: a pedagogia crítico-social dos conteúdos*. São Paulo: Loyola, 1992.

MARTINELLI, Maria Lúcia. O Serviço Social na transição para o próximo milênio: desafios e perspectivas. In: *Serviço Social & Sociedade*, nº 57. São Paulo: Cortez, 1998.

NESPOLI, Grasielle. A educação popular é importante porque reconhece as condições de vida, atua a partir da realidade, promove e organiza redes de apoio social que, neste momento, são fundamentais. *EPSJV/Fiocruz*, 01 jun. 2020. Disponível em: <https://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/entrevista/a-e-educacao-popular-e-importante-porque-reconhece-condicoes-de-vida-atua-a-a-partir>. Acesso em: 20 mar. 2024.

PASTOR, M. Individualidade e totalidade como elementos para reflexão no Serviço Social. *Serviço Social em Revista*, Londrina - PR, v. 1, n. 1, p. 43-57, 1998.

PIAGET, J. *Epistemologia genética*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

PATTO, Maria Helena Souza. *A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia*. São Paulo: Intermeios, 2015.

SANTOS, André Michel dos. *Serviço social na educação: um estudo das atribuições profissionais em escolas públicas municipais*. Curitiba: CRV, 2020.

SAVIANI, D. *Escola e democracia*. 8. ed. Campinas, SP: Autores associados, 1985.

SAVIANI, D. *Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações*. Campinas: Autores Associados, 2000.

VIGOTSKI, L. S. *Psicologia pedagógica*. Porto Alegre: Artmed, 2003.

VIGOTSKI, L. S. *Teoria e método em psicologia*. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

YAZBEK, M. C. Fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social brasileiro na contemporaneidade. In: **CFESS, ABEPSS.** (Org.). *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília, DF, 2009. Disponível em: <https://www.abepss.org.br>. Acesso em: 03 abr. 2024.

ZIMMERMANN, Paula. História do Serviço Social no Brasil. *Portal dos S.* 19 set. 2021. Disponível em: <https://portaldoss.com.br/historia-do-servico-social-no-brasil/>. Acesso em: 18 mar. 2024.



Capítulo 4

METODOLOGIA DE ATUAÇÃO

A metodologia de trabalho é essencial para guiar e estruturar as atividades realizadas em diversos contextos, desde ambientes acadêmicos até os espaços organizacionais. Ela representa um conjunto de princípios, técnicas e práticas que orientam como as tarefas são planejadas, executadas, monitoradas e avaliadas para alcançar determinados objetivos, visando otimizar recursos, melhorar a eficiência e garantir a qualidade dos serviços oferecidos.

Independentemente do âmbito, uma boa metodologia de trabalho deve ser flexível o suficiente para se adaptar às necessidades específicas de cada contexto sócio-histórico-cultural, ao mesmo tempo em que oferece estrutura e direção para alcançar resultados consistentes e satisfatórios.

Considerando o percurso da APOIE, de construção da política psicossocial na Educação, percebe-se que os aparatos metodológicos foram se aprimorando e se desenvolvendo ao longo do recorte temporal de 2019 a 2024, não desconsiderando a constante evolução da política em seus amplos aspectos. As diretrizes metodológicas da APOIE foram sendo construídas coletivamente a partir de 2019, até que, em 2021, foram socializadas de forma precursora, com vistas a orientar a atuação das equipes psicossociais contemporâneas, sendo elas as equipes da APOIE na SEDU e nas SREs.

Como ponto de ignição para a atuação, a prática psicossocial da APOIE foi pensada em dois eixos de atuação que contornam e estruturam a metodologia psicossocial na educação.

Os eixos, divididos didaticamente, se entrelaçam e subsidiam uma análise institucional educacional histórico-crítica para uma ação psicossocial contextualizada e integral.

Para tal, com a atuação inicial das equipes APOIE nas SREs, foi instituída a metodologia das Escolas-piloto, que consistia em uma unidade escolar focal por SRE para a elaboração de um plano de atuação institucional consistente, com base no aporte teórico-prático da obra “Psicologia Escolar: práticas críticas”, de Antunes & Meira (2003). Tal método apresentou resultados convergentes à proposta interventiva da APOIE e foi aprimorado para o ano seguinte de 2022, porém com a nomenclatura de “Escolas de referência”, devido ao caráter metodológico já explorado.

Após a expansão APOIE em 2023, com a inserção das equipes APOIE-Escola nas unidades escolares estaduais, tal metodologia foi se aprimorando através do desenvolvimento dos modelos de Planos de Atuação para cada unidade escolar, modelos de registro de ações coletivas e fóruns, construção de cronogramas de atuação, planilhas para registro das ações e atividades, formulários de acompanhamento dos estudantes, fluxos e processos de trabalho cada vez mais estruturados e alinhados às realidades de atuação propostas.

Realizada essa contextualização, neste capítulo explorar-se-á o arcabouço metodológico da APOIE, apresentando os eixos de atuação, as práticas, técnicas, instrumentos e análise de dados desta política. Com vistas a orientar a sistematização e subsidiar a continuidade da APOIE, destaca-se tal metodologia como referência na política psicossocial educacional para os entes federados, seja na esfera municipal, estadual ou federal.

Vale ressaltar que a construção da metodologia APOIE é coletiva e permanente, pensando nas contextualizações sócio-histórico-culturais inerentes à efemeridade humana, bem como nas adaptações e mudanças acometidas aos espaços escolares e educacionais associados à prática psicossocial integrada à Educação.

4.1 PSICOSSOCIAL: CONCEITUAÇÃO E PERSPECTIVAS DE ATUAÇÃO

A partir do viés metodológico supracitado, a APOIE possui como prerrogativa a atuação interdisciplinar e multiprofissional, sobretudo dos campos da psicologia e serviço social. Para tanto, a prática das equipes APOIE se constitui a partir da integralidade e interdimensionalidade entre os campos de conhecimento, apropriando-se do conceito de psicossocial para nortear metodologicamente as diretrizes de atuação.

Segundo Abdalla e Villas Boas (2018), o olhar psicossocial é caracterizado por uma postura epistemológica, apontando, conforme Moscovici (2001), a existência de um ponto de vista psicossocial sobre a sociedade, da mesma forma que existem abordagens econômicas e biológicas. O enfoque psicossocial pode ser entendido como oposição a uma segmentação de olhares, questionando a divisão binária entre as partes [psíquico e social], como se uma não estivesse diretamente relacionada a outra. Assim, ancora-se em uma visão psicossocial como complementar e relacional.

Sendo assim, psicossocial não diz respeito meramente à união da Psicologia com o Serviço Social. Embora tais profissionais componham a chamada dupla psicossocial da APOIE, a abordagem psicossocial é mais ampla, interdisciplinar, refletindo uma atuação conjunta e colaborativa, que considera os conhecimentos e olhares de cada uma das profissões de modo a produzir uma visão integral e ampla sobre as situações e sujeitos.

A abordagem psicossocial, também exercida em demais Políticas Públicas, como a Saúde e Assistência Social, é um campo do conhecimento que reflete a interseção de fenômenos psicológicos, sociais, biológicos e ambientais. Possui uma perspectiva multidimensional e interdisciplinar, marcado pela intersectorialidade e por compromisso profundamente ético e político (FONSECA, 2019).

As demandas psicossociais na educação são variadas e cruciais para promover um ambiente educacional saudável e inclusivo. É fundamental promover o bem-estar emocional dos estudantes, abordando questões como ansiedade, estresse, autoestima e bullying, violências, que podem impactar seu desenvolvimento acadêmico e pessoal. Além disso, contemplar as habilidades sociais e emocionais, como empatia, resolução de conflitos e colaboração, no contexto educacional, tem como objetivo promover aos estudantes condições para interações positivas e enfrentamento de desafios.

A inclusão e a promoção da diversidade também são essenciais, garantindo um ambiente respeitoso para todos, independentemente de origem étnica, cultural, socioeconômica, religiosa, gênero, orientação sexual ou habilidades especiais. Apoiar emocionalmente professores e funcionários, bem como fortalecer a parceria com famílias e comunidade é primordial.

Abordar essas demandas não apenas melhora o desempenho acadêmico, mas também promove o bem-estar emocional e social de toda comunidade escolar, criando um ambiente inclusivo, saudável e eficaz. Na medida em que se propõe a uma práxis debruçada na educação integral, é impossível pensar numa política educacional dissociada e fragmentada, levando em consideração a inter-relação entre os aspectos cognitivos, comportamentais, sociais, psicológicos, emocionais, culturais e históricos.

Portanto, as questões psicossociais que se manifestam no contexto educacional se engendram na proposta pedagógica da educação integral, fazendo com que as inter-relações entre a aprendizagem, permanência, desenvolvimento socioemocional e os aspectos psicossociais sejam intrínsecas e indissociáveis.

Sendo assim, a atuação psicossocial educacional envolve a integração com as redes intra e intersetoriais, abordando as manifestações no espaço escolar a partir de uma visão macrocômica. Logo, é importante destacar que, os índices educacionais também são atravessados pelo psicossocial no contexto escolar, estabelecendo uma relação simbiótica entre a aprendizagem, a permanência e o psicossocial nos resultados e avaliações escolares.

4.2 OS EIXOS METODOLÓGICOS DE ATUAÇÃO DA APOIE

A atuação da APOIE se constitui a partir da tessitura teórico-prática da abordagem histórico-crítica (SAVIANI, 2000; VIGOTSKI, 2003), bem como o estudo das questões sociais em escolas (AMARO, 2017) e as contribuições da pedagogia da autonomia freireana (FREIRE, 2004). Concatenando esse aporte teórico, a proposta da APOIE se relaciona com o pensamento crítico das questões psicossociais para uma educação libertadora.

A partir disso, a APOIE se propõe a atuar na Educação nessas perspectivas supracitadas, pensando os processos que permeiam as demandas psicossociais no contexto escolar sob a ótica ampliada, levando em consideração as nuances inerentes ao psicossocial. Para tal, a atuação da APOIE foi destrinchada didaticamente em dois eixos de atuação que abarcam desde o processo preventivo até as respostas frente à complexidade das questões psicossociais.

Vale ressaltar que os dois eixos metodológicos se entrelaçam e, na prática profissional, se convergem à proposta de atuação psicossocial citada anteriormente. Contudo, a divisão dos eixos se ancora na proposta explicativa didática dicotômica de uma frente voltada para estratégias de prevenção e preparação e outra frente debruçada no caráter interventivo e responsivo às demandas psicossociais.

Dito isso, o primeiro eixo “Prevenção e Diálogos” vai tratar da promoção de espaços dialógicos e construtivos pensando os aspectos preventivos no que tange às questões psicossociais. O segundo eixo “Apoio, acolhimento e orientações” terá um norteamento voltado para ações interventivas e de respostas às demandas psicossociais que se manifestam no contexto escolar e educacional.

Neste ponto, ressalta-se que ambos os eixos e toda metodologia da APOIE está alicerçada em estratégias que rompem com a visão individualizante, tecnicista, engessada, curativa e unilateral. Portanto, os eixos são atravessados pela coletivização das questões psicossociais em detrimento de enfrentamentos puramente individuais. Contudo, consta na metodologia proposta que as ações da APOIE podem estar ligadas às ações coletivas e fóruns, como também no acompanhamento de demandas psicossociais individuais.



4.2.1 EIXO “PREVENÇÃO E DIÁLOGOS”

Considerando as pontuações supracitadas, o Eixo “Prevenção e Diálogos” visa a promoção de ações e espaços de diálogos, com profissionais, estudantes e familiares com vistas à construção e troca de conhecimentos, à garantia de direitos, à prevenção e enfrentamento às situações de violências e violações. As atividades são planejadas a partir da construção com a equipe gestora e pedagógica das unidades escolares, para identificação de possíveis metodologias e demandas psicossociais que emergem naquele ambiente em caráter preventivo e preparativo, considerando a realidade escolar, o território, as parcerias, necessidades e potencialidades de cada instituição.

As articulações com as redes intra e intersetoriais nesse eixo se dão de forma a integrar propostas preventivas e de fomento ao diálogo para construções coletivas que culminam na promoção de estratégias de enfrentamento frente às questões psicossociais contextuais. É de suma importância que as ações de prevenção e diálogos estejam integradas ao pedagógico, pensando em estreitamento de vínculos e atuação com professores e pedagogos, bem como com os equipamentos, comitês, conselhos, secretarias e órgãos intersetoriais territoriais.

Pensando no fortalecimento e força política das ações de prevenção e preparação frente às situações de violências, o primeiro eixo propõe metodologicamente a coluna dorsal da APOIE. Isso implica em uma prática junto a esse eixo de forma coletiva, visando contrapor a lógica individualizante da pós-modernidade e as conceituações da meritocracia, trazendo ao coletivo a (co)responsabilização pelas questões psicossociais.

Esse eixo também se dedica a desenvolver e implementar ações de prevenção, abordando questões como bullying, saúde mental, violências, convivência, diversidade, entre outros. Isso pode envolver a realização de workshops, palestras, rodas de conversa e outras atividades interativas que visem promover o bem-estar e o desenvolvimento psicossocial.



4.2.2 EIXO "APOIO, ACOLHIMENTO E ORIENTAÇÕES"

Em corroboração ao eixo anterior, o Eixo "Apoio, Acolhimento e Orientações" é fundamental na construção de um ambiente escolar que prioriza o bem-estar e a inclusão de todos os alunos, pensando nas especificidades, individualidades e subjetividades que compõem aquele espaço. Para isso, vislumbra-se uma atuação pautada nas intervenções e respostas frente às manifestações psicossociais que emergem, inicialmente, quase sempre de forma individualizada, no contexto escolar.

Esse eixo visa criar uma escola onde cada aluno se sinta seguro e respeitado, promovendo uma cultura de empatia e acolhimento entre estudantes, familiares e funcionários. Ao estabelecer intervenções e orientações, o eixo busca garantir que todos os alunos possam expressar suas necessidades e sentimentos sem medo de julgamento, na certeza de que encontrará acolhimento e suporte em suas questões.

O eixo visa promover diálogos regulares com a equipe gestora e pedagógica para identificar e conduzir as necessidades psicossociais dos estudantes. Esse alinhamento contínuo permite ajustar as estratégias e intervenções conforme necessário, garantindo que o suporte oferecido esteja sempre atualizado com as necessidades atuais da comunidade escolar.

Em resumo, o Eixo “Apoio, Acolhimento e Orientações” visa estabelecer um ambiente escolar que, além de acolher os estudantes, também ofereça orientações e apoio psicossocial, criando uma rede de suporte robusta que contribua para o desenvolvimento e bem-estar geral de todos os envolvidos.

Na prática, as demandas psicossociais são identificadas, em sua maioria, pela equipe gestora, pedagógica e docentes. O acionamento da APOIE é efetuado através de preenchimento de formulário estruturado, em que é possível relatar sobre a demanda psicossocial bem como informar dados sobre o/os estudante(s) envolvido(as) na situação, para atuação da equipe. O acionamento das equipes APOIE por gerências que compõem a SEDU e/ou equipamentos de outras políticas públicas geralmente é realizado via e-mail.

Como estratégia inicial, realiza-se uma reunião de estudo de caso interno com a equipe da escola para escuta ativa, diálogo e construção conjunta de possibilidades de intervenção junto à demanda psicossocial. A APOIE atua visando estimular a autonomia e o protagonismo da instituição nos processos de encaminhamento e articulação junto ao Sistema de Garantia de Direitos. Além disso, busca apoiar, orientar e fomentar ações nas escolas que auxiliem na integração entre família, educandos e escola, bem como em ações necessárias à superação de estigmas e preconceitos que comprometam o desenvolvimento escolar, incluindo as vozes dos estudantes na construção de ações relacionadas às suas questões.

Estudo de caso, encaminhamentos aos equipamentos da rede de serviços, planejamento de ações coletivas, acolhimento ao estudante e/ou a família são algumas possibilidades de intervenção diante das demandas que precisam ser analisadas em sua integralidade e complexidade, considerando o contexto, história de vida, potencialidades e fragilidades.

Para assegurar que os estudantes e suas famílias tenham acesso a uma rede abrangente de suporte, os eixos facilitam a conexão com recursos externos, como serviços das políticas de saúde, assistência social, direitos humanos, bem como toda rede de proteção da criança e do adolescente. Essa articulação é crucial para garantir que as necessidades dos alunos sejam atendidas de maneira eficaz e abrangente.

Para além da integração à intersectorialidade, as articulações com a rede interna educacional e comunitária também se fazem importantes à atuação metodológica da APOIE nos eixos previstos. Sendo que a prática psicossocial se ancora na proposta intra, inter e multiprofissional, pensando nas multiplicidades dimensionais inerentes à condição humana social no contexto escolar.

4.3 ESTRUTURANDO AÇÕES COLETIVAS: ABORDAGENS METODOLÓGICAS E PRÁTICAS



Concomitante ao aporte teórico que subsidia a metodologia da APOIE, entende-se que o coletivo possui força política enquanto grupo para enfrentar as questões que lhe são inerentes. Não há problemática da sociedade que não seja enfrentada e resolvida pelo próprio corpo social, sendo assim, entender o coletivo como potencialidade é primordial à metodologia APOIE no contexto escolar.

A ação coletiva no ambiente escolar refere-se a uma abordagem que promove a construção de um espaço de diálogo e respeito mútuo com a intencionalidade de desenvolver temáticas diversas pertinentes ao cotidiano escolar. As ações coletivas abrangem a participação ativa na transformação da realidade escolar, fortalecendo o senso de pertencimento, responsabilidade compartilhada e a ampliação dos olhares sob a perspectiva elaborada. Rodas de conversa, círculos de diálogos, assembleias, oficinas e palestras são algumas das metodologias utilizadas pelas equipes APOIE no trabalho com grupos. Cada momento deve ser planejado considerando a intencionalidade da ação, o público-alvo, a partir da identificação da idade e modalidade de ensino, o local, acessibilidade, tempo de duração da ação, instrumentos, dentre outros.

É importante diferenciar momentos de reuniões, apresentações de equipe e atividades de mobilização das ações coletivas. Embora muitas reuniões e atividades de mobilização possam ocorrer com mais de duas pessoas e em

grupo, os momentos de mobilização na escola, como convites para ações coletivas, divulgação de inscrições e datas de eventos, entre outros, são importantes e devem acontecer. No entanto, essas atividades não constituem ações coletivas em si.

As ações coletivas não se referem, portanto, a uma unidade ou momento coletivo pronto a priori; ao contrário, diz de um exercício de composição, um trabalho de construção e constituição de uma coletividade engajada, constituída com intencionalidade e metodologia, traçando um caminho de fortalecimento da temática proposta.

As ações coletivas têm como objetivo criar espaços de acolhimento e integração, assim como as reuniões também podem ter; entretanto, entendemos que as primeiras podem ser desenvolvidas a partir de metodologias como rodas de conversas, oficinas, círculos de diálogos, dentre outras estratégias de construção e troca de conhecimento, prevenção e intervenção, articuladas com as necessidades e potencialidades de cada instituição.

Concomitante a isso, vale ressaltar que as reuniões de alinhamento entre equipe APOIE-SRE e APOIE-Escola são parte da metodologia de suporte técnico, acompanhamento e monitoramento, não sendo compreendidas como ações coletivas.

Acerca do planejamento e execução das ações coletivas, é sugerido que a equipe psicossocial elabore proposta de programação da atividade, prepare lista de presença e elabore formulário de avaliação do encontro. A estruturação da ação pode ser compreendida como um roteiro norteador para quem conduzirá o grupo, ainda que intercorrências possam ocorrer no desenrolar da ação, sendo necessário adequar horários e manejar as situações de forma que gere menos prejuízos ao objetivo final da atividade.

Diante do exposto, insta frisar mais especificamente sobre as avaliações realizadas após as ações, tanto a avaliação do público-alvo como a avaliação técnica. A avaliação em uma atividade coletiva desempenha um papel fundamental e crucial por várias razões importantes. Através da avaliação, é possível identificar as necessidades individuais dos participantes, bem como as

dinâmicas e desafios do grupo como um todo. Isso permite ajustar as intervenções psicossociais para melhor atender às necessidades específicas de cada pessoa e do grupo.

A avaliação contínua permite monitorar o progresso dos estudantes ao longo do tempo. Isso é especialmente importante em atividades que abordam aspectos psicossociais, onde o desenvolvimento pessoal e emocional pode não ser imediatamente visível, mas é crucial para a evolução do indivíduo, do coletivo e da sua inter-relação.

Com base nos resultados da avaliação, é possível adaptar e desenvolver intervenções mais efetivas e relevantes para as necessidades e contexto dos estudantes. Isso aumenta a probabilidade de alcançar resultados positivos e concretos.

Em resumo, planejamento e avaliação em atividades coletivas não apenas informam a prática profissional, mas também fortalecem o trabalho comunitário, promovem o crescimento pessoal e contribuem para a construção de comunidades mais resilientes e saudáveis.

4.4 FÓRUNS DE DIÁLOGOS: METODOLOGIA DIALÓGICA PARA CONSTRUÇÕES COLETIVAS



A pedagogia freireana em concomitância à leitura histórico-crítica, em que se baseia a metodologia central da APOIE, destaca a importância da coletividade, linguagem e interação com o meio para o processo construtivo de conhecimentos. Com isso em mente, a APOIE incorpora em seu escopo metodológico momentos de diálogos e construções coletivas, visando à integração e ao fortalecimento dos vínculos entre a comunidade escolar e todo o Sistema de Garantia de Direitos.

A partir disso, pode-se circunscrever a metodologia dos Fóruns APOIE, intitulados como Fóruns de Diálogos. Os fóruns são espaços estruturados destinados à troca e socialização de conhecimento e experiências, discussões e reflexões sobre temas diversos, com o objetivo de promover o entendimento mútuo e o desenvolvimento colaborativo entre professores, pedagogos, coordenadores, diretores, supervisores escolares, além dos demais profissionais da rede de proteção e garantia de direitos.

Até 2023, os fóruns eram organizados exclusivamente pelas equipes APOIE-SRE e, a partir de 2024, também pelas equipes APOIE-ESCOLA, pensando nas articulações e discussões a nível municipal e regional. Nestes espaços, são escolhidas para diálogo, temáticas que possuem interface com a educação e o desenvolvimento escolar.

Durante os fóruns, os participantes têm a oportunidade de expressar suas opiniões, compartilhar experiências e analisar diferentes perspectivas, o que enriquece a compreensão do tema discutido e favorece a construção de consensos. A troca de informações e a escuta ativa são fundamentais para o sucesso desses encontros, permitindo que soluções inovadoras e estratégias eficazes sejam formuladas a partir da colaboração coletiva.

Além de ser um ambiente propício ao debate construtivo, contribui para o fortalecimento das relações interpessoais e a promoção de uma cultura de respeito e cooperação. Em resumo, os fóruns de diálogos desempenham um papel crucial na construção de pontes entre diferentes pontos de vista e na promoção de soluções colaborativas para desafios complexos. Eles incentivam a participação ativa e o engajamento, possibilitando avanços significativos em áreas que exigem a integração de diversas perspectivas.

Organizar um fórum de diálogos eficaz exige um planejamento cuidadoso e uma execução sistemática para garantir que o evento alcance seus objetivos e proporcione um ambiente produtivo para todos os participantes. Para isso, é essencial começar definindo claramente o objetivo do fórum, seja para discutir um tema específico, resolver um problema ou explorar novas ideias. É crucial também determinar o que se espera alcançar e como isso se alinha com as necessidades dos participantes e das partes interessadas.

É importante desenvolver uma agenda detalhada que inclua períodos para apresentações, discussões em grupo e sessões de perguntas e respostas. Também certificar-se de que a agenda seja bem equilibrada e permita a participação ativa de todos os envolvidos. O formato do fórum deve ser escolhido de acordo com o objetivo e o perfil dos participantes, podendo incluir debates, painéis de discussão, grupos de trabalho ou sessões interativas.

Outro ponto importante é identificar e convidar participantes que sejam relevantes para o tema do fórum e que possam contribuir para as discussões. Indica-se buscar uma diversidade de perspectivas para enriquecer o diálogo e promover um debate mais abrangente e inclusivo. Ressalta-se a seleção de um moderador para guiar a discussão, assegurar que todos tenham a oportunidade de falar e manter o foco nos objetivos do fórum. Além disso, se faz necessário estimular a participação ativa e a troca de ideias entre os participantes, criando um ambiente de respeito e abertura.

O envio dos convites deve ser feito com antecedência, com informações nítidas sobre o propósito, a agenda e o local do fórum. Parte relevante do processo é preparar os materiais informativos e recursos relevantes com antecedência para que os participantes possam se preparar para o evento. Após o fórum, colher o feedback dos participantes se torna um meio para avaliar o evento e identificar pontos de melhoria. Pode-se utilizar esse feedback para ajustar futuras edições do fórum e implementar as conclusões e recomendações discutidas.

Concomitante a isso, é importante documentar as principais discussões, decisões e recomendações do fórum para garantir que as informações sejam preservadas e possam ser revisadas posteriormente. Assim como preparar um relatório que condense os resultados do fórum e compartilhar com os participantes e demais interessados.

Vale ressaltar que o fórum da APOIE se difere de uma ação coletiva na medida em que são espaços de trocas com maior tempo de debate, maior abrangência de público-alvo e discussões mais densas a respeito das diversas temáticas que atravessam a Educação, pensando nas transversalidades e interseccionalidades inerentes às questões intra e intersetoriais.

Para a realização desses eventos, indica-se produzir uma programação coerente com o tempo preparado e alinhada com a proposta do fórum. Apresentações culturais, abertura com falas institucionais, palestrantes diversos, fala e apresentação da APOIE, kits fóruns, momentos de lanche compartilhado e outras propostas que fazem sentido ao evento podem ser incluídas na programação.

Em suma, os fóruns de diálogos consistem em uma ferramenta dorsal da metodologia APOIE e se configura como uma potencialidade no que tange ao caráter formativo, imersivo e dialógico da construção de conhecimentos. É importante incluir toda a comunidade escolar e as redes internas e externas, bem como as realidades contextuais e territoriais diagnosticadas pela equipe APOIE a respeito da região/município em que se atua.

O roteiro norteador para a construção dos fóruns é uma forma importante de construir sistematicamente tal proposta, tendo em vista a complexidade e magnitude do evento. Este documento subsidia a proposta metodológica e dá suporte para a construção compartilhada entre as equipes APOIE em suas diferentes instâncias.

4.5 PLANO DE ATUAÇÃO APOIE: ESTRATÉGIAS E METODOLOGIA HISTÓRICO-CRÍTICA



A partir dos eixos estruturantes da APOIE, do livro “Psicologia Escolar: práticas críticas” (ANTUNES & MEIRA, 2003) e das contribuições sobre a análise institucional do Serviço Social (DE OLIVEIRA & SAMPAIO, 2014), a APOIE constrói em seu escopo metodológico o Plano de Atuação como ponto de partida para a inserção dos profissionais nos espaços escolares.

As lutas coletivas da Psicologia e do Serviço Social para a atuação nos espaços escolares e educacionais marcam mais de 20 anos até a legislação federal regulamentar oficialmente a inserção dessas categorias profissionais na educação básica - Lei nº 13.935 de 11 de dezembro de 2019 (BRASIL, 2019). Neste sentido, a inserção dos profissionais é recente em comparação à centenaridade da instituição escolar.

Partindo deste pressuposto, a chegada dos profissionais da psicologia e serviço social no espaço escolar precisa ser alicerçada na prerrogativa de conhecer, explorar, analisar e se ambientar ao contexto social, histórico, territorial, comunitário, relacional e cultural institucional. Pensando nisso, a proposta de Plano de Atuação da APOIE surge para corresponder às possibilidades metodológicas contextuais.

Levando-se em consideração o caráter mutável da sociedade e, consequentemente, do contexto escolar, entende-se que a proposta do Plano de Atuação extrapola para além da chegada dos técnicos psicossociais na escola, e se perpetua numa constante atualização conforme as adaptações que se estabelecem ao longo do ano letivo e das transformações na comunidade escolar. Por isso, é de suma importância (re)pensar o Plano de Atuação para que este faça sentido para o contexto em que é proposto.

4.5.1 OBJETIVOS E CONSTRUÇÃO DO PLANO DE ATUAÇÃO

A elaboração do Plano de Atuação APOIE nas unidades escolares objetiva conhecer a realidade da escola e da comunidade de modo a refletir sobre a vida cotidiana escolar em suas mais diferentes expressões e poder propor intervenções condizentes com as demandas daquela comunidade naquele recorte temporal.

Ao compreender que as manifestações contextuais escolares são multi e interdimensionais, o profissional consegue manejar sua atuação para além das encomendas individualizantes e sem intencionalidade, não se limitando à uma prática afiançada às questões emergenciais postas (DAZZANI e SOUZA, 2016).

Por isso, ressaltamos a importância de realizar tal feito com vistas a exercer um trabalho coerente com as questões identificadas junto àquela comunidade escolar, ao invés de efetuar uma atuação que acabe resultando de uma imposição externa à instituição, ou somente da própria direção da instituição, ou de uma decisão pessoal do profissional, baseado naquilo que ele julga ser mais adequado ou conveniente, sem considerar uma análise junto aos diferentes sujeitos da comunidade escolar e do próprio território, com as potencialidades e fragilidades que circunscrevem a vivência ali.

Assim, em qualquer uma das situações acima, não se reúnem as condições necessárias para a construção de uma proposta consistente que possa constituir-se na expressão de uma síntese criativa e crítica entre os conhecimentos da Psicologia, do Serviço social e as necessidades e possibilidades de cada escola.

Uma avaliação adequada é a primeira condição para a articulação de um bom Plano de Atuação, com objetivos, metas e estratégias definidas. A elaboração do Plano deve considerar as informações levantadas nas reuniões iniciais com os diversos atores da comunidade escolar, e, a partir dessa realidade, definir os objetivos que se pretende atingir, bem como as estratégias que serão utilizadas.

Entretanto é importante entender que não existe um modelo único de plano de atuação, pois ele deverá considerar cada realidade, ainda que deva conter diagnóstico escolar e territorial, objetivos gerais e específicos, principais estratégias a serem utilizadas a partir de quais atividades a serem desenvolvidas, condições objetivas necessárias para a realização das ações, tais como horários de reunião, materiais de apoio, parcerias, programação, etc.

O diagnóstico psicossocial da comunidade escolar e institucional servirá de subsídio para a equipe APOIE traçar um plano de ação e mapas de ações nas instituições escolares em que atua tendo em vista a análise das demandas que se destacam no ambiente escolar vigente, podendo utilizar fotos e gráficos, caso julgue necessário.

Quanto à produção do Plano de Atuação, entendemos como necessário traçar um planejamento de intervenções possíveis na escola, em concomitância à realidade escolar e os conteúdos compilados no diagnóstico escolar construído anteriormente, sendo importante conter a intencionalidade da escolha das ações. Por isso, apontar o objetivo geral e específico do Plano de Atuação, elencando com quais demandas/desafios se pretende trabalhar e quais públicos.

Ressalta-se que o Plano de Atuação pode e deve ser apresentado à equipe APOIE-SRE e posteriormente, à gestão escolar e supervisão escolar para garantir a ciência e análise conjunta das ações realizadas nas escolas, trazendo contribuições e integração entre as equipes para alinhamento da proposta do trabalho da APOIE no ambiente escolar.

Outro passo imprescindível deste processo é o período de apresentação, compartilhamento e construção coletiva da proposta do Plano de Atuação elaborada pela equipe APOIE junto à comunidade escolar - para a direção da escola - para efetivar sua atuação na escola.

Recomenda-se ainda que a proposta de intervenção da equipe APOIE na unidade escolar contenha cronograma de execução para maior organização e acompanhamento do trabalho, indicando ações e intervenções efetivadas em conformidade com o cronograma e as alterações no planejamento, quando ocorrerem.

Após essas fases, recomenda-se relatar o desenvolvimento das ações, especificando datas de execução, participantes, percepções críticas e uma breve avaliação da equipe técnica, garantindo a confidencialidade das informações fornecidas. Além disso, é importante incluir registros fotográficos e documentais das atividades realizadas. Este material será um valioso documento do trabalho da APOIE naquele espaço, podendo ser submetido a periódicos, trabalhos científicos, entre outros, conforme julguem pertinente.

É essencial manter o foco no fornecimento de subsídios, dados e análises para o trabalho cotidiano na unidade escolar, visando garantir o melhor para os estudantes e a comunidade escolar.

Periodicamente, deve-se realizar avaliação da execução do plano de ação na unidade escolar, contendo os desafios de execução, pontos positivos no fortalecimento da escola e contribuições à comunidade escolar. Indica-se inserir percepções críticas a respeito do percurso e atividades propostas e executadas, bem como dos desdobramentos da atuação APOIE na escola e possíveis propostas para a comunidade escolar para o ano letivo subsequente.

Para tanto, indica-se apresentar a trajetória de execução do plano de ação do ano letivo para a equipe APOIE-SRE, gestão escolar e supervisão escolar como forma de feedback da atuação da equipe APOIE-ESCOLA no período em questão.

Insta frisar que esses itens são norteadores para as atividades da equipe psicossocial nas escolas. Os elementos acima indicam uma forma de efetuar a atuação junto às unidades escolares de modo comprometido com a própria realidade e os sujeitos desta comunidade escolar e não um limitador dessa atuação, tendo em vista a dinamicidade do trabalho no ambiente escolar e as especificidades de cada equipe APOIE-ESCOLA e de cada superintendência. O roteiro vigente será adaptável à construção coletiva entre as equipes APOIE da SRE e das escolas.

4.5.2 ESTRUTURA E SISTEMATIZAÇÃO DO PLANO DE ATUAÇÃO

Analisando a metodologia de construção em convergência aos objetivos do Plano de Atuação, entende-se que a estruturação mínima do documento deve ser ancorada em aspectos centrais que norteiam o olhar e ambientação psicossocial escolar. Para isso, o Plano foi pensado a partir da divisão em seis etapas, sendo elas: introdução; diagnóstico escolar; planejamento/mapa de ação; validação; execução; fechamento/avaliação.

A introdução é um espaço de apresentação breve da unidade escolar e equipe APOIE atuante. Em poucas linhas, sugere-se situar o leitor da proposta da APOIE, metodologia, objetivos e plano de ação psicossocial na educação. Este espaço diz respeito à escrita fluida e ambientativa sobre a escola e o trabalho psicossocial.

Já no diagnóstico escolar, a equipe APOIE deve realizar uma análise institucional escolar abrangendo amplos aspectos que permeiam toda a comunidade escolar. Indica-se que a análise diagnóstica tenha um fundamento teórico que baseie a formulação prática e que as reflexões críticas possam emergir em cada um dos 8 pilares desta etapa, sendo eles: a escola, ações, programas e projetos da SEDU, território, rede intersetorial, clima escolar, desafios, potencialidades e análise crítica.

No primeiro pilar diagnóstico, deve-se elencar informações sobre a unidade escolar com breve histórico, número de estudantes matriculados, quais séries e modalidades de ensino ofertados, nº de turmas e turnos, nº de profissionais e cargos, índices de absenteísmo, evasão e abandono escolar, transferências, defasagem escolar (repetência), etc. Esses dados podem ser encontrados através do PPP da escola, site do QEdu, site da SEDU, entre outros. Além disso, é importante apresentar o número e o tipo de demandas individuais e coletivas, temas de fóruns de outras informações que tangem à atuação da APOIE.

No segundo pilar do diagnóstico escolar, a orientação é elencar informações sobre Programas, Ações e Projetos da SEDU, identificando atuação junto ao Programa Sucesso Escolar, sobre o Programa de Fortalecimento da Aprendizagem, estratégias de Busca Ativa Escolar e permanência dos estudantes, identificar as interfaces entre as disciplinas eletivas e componentes curriculares com a atuação da APOIE, atuação junto aos Programas curriculares, Jogos na Rede, Música na rede, entre outros. Neste aspecto, ressalta-se a importância da integração do psicossocial às práticas pedagógicas e educacionais estruturantes da escola.

No terceiro pilar, pode-se destacar as informações sobre o território e a comunidade, elencando breve histórico do bairro/município, cultura comunitária, dados sociodemográficos, potencialidades, vulnerabilidades, perfil territorial predominante, entre outros.

Em concomitância ao pilar anterior, indica-se a exploração do mapeamento e articulação da escola com a rede intersetorial. Neste momento, pensar em questões norteadoras para a escrita e análise: Como ocorre a relação entre

escola e rede de serviços públicos e privados no território? Há participação nas reuniões de rede territoriais? Quais projetos, movimentos sociais e ONGS existem? Quais os fluxos e relações da escola e como se dá a intersetorialidade junto ao Sistema de Garantia de Direitos.

Não obstante a isso, o quinto pilar diz respeito a uma análise de clima escolar, levando em consideração um diagnóstico relacional e ambiental da escola sob o viés crítico psicossocial. Basicamente, nesta dimensão, pretende-se buscar compreender como se estabelecem as relações entre estudantes, equipe escolar, responsáveis e comunidade.

Já o sexto pilar traz a dimensão dos desafios encontrados, isto é, as principais questões observadas e coletadas através das reuniões com equipe, estudantes e responsáveis, bem como das percepções diárias de ambientação e dos registros de demandas e plano de desenvolvimento institucional (PDI). Neste aspecto, podem ser elencadas demandas recorrentes, fragilidades e outros aspectos.

O sétimo pilar consiste no vislumbre das potencialidades da comunidade escolar, elencando quais meios e estratégias a escola utiliza para enfrentamento de desafios e vulnerabilidades que permeiam a comunidade escolar. Dentre questões norteadoras para pensar essa dimensão, pode-se indagar: Possui grêmio estudantil? Como é realizada a eleição da liderança estudantil? Possui espaços de fomento à gestão democrática na escola? Quais projetos em desenvolvimento e em andamento na escola? Quais tipos de diversidade há no ambiente escolar?

Como oitavo e último pilar do diagnóstico escolar, busca-se concluir o diagnóstico com perspectivas e análises técnicas críticas a respeito dos dados e demandas identificadas. Deve-se voltar a leitura escolar sob o ponto estratégico de enfrentamento aos desafios por meio das potencialidades exploradas, pensando na atuação da APOIE como soma de força às atividades já executadas nos espaços escolares e complementares aos processos de ensino-aprendizagem, acesso e permanência estudantil, bem como no desenvolvimento socioemocional.

Após a etapa diagnóstica, que parece ser a mais densa do Plano de Atuação, indica-se pensar no planejamento propriamente dito e elaboração do plano de ação a partir dos mapas de ação em concomitância às tarefas e objetivos estratégicos escolares. Essa etapa é fruto da integração da APOIE junto às propostas da Rede junto ao Circuito de Gestão, o qual monitora e acompanha as ações das SREs e unidades escolares da rede estadual de ensino.

Nesta etapa de planejamento, as equipes precisam estar estreitamente alinhadas à gestão escolar e às SREs, com vistas a fomentar ações vinculadas às realidades vivenciadas, revestidas de intencionalidade. Em corroboração a isso, a próxima etapa de validação consiste na complementação do processo de planejamento dos planos e mapas de ações.

Sendo assim, a etapa de validação dos Planos de Atuação são processos dialógicos de apresentação da proposta e construção coletiva, na medida em que os aspectos elencados pelas equipes APOIE são socializados com as equipes das SREs e gestão escolar para que, juntos, façam as adaptações e contribuições necessárias para melhores resultados. Nessa etapa, o planejamento é validado conjuntamente e alinhadas as expectativas, sendo importante, para isso, o envolvimento da APOIE-SRE, APOIE-Escola, supervisão escolar, assessoria pedagógica, gestão escolar e equipe pedagógica. Vale ressaltar que a G-APOIE pode mediar esses processos e participar das deliberações, construções e validação.

Com o Plano de Atuação validado, inicia-se, então, a etapa de execução propriamente dita, marcada pela prática das ações planejadas e construídas coletivamente a partir do diagnóstico escolar e subsídios técnicos psicossociais e pedagógicos. A execução é o momento em que todo o planejamento e conteúdos metafísicos ganham concretude, promovendo a emancipação da comunidade escolar a partir da intervenção crítica, autonomia, protagonismo e coletividade.

Pensando no alinhamento às etapas de (re)alinhamento de rotas do Circuito de Gestão²¹, o Plano de Atuação precisa ser revisitado e adaptado conforme as nuances que permeiam a dinamicidade dos espaços escolares e educacionais. Neste momento, indica-se que seja efetivado o processo de avaliação das ações, novamente junto à SRE e gestão escolar, para que os processos e ações sejam aprimorados e renovados nas próximas etapas.

Paralelamente ao processo avaliativo do Plano de Atuação, pode-se destacar a etapa de seu fechamento, geralmente realizada ao fim do ano letivo. Nesse momento, as equipes APOIE junto à SRE e gestão escolar conduzem momentos de devolutivas, experiências exitosas, práticas, avaliações e perspectivas para a atuação no próximo ano letivo. Tanto a avaliação quanto o fechamento do Plano de Atuação devem ser realizados e socializados com toda a comunidade escolar, incluindo familiares e responsáveis, estudantes e profissionais da escola e da SRE.

Por fim, apesar da estrutura complexa e densa do Plano de Atuação da APOIE, este processo não se configura uma produção acadêmica rigorosa, morosa e custosa, sendo a sistematização de uma análise institucional e situacional psicossocial inerente ao fazer profissional das categorias da psicologia e do serviço social nos espaços de atuação.

Vale ressaltar que o Plano de Atuação é essencial para a inserção psicossocial na educação, na medida em que está alicerçado nas orientações dos Conselhos Regionais e Federais de Psicologia e Serviço Social. Tão importante quanto a execução e intervenção junto às questões psicossociais no contexto escolar, é a realização de uma análise macrocósmica crítica do espaço escolar como um recorte social de forma provocativa para uma educação libertadora e integral.

²¹ O circuito de Gestão (CdG) é um método de gestão escolar que orienta, organiza e sistematiza os principais processos e procedimentos da gestão pedagógica. Sendo composta por ciclos de procedimentos, Planejamento para elaboração de um Plano de Ação, orienta a Execução desse plano, o seu Monitoramento e Avaliação, e direciona a Correção de Rotas. O método é acompanhado, por meio de Visitas Técnicas, pelo(a) supervisor(a) escolar, possuindo papel fundamental no apoio e orientação dos gestores, oferecendo subsídios para que possam aprimorar a qualidade, a eficiência, a permanência na escola e os resultados de aprendizagem.

4.6 INDICADORES APOIE: INSTRUMENTOS, REGISTROS E ANÁLISE DE DADOS

Pensando no rigor metodológico e na manutenção, continuidade e perpetuação da política pública, a APOIE lança mão de diversos instrumentos para monitoramento e acompanhamento das demandas e ações realizadas. Tais instrumentos subsidiam a atuação pautada na transparência, resultados e conquistas, por meio de registro e análise dos dados coletados.

Para elencar tais processos constituintes da metodologia APOIE, são utilizados os seguintes instrumentos norteadores: roteiros de ação coletiva, roteiros de fóruns, formulário de acionamento e acompanhamento de demandas psicossociais. Esses três instrumentos coletam os dados dos principais registros quantitativos de indicadores, atualmente, da APOIE, sendo eles o número de ações coletivas, número de fóruns e número de demandas psicossociais individuais acompanhadas.

Tal quantificação dos dados se desdobram e inter-relacionam aos sistemas e painéis de indicadores da SEDU, possibilitando cruzamento de dados e identificação de informações que se atravessam às demandas, como quais as demandas psicossociais mais recorrentes, temas de fóruns e ações coletivas, perfil socioeconômico dos estudantes acompanhados, raça/etnia e gênero das demandas psicossociais, entre outros aspectos transversais que balizam a própria atuação da APOIE a partir da análise crítica e interseccional desses dados.

Os registros citados são realizados por meio de planilhas de demandas individuais, ações coletivas e fóruns, utilizando também as planilhas de registro diário para acompanhamento sistemático da gestão escolar e SRE, a respeito da atuação APOIE. Para orientar o preenchimento e o acompanhamento das demandas e ações, há um guia orientativo em drive compartilhado para nortear a alimentação de planilhas, roteiros e registros.

Para além disso, há planilhas de acompanhamento das regionais que se destinam a organizar e manter atualizado o levantamento de escolas da rede e

profissionais que atuam em cada uma das unidades escolares e municípios. No entanto, a partir do início de 2025, terão início os testes para a implementação do E-APOIE, um sistema próprio da APOIE, para que essa sistematização de dados se dê de forma mais fluida, automatizada e centralizada, favorecendo a emissão de documentos, relatórios e indicadores.

Concomitante a esses instrumentos, a APOIE possui o roteiro de Plano de Atuação, que regulamenta e sistematiza uma análise institucional amplificada, pensando na proposta de diagnóstico escolar, planejamento, execução, mapas de ação, avaliação e fechamento. Tal instrumento é destrinchado no tópico deste capítulo pertinente ao Plano de Atuação.

Visto isso, pode-se concluir que as bases metodológicas da APOIE foram desenvolvidas coletivamente ao longo do recorte temporal em que as equipes psicossociais atuaram na Educação capixaba. Os instrumentos, registros e análise de dados são realizados com criticidade e regulamentados pelas portarias, legislações e orientações dos referidos Conselhos Federal e Regional das categorias profissionais e da política de Educação.

REFERÊNCIAS

ABDALLA, M. de F. B.; VILLAS BOAS, L. Um olhar psicossocial para a educação. Disponível em: https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/4277/pdf_1. Acesso em: 23 jul. 2024.

ANTUNES, M. A. M.; MEIRA, M. E. M. (orgs.). *Psicologia Escolar: Práticas Críticas*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003. 128 p.

BRASIL. Lei nº 13.935, de 11 de dezembro de 2019. Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica. Brasília, 12 dez. 2019. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/l13935.htm. Acesso em: 25 jul. 2024.

DAZZANI, Maria Virgínia; SOUZA, Vera Lucia Trevisan de (orgs.). *Psicologia Escolar Crítica: Teoria e prática nos contextos educacionais*. Campinas: Alínea, 2016.

DE OLIVEIRA, R.; SAMPAIO, S. S. Análise Institucional Ontem e Hoje: Indicações pertinentes ao fazer profissional. *Sociedade em Debate*, v. 20, n. 2, p. 119-144, 2014. Recuperado de: <https://revistas.ucpel.edu.br/rsd/article/view/968>.

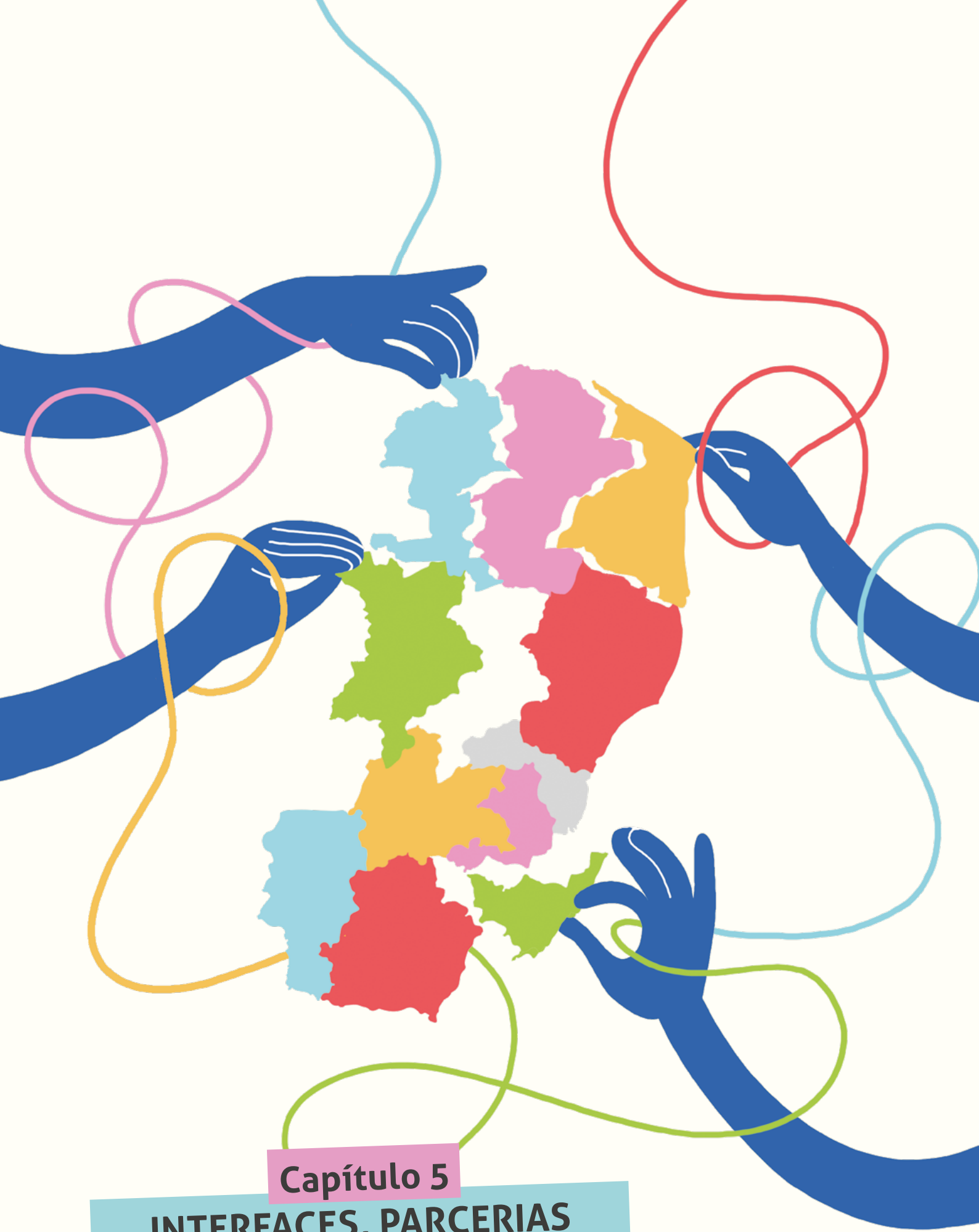
FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

FONSECA, Rozana M. Abordagem psicossocial e a práxis na Assistência Social. *Blog Psicologia no SUAS* [Internet], jul. 2019. Disponível em: <https://psicologianosuas.com/2019/07/07/abordagem-psicossocial-e-a-praxis-na-assistencia-social/>. Acesso em: fev. 2010.

MOSCOVICI, S. Das representações coletivas às representações sociais: elementos para uma história. In: **JODELET, D. (Org.).** *As representações sociais*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001. p. 45-66.

SAVIANI, D. *Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações*. Campinas: Autores Associados, 2000.

VIGOTSKI, L. S. *Psicologia pedagógica*. Porto Alegre: Artmed, 2003.



Capítulo 5

INTERFACES, PARCERIAS E ARTICULAÇÕES

Considerando que a APOIE possui o viés interdisciplinar e a perspectiva integradora do saber psicossocial à política de Educação, entende-se que se pode realizar dois tipos de interfaces gerais, sendo elas: as interfaces pedagógicas e as interfaces intersetoriais.

As interfaces pedagógicas fazem referência às articulações junto à rede interna da educação, isto é, os possíveis engendramentos da atuação psicossocial junto aos programas, projetos e ações da SEDU e da política de Educação. Por SEDU, estende-se às atuações em todas as instâncias, seja na SEDU Central, nas Superintendências Regionais de Educação ou nas unidades escolares.

As interfaces intersetoriais fazem menção às articulações junto à rede externa, pensando que a política de Educação consiste enquanto parte de um todo. Concomitante às articulações internas da política de educação, ressalta-se a relevância em mapear e corroborar junto aos outros atores da rede intersetorial com vistas à garantia de direitos e à integralidade da linha de cuidados.

A partir disso, este capítulo objetiva explorar as interfaces possíveis da APOIE para subsidiar a atuação psicossocial na Educação, bem como fomentar a relevância da inserção das equipes APOIE de forma integrada na política de educação sob a perspectiva intersetorial. Para isso, ressalta-se que as contribuições aqui dispostas estão ancoradas nas portarias e regulamentações da APOIE.

5.1 INTERFACES EDUCACIONAIS

Analisando a trajetória de construção da APOIE na Secretaria de Estado da Educação, implantação de equipes psicossociais nas Superintendências Regionais de Educação e a recente expansão desta atuação para as equipes das Unidades Escolares, é importante destacar que esse caminho vem se desenvolvendo em articulação contínua com as propostas pedagógicas e educacionais que ancoram a oferta de ensino na rede pública estadual de educação do Espírito Santo.

Ao encontro dos objetivos estratégicos finalísticos que compõem o Mapa Estratégico da SEDU (2023-2026), o trabalho dos assistentes sociais e psicólogos da educação oferece perspectivas que buscam fortalecer a promoção da equidade e da inclusão, com ênfase em questões de raça e gênero, contribuindo para a mitigação das desigualdades educacionais.

Corroborando essa perspectiva, o trabalho também busca auxiliar nos processos de recomposição da aprendizagem, reconhecendo a importância de atuar sobre os aspectos psicossociais que frequentemente afetam os estudantes em distorção idade-série. Além disso, visa apoiar as políticas públicas de inclusão e o fomento à cultura digital, contribuindo com estratégias que promovam o uso consciente das redes sociais, em uma prática constante de prevenção à violência na escola e contra a escola (ESPÍRITO SANTO, 2023).

Além disso, busca-se fortalecer a educação integral, promovendo o desenvolvimento dos estudantes em suas dimensões intelectual, social, emocional, física, cultural e política, com ênfase na promoção de uma cultura de paz (ESPÍRITO SANTO, 2023).

As equipes multiprofissionais na educação, a atuação integrada e a articulação intersetorial surgem como ferramentas essenciais dentro de uma concepção de educação que se alinha à seguinte perspectiva:

A educação escolar não deve se valer de currículos que foquem numa aprendizagem extrínseca à vida, com predominância do intelectualismo e da memorização. A escola tem de transformar-se num meio de experiências reais ou num lugar de vida concreta, em vez de ser um espaço artificializado, separado e isolado da sua própria vida e da sociedade em que está inserida. (NEGREIROS, 2023, p. 42).

Percebendo a escola como este lugar de experiências reais, as gerências da Secretaria de Estado da Educação têm construído parcerias com a G-APOIE para que o trabalho interdisciplinar e integrado parta do âmbito estratégico e multiplique raízes para a execução tática e operacional. Tais integrações e parcerias serão apresentadas brevemente ao longo deste capítulo com a intenção que inspire o leitor a ampliar o olhar sobre a atuação do assistente social e psicólogo na educação.

Neste sentido, vale ressaltar as perspectivas da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB, Lei nº 9.394/96 (BRASIL, 1996), bem como da Base Nacional Comum Curricular - BNCC (BRASIL, 2018). Tais documentos vão orientar e direcionar a educação básica para uma educação não fragmentada, que atenda à integralidade dos sujeitos e que se estabeleça como garantia de direitos dos estudantes, atuando para além dos aspectos cognitivos, como também o caráter social, cultural, histórico e psicossocial envoltos às práticas pedagógicas e educacionais.

Em 2019, quando a idealização da APOIE começou, a Secretaria de Estado da Educação decidiu vincular o projeto à Assessoria de Gestão Escolar, que hoje se tornou a Gerência de Gestão Escolar (GGE). Naquela época, com novos olhares sobre a gestão, entendeu-se que as e os profissionais de psicologia e serviço social poderiam oferecer suporte às diretoras e diretores escolares na condução de questões psicossociais das e dos estudantes, além de colaborar com os processos de trabalho da SEDU, como o Circuito de Gestão²² e construção integrada dos mapas de ação, por exemplo (ESPÍRITO SANTO, 2023).

²² A metodologia do Circuito de Gestão na SEDU consiste na sequência de ciclos, com etapas de Planejamento, Execução, Avaliação de Resultados e Correção de Rota, levando em consideração as especificidades da realidade regional e territorial-comunitária das SRE e Unidades Escolares. O objetivo e finalidade deste processo é promover a aprendizagem dos estudantes, assim como a permanência na escola (ESPÍRITO SANTO, 2023).

Em abril de 2023, a APOIE foi elevada à categoria de gerência, mantendo, no entanto, uma relação de colaboração com diversas outras gerências, incluindo a GGE, na integração dos assistentes sociais e psicólogos como parte da equipe escolar. Cabe ainda à GGE coordenar os processos de eleição dos Conselhos de Líderes de Turma, cujo público-alvo são estudantes que participam ativamente das ações da APOIE e colaboram na promoção do bem-estar da comunidade escolar. (ESPÍRITO SANTO, 2023).

Remontando ao ano de 2019, em uma etapa inicial caracterizada por um diagnóstico, foram estabelecidos diálogos com a então denominada Companhia Independente de Polícia Escolar (CIPE), com o objetivo de compreender os fenômenos psicossociais relacionados às ocorrências atendidas por essa equipe. Ao longo dos anos, a parceria entre a APOIE e a Patrulha Escolar se fortaleceu, sendo atualmente mantida por meio de momentos formativos integrados, trocas de experiências e atuação conjunta em ações preventivas e interventivas, alinhadas às demandas escolares.

As Gerências de Ensino Fundamental e Ensino Médio também mantêm uma interface direta com a APOIE. O Programa Sucesso Escolar (PSE), regulamentado pela Portaria nº 348-R (ESPÍRITO SANTO, 2022), prevê no Capítulo IV a atuação das equipes da APOIE com um foco intencional nas turmas do PSE, realizando atividades que atendem às necessidades específicas dos estudantes contemplados pelo programa.

O Programa de Fortalecimento da Aprendizagem (PFA) e as diretrizes orientadoras do componente curricular 'Projeto de Vida' também estão alinhados com as atribuições e objetivos da APOIE. Especificamente, em colaboração com programas e projetos liderados pela Gerência de Ensino Médio, a APOIE desenvolve atividades integradas ao "Jogos na Rede" e "Pré-ENEM". Além disso, contribui para que as oportunidades de aprendizado e desenvolvimento da autonomia dos estudantes sejam acessíveis, incentivando a participação em programas de estágio e o estudo de línguas no Centro Estadual de Idiomas, promovendo o engajamento e a construção de sentido nessas experiências.

Em conformidade com essa perspectiva, entende-se que as temáticas transversais da Gerência de Currículo da Educação Básica, como competências

socioemocionais, projeto de vida, disciplinas integradoras, eletivas e componentes curriculares relacionados às questões psicossociais na educação, representam pontos de articulação importantes para as ações da APOIE. As equipes podem se integrar às propostas de disciplinas regulares e eletivas para abordar temas como gênero, sexualidade, família, empoderamento, construção de identidades, planejamento de vida, habilidades socioemocionais, entre outros.

Concomitantemente, a interface da APOIE com a Gerência de Educação em Tempo Integral envolve a discussão sobre acolhimento e a visão do sujeito integral, ou seja, um ser multifacetado e repleto de subjetividades. A partir dessa perspectiva, busca-se centralizar na atuação pedagógica e psicossocial o trabalho coletivo e o incentivo ao protagonismo juvenil, considerando as e os estudantes como atrizes/atores ativos/os e autônomas/os na construção de sua historicidade e projeto de vida. Essa abordagem promove uma educação libertadora, baseada no aprendizado por meio da prática e na valorização da diversidade de ideias (ESPÍRITO SANTO, 2023). Além disso, essa interface com a Educação em Tempo Integral inclui diversas articulações adaptadas às especificidades das escolas, como o programa de tutoria, entre outros.

Outro setor de relevante interface com a APOIE é a Gerência de Educação Antirracista, do Campo, Indígena e Quilombola (GEACIQ), que tem colaborado com as equipes psicossociais conforme previsto na Portaria 234-R (ESPÍRITO SANTO, 2023). Para uma abordagem integral da comunidade escolar, é essencial compreender e envolver todas as diversidades intrínsecas ao contexto educacional.

Considerando que a educação em comunidades urbanas ocorre de maneira potencialmente distinta da educação no campo, indígena e quilombola, é possível refletir sobre as interfaces da APOIE diante dessas especificidades. Com o objetivo de compreender os diferentes contextos sócio-histórico-culturais e valorizando a biodiversidade social, as equipes da APOIE podem promover espaços de diálogo e intercâmbio entre as construções pedagógicas desses contextos. Dessa forma, fortalecem o protagonismo estudantil, incentivam uma educação plural voltada à diversidade, promovem o resgate cultural e exploram as divergências e aproximações entre comunidades rurais

e urbanas, destacando as potencialidades da diversidade cultural estadual, entre outras temáticas.

Nessa mesma discussão, Virgínia Bicudo, psicanalista e socióloga, em sua obra *Atitudes dos Alunos dos Grupos Escolares em Relação com a Cor de Seus Colegas* (1955), explora as dimensões psíquicas e comportamentais nas relações étnico-raciais. A autora problematiza as posições sociais e as representações de poder baseadas na raça-cor, que atribuem à população negra um signo de inferioridade em relação à branca. Bicudo argumenta que esse processo é estrutural, uma vez que a internalização dessas etiquetas raciais se dá no contexto escolar.

Portanto, é imprescindível que a escola adote uma educação antirracista sob uma perspectiva integral, articulando-se com as equipes psicossociais educacionais e fortalecendo a ação política de combate ao racismo. Isso envolve o reconhecimento do racismo como uma forma de violência que pode gerar processos de adoecimento. Além disso, entende-se que temáticas transversais e interseccionais, como a educação para as relações étnico-raciais, estão profundamente entrelaçadas com as diversas interfaces da APOIE nos programas, projetos e ações da SEDU.

Em consonância com isso, é importante refletir sobre as diversidades presentes no contexto educacional e as especificidades relacionadas à Gerência de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. A problematização da individualização, patologização e medicamentação na escola é uma atuação direta e pertinente da APOIE. Para tanto, a parceria com o Atendimento Educacional Especializado (AEE) e os Núcleos Estaduais de Apoio Pedagógico à Inclusão Escolar (NEAPIEs) é essencial para a proposta inclusiva da educação e para o combate aos processos excludentes, que, muitas vezes, refletem as desigualdades sociais no ambiente escolar (ESPÍRITO SANTO, 2007, 2019).

Concomitantemente às discussões sobre processos excludentes e educação inclusiva, é fundamental destacar a Gerência da Educação de Jovens e Adultos (GEEJA), responsável pela oferta da Educação de Jovens e Adultos (EJA), da Educação em Prisões e da Educação Escolar na Socioeducação. A garantia do direito à educação para alunos em situação de privação de liberdade ou

em situação de rua, por exemplo, está diretamente relacionada a aspectos psicossociais envolvidos em processos de violação de direitos, desproteção social, fragilização ou rompimento de vínculos familiares e comunitários. Esses fatores contribuem para as vulnerabilidades, especialmente as socioemocionais, desse público (ESPÍRITO SANTO, 2007, 2019²).

Em colaboração com as estratégias para garantir o acesso e a permanência dos estudantes, destacam-se as interfaces com a Gerência de Políticas de Apoio à Permanência e Busca Ativa Escolar (G-ABAE) (ESPÍRITO SANTO, 2023). A atuação da APOIE é fundamental nas estratégias de prevenção e intervenção em relação ao abandono escolar, à infrequência e à evasão estudantil. Além disso, a APOIE oferece suporte em ações que visam assegurar a permanência dos estudantes nos espaços escolares como garantia do direito à educação, buscando compreender as transversalidades que influenciam esses processos e afetam o acesso e a permanência na escola.

Na perspectiva das avaliações como aspecto fundamental dos processos educacionais formais, é possível considerar as articulações com a Gerência de Avaliação (GEA). A autoavaliação socioemocional emerge como uma interlocução significativa para o protagonismo dos estudantes, permitindo que eles se apropriem de seus aspectos socioemocionais. Além disso, estabelece indicadores que orientam as ações da APOIE nessas áreas temáticas (ESPÍRITO SANTO, 2023).

A preparação emocional para eventos avaliativos também é um aspecto crucial da atuação da APOIE, especialmente porque esses momentos tendem a suscitar sintomas de ansiedade entre os estudantes. Nesse contexto, a atuação psicossocial se revela fundamental como mediadora dos processos, buscando tornar essas experiências mais leves e encorajadoras. Assim como nas avaliações, em períodos importantes dos programas Jogos na Rede ou em apresentações estudantis do Música na Rede, os sintomas de ansiedade podem surgir, constituindo pontos de atenção para que as equipes da APOIE reflitam sobre suas estratégias de atuação e intervenções (ESPÍRITO SANTO, 2023).

Consequentemente, além de atender estudantes, famílias e comunidades vinculadas às unidades escolares também são foco da atuação da APOIE, servindo

como uma interface significativa para a educação transformadora. É importante destacar que as interações com programas, projetos e ações da SEDU, como Jogos na Rede, Música na Rede e tutoria, por exemplo, desempenham um papel crucial na aproximação das famílias com as atividades escolares. Isso contribui para o fortalecimento dos vínculos entre família e escola, entre família e estudante, e entre estudantes e as iniciativas educacionais, conforme descrito no Manual de Gestão Escolar (ESPÍRITO SANTO, 2023).

Além de atender o público estudantil, familiar e comunitário, a APOIE também prevê intervenções direcionadas aos profissionais da educação. Nesse sentido, a colaboração com o Centro de Formação dos Profissionais da Educação do Espírito Santo (CEFOPE) é fundamental (ESPÍRITO SANTO, 2014). Essa articulação visa planejar e executar formações relevantes para os profissionais da educação, com foco na capacitação e atualização frente às questões psicossociais que emergem no contexto escolar.

Considerando também as estratégias de regulamentação e os procedimentos internos organizacionais da secretaria, é relevante destacar a interface da APOIE com as equipes da Subgerência de Pessoal Transitório (SUPET) (ESPÍRITO SANTO, 2007), que atua como apoio nos processos seletivos, incluindo entrevistas e dinâmicas de grupos para os técnicos da APOIE. Além disso, a colaboração com a Gerência de Normas e Procedimentos (GENPRO) é essencial para promover uma atuação participativa e colaborativa em relação às portarias, suporte nas alterações do regimento comum das escolas e outras regulamentações que afetam a esfera psicossocial na educação. É importante ressaltar que essas interfaces se alinham com o trabalho dos técnicos da G-APOIE, contribuindo para fortalecer as diversas instâncias de atuação.

Reconhece-se que, além das interfaces com os aspectos centrais da educação estadual, os estudantes que ingressam nas unidades escolares sob jurisdição da SEDU provêm de escolas municipais e contextos diversos. Nesse sentido, a articulação com a Gerência do Regime de Colaboração com os Municípios visa fortalecer essa interlocução e sensibilizar a esfera educacional municipal para a implementação de estratégias pedagógicas que promovam o acolhimento e a permanência dos estudantes. Além disso, a vinculação com essas esferas municipais ocorre também por meio das equipes psicossociais das

secretarias de educação municipais, em conformidade com a regulamentação da Lei Federal nº 13.935, de 11 de dezembro de 2019, que estabelece a inserção de assistentes sociais e Psicólogos na educação básica.

Simultaneamente, reconhece-se que uma política pública estruturada necessita de registros de dados e estatísticas que evidenciem as conquistas e os resultados do trabalho realizado. Nesse sentido, destacam-se as articulações da APOIE com o Escritório Local de Projetos, Processos e Inovação (ELPPI) (ESPÍRITO SANTO, 2019¹), assim como com a Gerência de Estatística e Informação (GEI) e a Gerência de Planejamento (GEPLAN) (ESPÍRITO SANTO, 2007). Essas parcerias oferecem suporte na elaboração da tipologia da APOIE, além de facilitar o registro e a divulgação dos dados em painéis de indicadores, que abrangem fóruns, ações coletivas e demandas individuais atendidas pelas equipes da APOIE. É importante ressaltar, neste contexto, a colaboração com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), que se relaciona com as especificidades da atuação da APOIE.

Insta frisar que para além dessas interfaces institucionais, em cada instância da educação capixaba em que a APOIE se insere, é de fundamental importância a integração junto aos setores da rede interna. Sendo assim, cada interface supracitada apresenta desdobramentos pertinentes à área de atuação, seja na SEDU central, nas SREs ou nas Unidades Escolares.

Ademais, ao considerar a integração com os programas, projetos e ações da SEDU, é imprescindível também enfatizar a intersetorialidade que permeia o processo de integralização do trabalho da APOIE. Para isso, é necessário explorar as importantes interfaces, mapeamentos e articulações com a rede intersetorial, que devem ocorrer simultaneamente às interações educacionais

5.2 INTERSETORIALIDADE

Além de fortalecer as articulações com a rede interna, entende-se que a Educação precisa estabelecer parcerias e articulações junto aos outros atores da rede pública com vistas a abranger a integralidade do público a que se propõe atuar. A partir disso, compreende-se a Educação enquanto política parte de um serviço público coerente com as multidimensionalidades dos indivíduos que integram a comunidade escolar.

Sendo assim, a política de Educação é vista como parte de uma rede intersetorial e se articula com as políticas de Saúde, Assistência Social, Direitos Humanos, entre outras. Concomitante a isso, é importante ressaltar que a Educação é parte do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA) conforme a Resolução Federal nº 113 de 19 de abril de 2006 que conceitua em seu art. 1º:

O Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente constitui-se na articulação e integração das instâncias públicas governamentais e da sociedade civil, na aplicação de instrumentos normativos e no funcionamento dos mecanismos de promoção, defesa e controle para a efetivação dos direitos humanos da criança e do adolescente, nos níveis Federal, Estadual, Distrital e Municipal (BRASIL, 2006, p.1).

Pensando na proposta de trabalhar pela garantia de direitos concomitante ao vislumbre da integralidade dos sujeitos que compõem a comunidade escolar, entende-se que a política de Educação não caminha sozinha neste processo. Se faz preciso integrar o fazer educacional de forma transversal (BANDEIRA e ALMEIDA, 2013) e interseccional (MATOS, 2011) em articulações contributivas aos outros atores da rede intersetorial.

Neste ponto, pode-se dialogar com Certeau (2003), na concepção da escola como um recorte da sociedade, implicando no espaço escolar e educacional como um laboratório que permite a experimentação das questões sociais de forma miniaturizada. Endossando, com isso, a ótica sobre o espaço escolar enquanto lugar de manifestações da diversidade social e, portanto, dotado de transversalidades e interseccionalidades.

Tais reflexões acima deságuam no caráter intrínseco de se pensar a atuação no espaço escolar e educacional de forma intersetorial. Pensar na política de Educação enquanto uma engrenagem da grande e complexa motricidade da intersetorialidade. As redes externas, neste sentido, se integram e se atravessam em atuação, tornando-se corresponsáveis pela proteção e garantia de direitos da comunidade escolar.

Dessa forma, a pluralidade da comunidade escolar se interpela e emerge na realidade da Educação, fazendo com que as políticas públicas precisem atuar nas demandas que ascendem no contexto escolar de maneira a abarcar as diversidades de gênero, sexualidade, raça/cor, etária, socioeconômica, histórico-cultural, neurodiversidades, entre outras formas de manifestação plural.

Em corroboração a isso, quando pensamos nas demandas psicossociais e atuação de forma coletiva e individual junto a essas demandas no ambiente escolar, é imprescindível pensar em transversalidade e interseccionalidade da atuação integral e intersetorial. Para elucidar e ilustrar essa intersetorialidade, a prática psicossocial na educação vem somar e ampliar as possibilidades de atuação da Educação junto às outras políticas e redes externas.

Dentre as interlocuções intersetoriais mais relevantes na área da Educação, destaca-se a articulação com a política de Saúde. A Secretaria de Estado da Saúde (SESA), por meio da Vigilância Epidemiológica, mantém uma relação direta com a Educação, especialmente no que diz respeito à notificação de violências ocorridas nos espaços escolares. Amparada pela Lei nº 11.147/2020 e documentações internas como a CI/SEDU/SEPLA/APOIE/Nº001, de 09 de março de 2022, essa atuação conjunta garante a notificação compulsória de casos de violência e o acompanhamento das demandas junto à rede de atenção e cuidados, promovendo uma resposta integrada e eficaz.

As interfaces entre Educação e Saúde, além da Vigilância Epidemiológica, estendem-se por meio de diversas articulações, como a participação em grupos condutores, formações, reuniões de alinhamento e outras instâncias de colaboração intersetorial. É importante destacar que as estratégias para trabalhar temas integradores na escola devem ir além das interfaces pedagógicas tradicionais, contemplando uma abordagem intersetorial. Temas como

sexualidade, direitos reprodutivos, gravidez na adolescência, saúde mental e neurodiversidades, por exemplo, podem ser abordados em parceria com os equipamentos e equipes da política de Saúde, ampliando o impacto educativo e fortalecendo a rede de apoio.

Entre as diversas articulações possíveis da Educação no âmbito intersetorial, destaca-se a atuação interdisciplinar e multiprofissional por meio do Programa Saúde na Escola (PSE), respaldado pela Lei nº 14.819, de 16 de janeiro de 2024, que institui a Política Nacional de Atenção Psicossocial nas Comunidades Escolares. Essa interlocução é fundamental para abordar as transversalidades presentes no contexto escolar, garantindo a integração e a governabilidade entre as políticas de Saúde e Educação, promovendo ações conjuntas que respondam às necessidades psicossociais e de saúde dos estudantes.

A referida lei reforça as articulações entre as políticas de Saúde e Educação, ao mesmo tempo que convoca ao diálogo a política de Assistência Social, que desempenha um papel essencial na atuação psicossocial junto às comunidades escolares. Contudo, sua importância vai além desse ponto.

A política de Assistência Social interage com a Educação em diversos aspectos, incluindo parcerias e articulações voltadas ao atendimento e acompanhamento familiar, ações intersetoriais relacionadas ao acesso a benefícios socioassistenciais, estudos de caso, encaminhamentos, participação em ações coletivas, e a atuação no programa BPC na Escola, entre outras iniciativas. Além disso, destaca-se a participação ativa da Educação, por meio das técnicas da G-APOIE, no Conselho Estadual de Assistência Social (CEAS), promovendo diálogos e deliberações intersetoriais que fortalecem a política de Assistência Social em suas interfaces com a Educação.

Arelado a essa dinâmica, os Conselhos Tutelares se destacam como importantes componentes da rede intersetorial, com uma interface significativa junto à educação, especialmente em seu papel protetivo e preventivo dentro do sistema de garantia e promoção de direitos. Muitas vezes, essa articulação se revela uma das mais sólidas na relação com a Educação, trazendo à tona a necessidade de uma integração contínua, com diálogos mais afinados e a manutenção de laços que visem ao fortalecimento e à proximidade dessas parcerias.

Vale ressaltar que essas articulações abrangem diversas dimensões de atuação, envolvendo não apenas parcerias com equipamentos essenciais, como Unidades Básicas de Saúde (UBS), Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), Centros de Referência da Juventude (CRJ), e Instituições de Ensino Superior públicas e privadas, além da rede filantrópica, mas também a participação ativa em Conselhos e Comitês, bem como em articulação com Secretarias Municipais e Estaduais e com órgãos das esferas Regional e Federal.

Dessa forma, é possível conceber uma política pública intersetorial abrangente, que não se limita apenas ao setor público, mas que reconhece e valoriza a participação ativa de equipamentos da esfera privada, como Organizações Não-Governamentais (ONGs), Organizações da Sociedade Civil (OSCs) e projetos sociais nos territórios, assim como a colaboração com programas, projetos e ações de redes externas, que sejam pertinentes, relevantes e viáveis às ações da APOIE.

Além disso, as ações da política de Direitos Humanos também estão diretamente relacionadas à Educação em diversos aspectos. Exemplos disso são a participação ativa da Educação, representada pela APOIE, em conselhos e comitês, como o Conselho Estadual da Criança e do Adolescente, o Conselho Gestor do Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAAM), o Conselho Estadual para a Promoção da Cidadania e dos Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (CELGBT+ES), o Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Estadual para a População em Situação de Rua (CIAMOPOP/ES), o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, entre outros. Essas articulações evidenciam o comprometimento da Educação com uma agenda de direitos humanos e a promoção de uma cidadania ativa e inclusiva.

As interfaces com a Secretaria de Estado de Direitos Humanos (SEDH) também se manifestam nas participações nos conselhos e comitês mencionados, além de envolver reuniões de alinhamento e articulação em torno de programas, projetos e ações desenvolvidos de forma transversal e intersetorial pelas secretarias. As discussões sobre temas integradores, interseccionais e

transversais estão diretamente relacionadas à pauta da diversidade na educação e aos direitos humanos, promovendo diálogos essenciais para a atuação da APOIE.

Um equipamento fundamental na política de Direitos Humanos, que mantém fortes laços com a política educacional, é o Centro de Referência da Juventude (CRJ). Esse espaço proporciona ações e projetos voltados para a educação popular, cultura, fortalecimento de vínculos, empoderamento e protagonismo juvenil. Nos CRJs, a valorização de adolescentes e jovens como atores essenciais para a transformação social está diretamente conectada ao acesso e à permanência no direito à educação, além de contribuir para estratégias de prevenção à infrequência, ao abandono e à evasão escolar.

Além da atenção às juventudes, destacam-se as articulações com a Secretaria Estadual das Mulheres (SESM) e seus programas, projetos e ações. Entre as parcerias vigentes, os Centros e Núcleos Margaridas são exemplos de iniciativas voltadas para o combate à violência contra a mulher. Ressalta-se que essas interfaces intersetoriais abrangem toda a comunidade escolar, incluindo alunas, profissionais e mulheres da comunidade.

Adicionalmente, as articulações com órgãos como a Secretaria de Justiça, Segurança Pública, Ministério Público, e Secretarias de Cultura, Esporte e Lazer também são relevantes para a atuação educacional. Essas parcerias se consolidam por meio de reuniões de alinhamento, eventos e momentos formativos que promovem diálogos intersetoriais. Como exemplo, podem-se citar as participações em eventos do Ministério Público do Espírito Santo (MPES) sobre temas como prevenção ao bullying, juventude negra e educação antirracista, violências de gênero e sexualidade, e socioeducação, demonstrando a amplitude e a importância dessas interfaces no contexto educacional.

Entende-se como fundamental as interfaces com os conselhos de classe das categorias profissionais, em especial os Conselhos Regionais e Federais de Psicologia e Serviço Social. Essas contribuições embasam o fazer técnico e oferecem suporte e orientação para a prática profissional no contexto da política de Educação.

Além disso, as interfaces com as Secretarias de Educação municipais e estadual são essenciais para a APOIE, pois contribuem para a regulamentação e a continuidade da política psicossocial escolar e educacional, promovendo o aprimoramento e o desenvolvimento contínuo da práxis profissional de psicólogos e assistentes sociais na Educação.

O trabalho psicossocial na educação, caracterizado por sua transversalidade e interseccionalidade, deve ser compreendido e praticado de maneira descentralizada, contextualizada e intersetorial. Considerando a escola como um microcosmo da sociedade e com base nos princípios da educação integral, multidimensionalidade e diversidade humana, a política psicossocial educacional atravessa e é atravessada por múltiplas facetas.

Diante desse cenário, a intersetorialidade deve ser entendida em conjunto com as interfaces pedagógicas, sempre em consonância com o princípio da integralidade da Educação. A APOIE tem o compromisso ético-estético-político de promover intervenções sob a perspectiva da transversalidade humana, atuando de maneira crítica e reflexiva nas questões subjetivas e sociais presentes no ambiente escolar, com o objetivo de construir um espaço educativo mais inclusivo e transformador.

REFERÊNCIAS

BANDEIRA, L.M.; ALMEIDA, T. M. C. de. A transversalidade de gênero nas políticas públicas. *Revista do Ceam*, v. 2, n. 1, jan./jun. 2013. Disponível em <www.periodicos.unb.br>. Acesso em 22 de dez de 2023.

BICUDO, Virgínia Leone. Atitudes dos alunos dos grupos escolares em relação com a cor dos seus colegas. In: BASTIDE, Roger; FERNANDES, Florestan (Org.). *Relações raciais entre negros e brancos em São Paulo*. São Paulo: Editora Anhembi/Unesco. p. 227-310. 1955.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (BNCC): educação é a base. Brasília, DF: MEC/CONSED/UNDIME, 2018. Disponível em: <http://basenacional-comum.mec.gov.br/images/BNCC_publicacao.pdf>. Acesso em: 22 dez. 2023.

BRASIL. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Resolução n. 113/2006, de 19 de abril de 2006. Dispõe sobre os parâmetros para a institucionalização e fortalecimento do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.mdh.gov.br/jspui/bitstream/192/2732/1/resolucao-no-113.pdf>>. Acesso em: 20 dez. 2023.

BRASIL. Lei nº 13935, de 11 de dezembro de 2019. Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica. Brasília, 12 dez. 2019. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/l13935.htm>. Acesso em: 18 dez. 2023.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 20 dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 18 dez. 2023.

CERTEAU, Michel. *A cultura no plural*. 3. ed. Campinas, SP: Papirus, 2003.

ESPÍRITO SANTO. Decreto nº 5.971-R, de 18 de abril de 2023. Altera a estrutura organizacional básica e transforma cargos de provimento em comissão e

funções gratificadas no âmbito da Secretaria de Estado da Educação - SEDU, sem elevação de despesa fixada. *Diário Oficial dos Poderes do Estado*, Vitória, ES, p. 02-04, 18 abr. 2023. Disponível em: <https://sedu.es.gov.br/Media/sedu/Portarias%20e%20Editais/DECRETO%20N%C2%BA%205971-R,%2018-04-2023-%20G-ABAE.pdf>. Acesso em: 18 dez. 2023.

ESPÍRITO SANTO. Lei nº 390, de 11 de maio de 2007. Reorganiza a estrutura organizacional básica da Secretaria de Estado da Educação - SEDU e dá outras providências. *Diário Oficial dos Poderes do Estado*, Vitória, ES, p. 03-08, 11 mai. 2007. Disponível em: <https://sedu.es.gov.br/Media/sedu/pdf%20e%20Arquivos/2007-390-C-Estrutura%20SEDU.pdf>. Acesso em: 18 dez. 2023.

ESPÍRITO SANTO. Portaria nº 061-R, de 31 de maio de 2019. Institui o Escritório Local de Processo e Inovação (ELPI), no âmbito da Secretaria de Estado da Educação. *Diário Oficial dos Poderes do Estado*, Vitória, ES, p. 20, 3 jun. 2019. Disponível em: https://sedu.es.gov.br/Media/sedu/Portarias%20e%20Editais/diario_oficial_2019-06-03_pag_28.pdf. Acesso em: 19 dez. 2023.

ESPÍRITO SANTO. Portaria nº 078-R, de 07 de abril de 2014. Regulamenta a Lei Estadual nº 10.149, de 17 de dezembro de 2013, que dispõe sobre a criação do Centro de Formação dos Profissionais da Educação do Espírito Santo - CEFOPE. *Diário Oficial dos Poderes do Estado*, Vitória, ES, p. 19-21, 8 abr. 2014. Disponível em: <https://sedu.es.gov.br/Media/sedu/Portarias%20e%20Editais/078-R-REGULAMENTA%20A%20LEI%2010149-2013,%20QUE%20DISP%C3%95E%20SOBRE%20A%20CRIAC%C3%87%C3%83O%20DO%20CEFOPE-ES.pdf>. Acesso em: 19 dez. 2023.

ESPÍRITO SANTO. Portaria nº 111-R, de 02 de maio de 2023. Institui a Gerência de Ação Psicossocial e Orientação Interativa Escolar - G-APOIE no âmbito da rede escolar pública estadual e dá demais providências. *Diário Oficial dos Poderes do Estado*, Vitória, ES, p. 52-53, 3 mai. 2023. Disponível em: <https://APOIE.sedu.es.gov.br/Media/APOIE/APOIE/Portaria%20n%C2%BA%20111%20de%2002%20de%2005%202023.pdf>. Acesso em: 18 dez. 2023.

ESPÍRITO SANTO. Portaria nº 348-R, de 23 de dezembro de 2022. Institui e orienta o funcionamento do Programa Sucesso Escolar para os estudantes

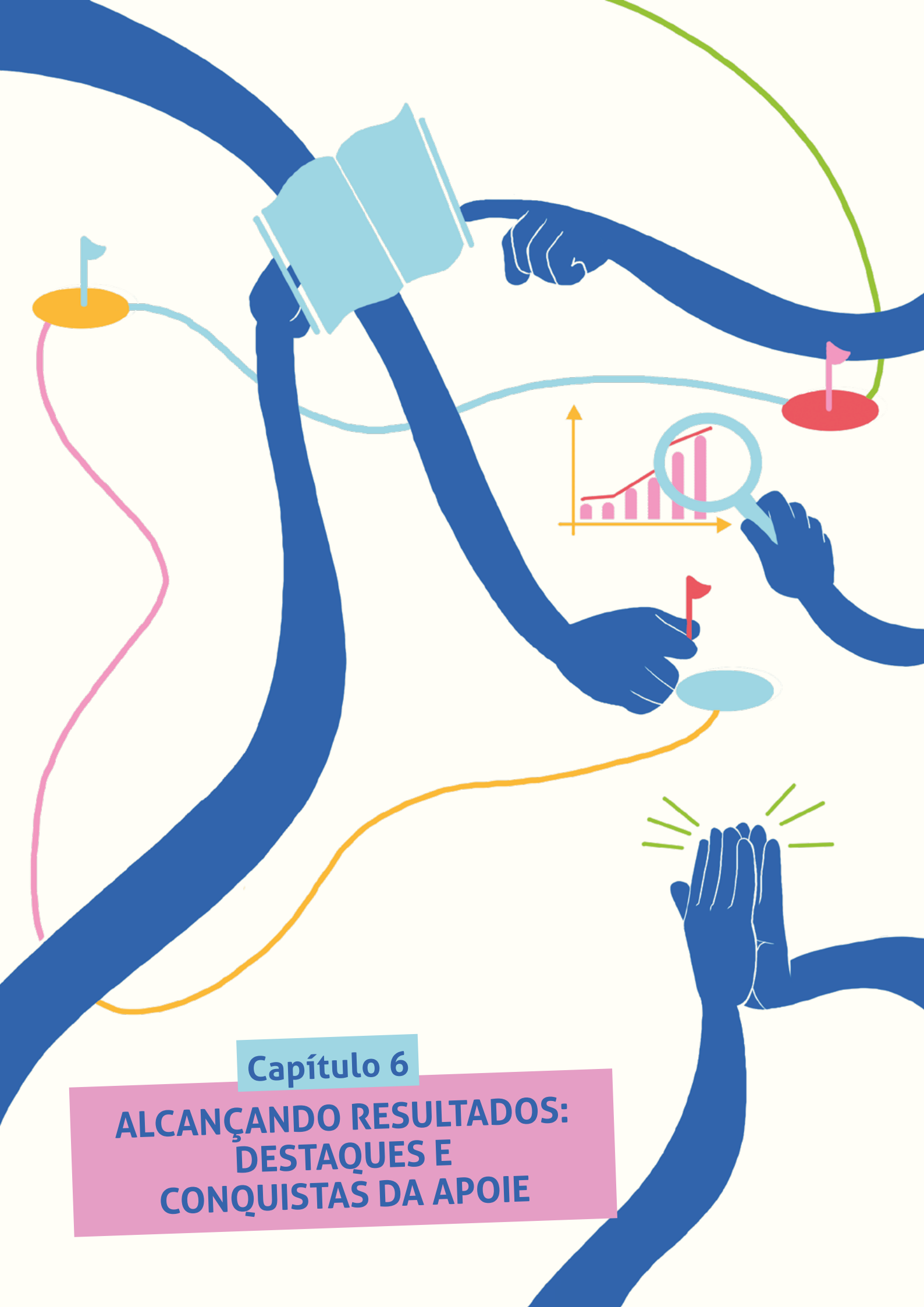
em situação de distorção idade-série matriculados nos 6º e 7º anos do ensino fundamental das unidades escolares da rede pública estadual do Espírito Santo e dá outras providências. *Diário Oficial dos Poderes do Estado*, Vitória, ES, p. 99-112, 26 dez. 2022. Disponível em: <https://sites.hom.es.gov.br/Media/APOIESedu/PUBLICACOESDOGOVERNODOES/Portaria%20n%C2%BA-348-R%202022%20-%20Programa%20Sucesso%20Escolar.pdf>. Acesso em: 19 dez. 2023.

ESPÍRITO SANTO. Secretaria de Estado da Educação do Espírito Santo - SEDU. *Mapa Estratégico da Secretaria de Estado da Educação 2023-2026*. Espírito Santo: SEDU, 2023. Disponível em: <https://sedu.es.gov.br/Media/sedu/pdf%20e%20Arquivos/MAPA%20ESTRAT%C3%89GICO%20SEDU.pdf>. Acesso em: 19 dez. 2023.

ESPÍRITO SANTO. Secretaria de Estado da Educação do Espírito Santo - SEDU. *Manual de Gestão: Informações Úteis ao Gestor Escolar da Rede Estadual do Espírito Santo*. Espírito Santo: SEDU, 2023. Disponível em: <https://sedu.es.gov.br/Media/sedu/pdf%20e%20Arquivos/manual%20de%20gestao%202023%20DIGITAL%20-%20FINAL.pdf>. Acesso em: 19 dez. 2023.

MATOS, Patrícia. O conceito de interseccionalidade e suas vantagens para os estudos de gênero no Brasil. Trabalho apresentado no XV Congresso Brasileiro de Sociologia, Universidade Federal de São Carlos, Curitiba – PR, 2011 .

NEGREIROS, Fauston. Psicologia Escolar e BNCC: criticidade e análise política, *Campinas/SP*, v. 1, 2023.



Capítulo 6

ALCANÇANDO RESULTADOS: DESTAQUES E CONQUISTAS DA APOIE

6.1 INDICADORES DAS AÇÕES DA APOIE

A APOIE enquanto política pública possui metodologia e sistematização de dados a partir de registros de ações e acompanhamento de demandas desde 2021. Tal sistematização ocorre por meio de planilhas eletrônicas que alimentam o Painel de Indicadores em articulação com o Escritório Local de Projetos, Processos e Inovação (ELPPI).

Insta frisar que a APOIE configura-se enquanto uma das gerências alvo do monitoramento estratégico²³, reforçando o acompanhamento e a articulação junto ao ELPPI. Sendo assim, a estruturação e o desenvolvimento da APOIE na SEDU compõem a pasta de ações estratégicas e inovadoras da Secretaria, e, atualmente, está lotada na Subsecretaria de Estado de Planejamento e Avaliação (SEPLA).

²³ Desde 2021, o ELPPI elaborou um plano de monitoramento destinado a todos os programas estratégicos monitorados. Essa iniciativa veio da necessidade de padronizar os relatórios de monitoramento das iniciativas, tornando-os mais estruturados e de fácil compreensão de suas etapas e atores envolvidos. Com 5 etapas, o plano de monitoramento foi dividido da seguinte forma: reconhecimento do escopo, objetivos e processos; mapeamento dos processos; definição dos indicadores; planejamento operacional; execução.

Consequentemente, as demandas e ações das equipes externas da APOIE são registradas e compiladas em planilhas on-line na ferramenta Google Drive, sendo sistematizadas mensalmente pelo ELPPI, que tornam estes dados visíveis no painel de indicadores. Esses dados funcionam como subsídios e termômetros do trabalho realizado pelas equipes APOIE, reforçando a relevância dessa política pública como essencial para a educação básica. A partir do início de 2025, terão início os testes para a implementação do sistema E-APOIE, que promoverá mudanças significativas no fluxo de compilação, organização e análise dessas informações.

Em corroboração a isso, no momento da publicação dessas diretrizes, vislumbram-se novos caminhos para melhor sistematização de dados em concomitância à expansão das equipes APOIE com o aumento exponencial das ações executadas. O sistema APOIE está em processo de criação com base nos dados já utilizados para mensurar as entregas das equipes.

Para ilustrar tal feito, seguem dados gráficos acerca das entregas realizadas entre abril de 2021 e dezembro de 2024 com registros das ações e demandas da APOIE. Vale ressaltar que, no decorrer dos anos, as planilhas foram adaptadas e aprimoradas tendo em vista as nuances inerentes ao caráter exploratório da implementação das equipes psicossociais na educação básica.

Figura 1: Nota de abertura situando a/o leitor(a) dos conteúdos do painel de indicadores



Fonte: indicadores.sedu.es.gov.br, 2024.

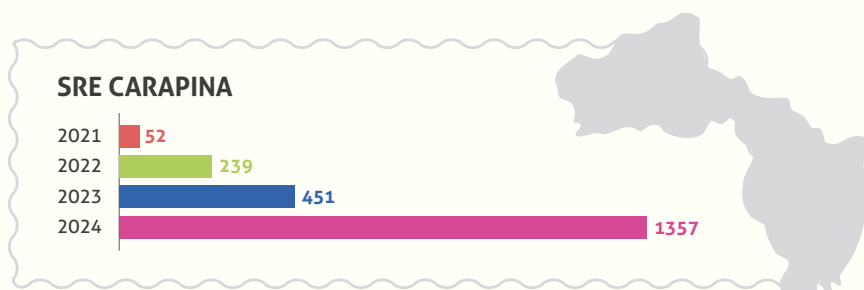
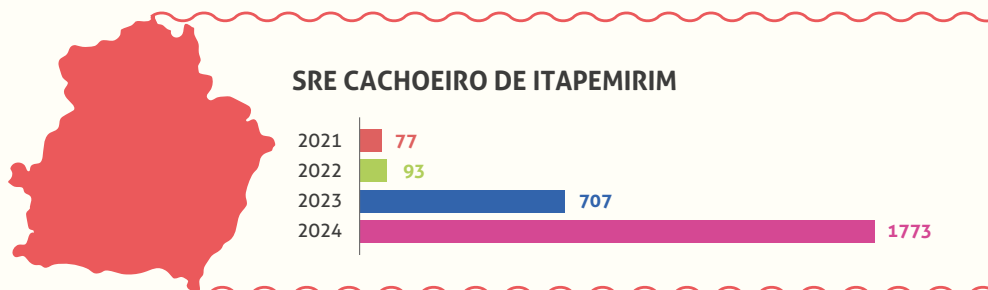
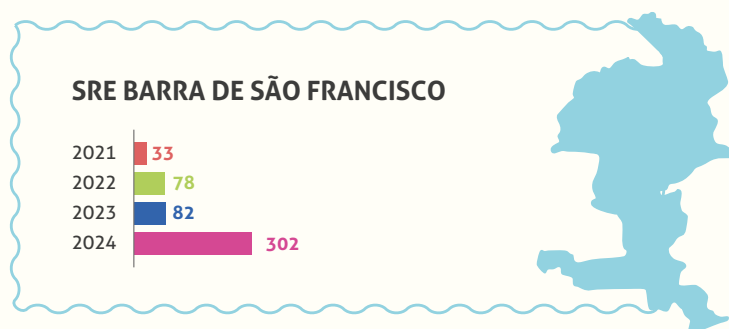
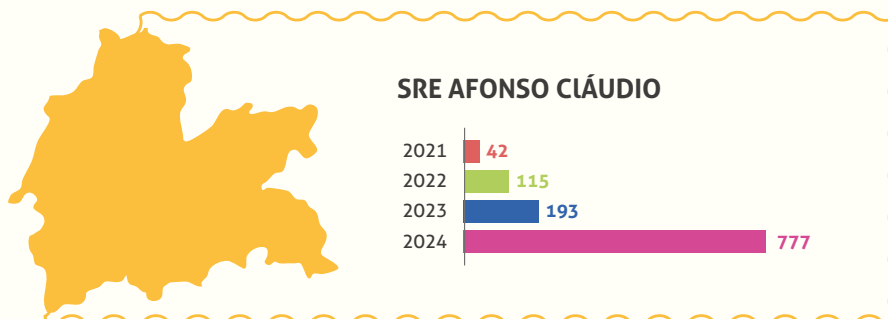
Figura 2: recorte do menu do painel de indicadores com as classes de dados registrados no painel



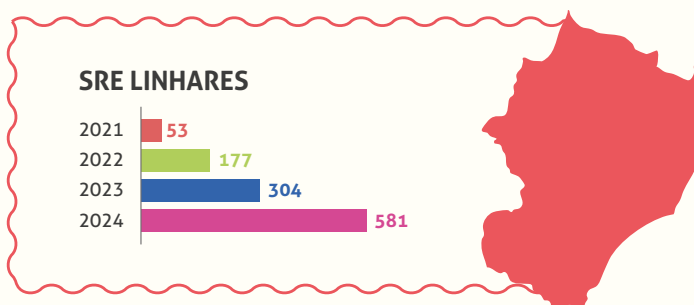
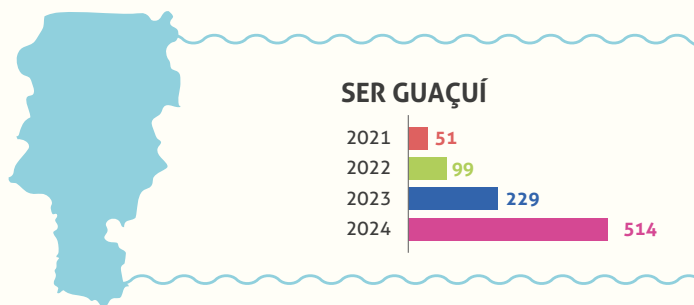
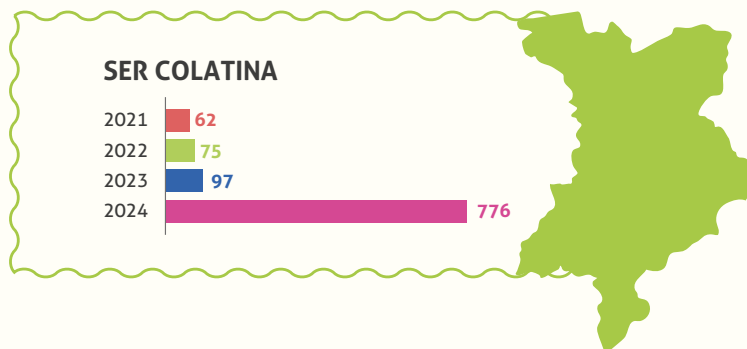
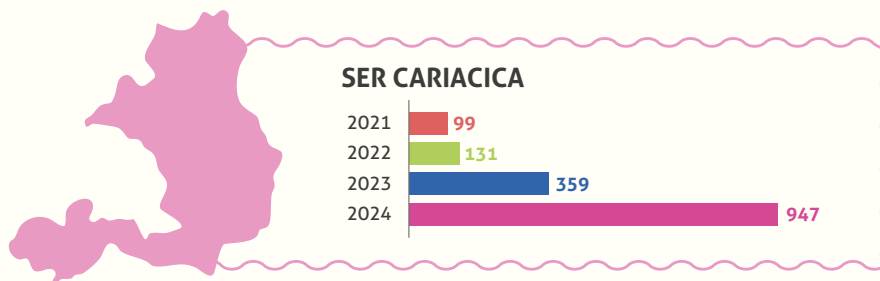
Fonte: indicadores.sedu.es.gov.br, 2024.

A partir do painel de indicadores, pode-se contemplar com maior clareza o demonstrativo das entregas realizadas pela APOIE a partir de 2021. Seguem os conteúdos dispostos das ações e demandas por ano, conforme painel de monitoramento.

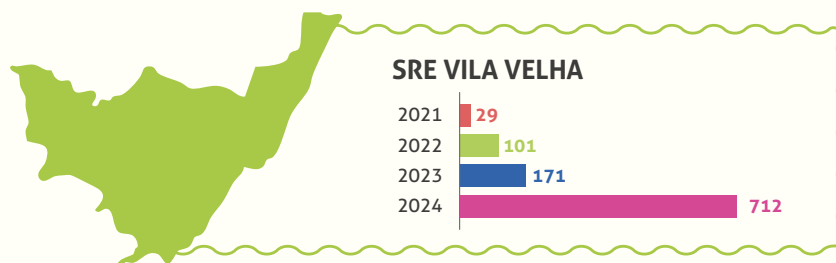
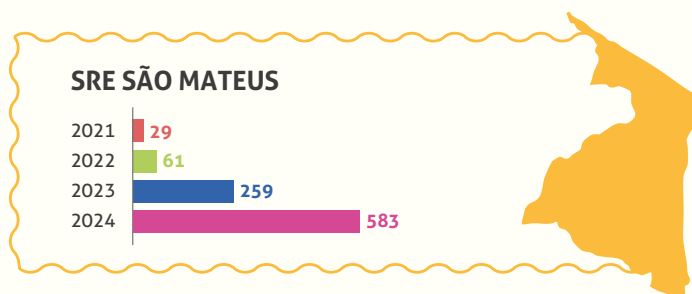
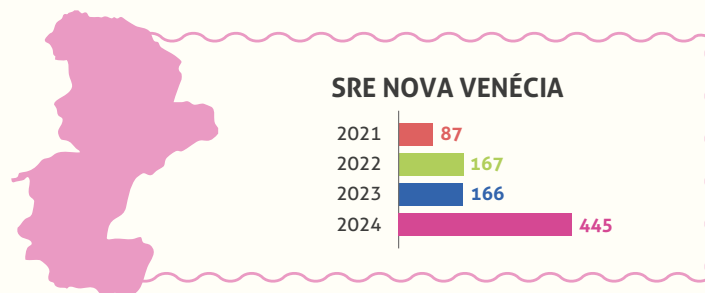
6.1.1 DEMANDAS INDIVIDUAIS



Fonte: indicadores.sedu.es.gov.br, 2024.

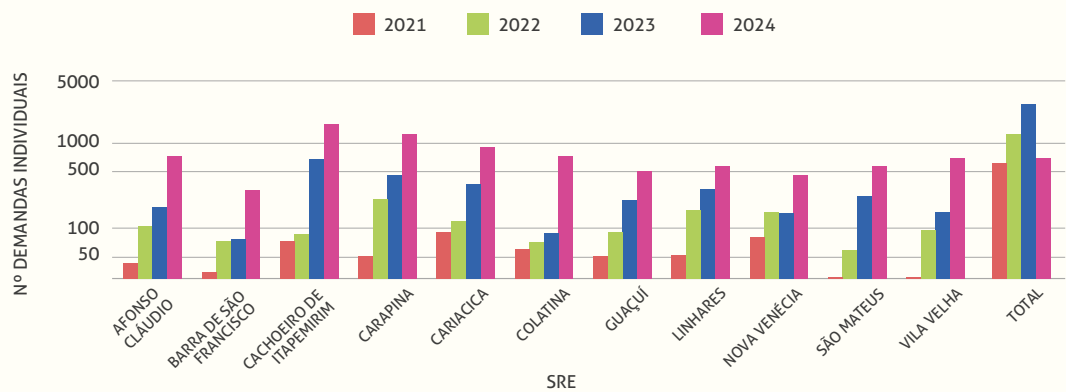


Fonte: indicadores.sedu.es.gov.br, 2024.



Fonte: indicadores.sedu.es.gov.br, 2024.

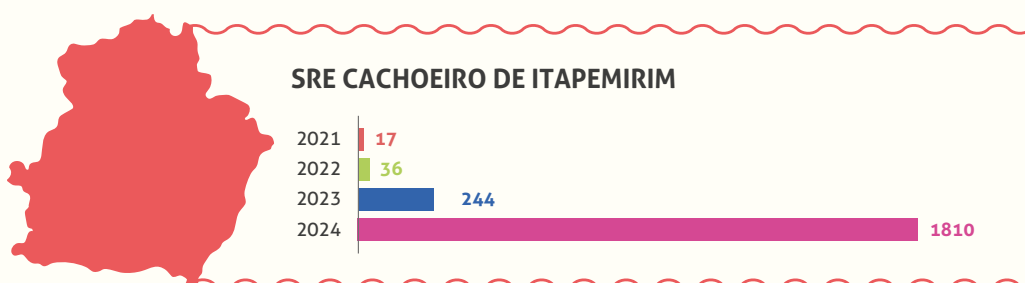
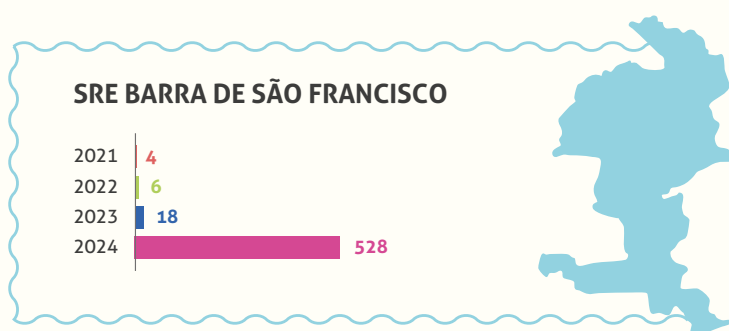
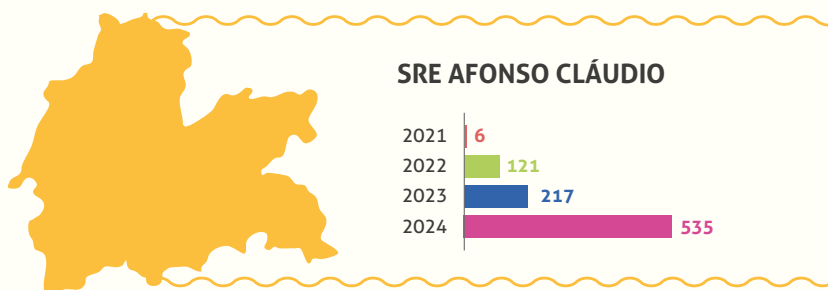
Gráfico 3: Demandas individuais



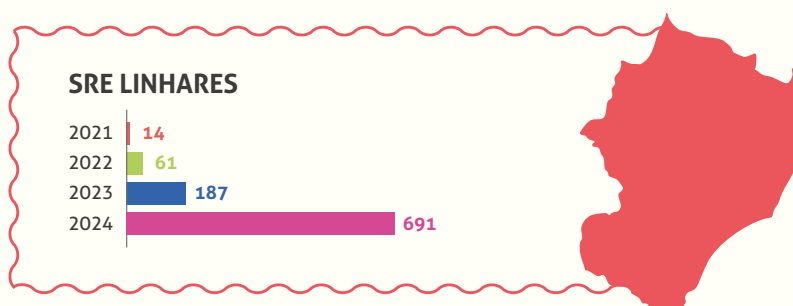
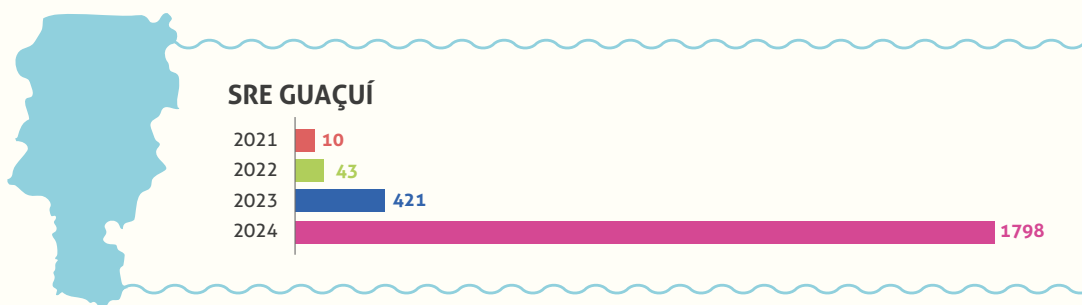
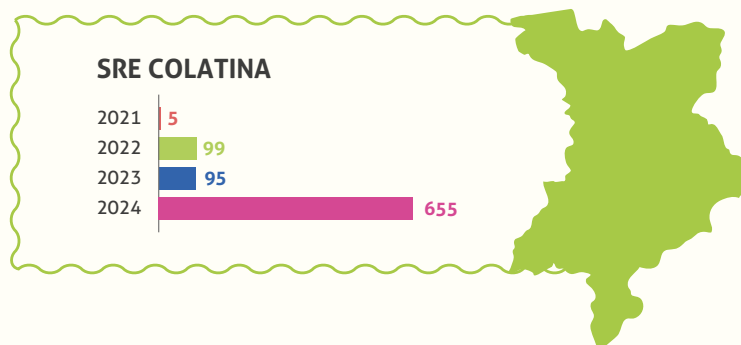
Nº DEMANDAS INDIVIDUAIS				
SRE	2021	2022	2023	2024
AFONSO CLÁUDIO	42	115	193	777
BARRA DE SÃO FRANCISCO	33	78	82	302
CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	77	93	707	1.773
CARAPINA	52	239	451	1.357
CARIACICA	99	131	359	947
COLATINA	62	75	97	776
GUAÇUÍ	51	99	229	514
LINHARES	53	177	304	581
NOVA VENÉCIA	87	167	166	445
SÃO MATEUS	29	61	259	583
VILA VELHA	29	101	171	712
TOTAL	614	1.336	3.018	8.767

Fonte: indicadores.sedu.es.gov.br, 2024.

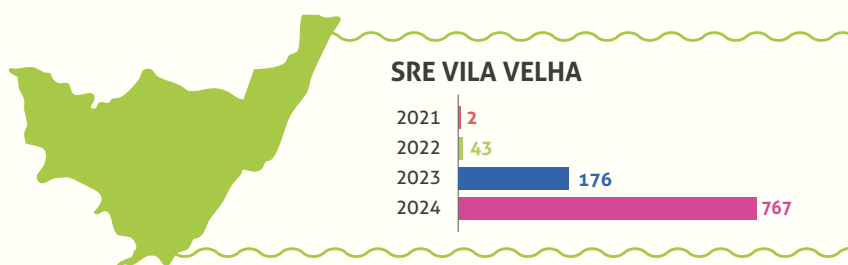
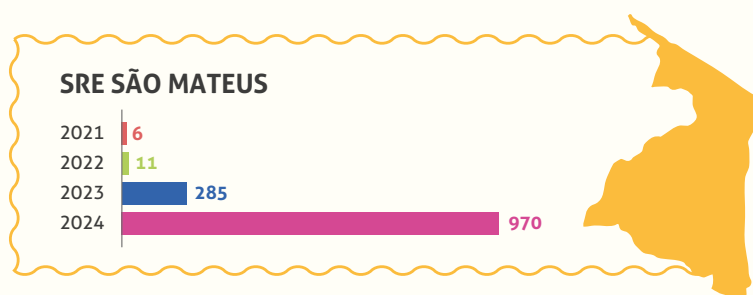
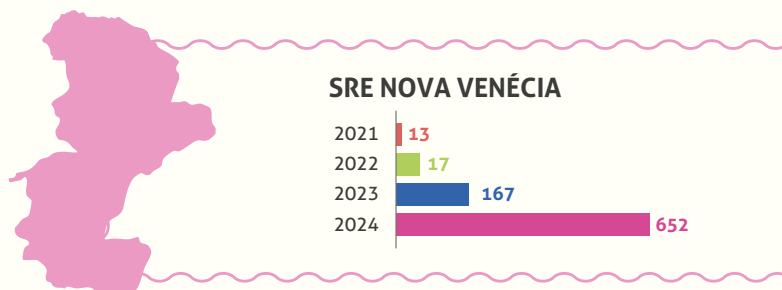
6.1.2 AÇÕES COLETIVAS



Fonte: indicadores.sedu.es.gov.br, 2024.

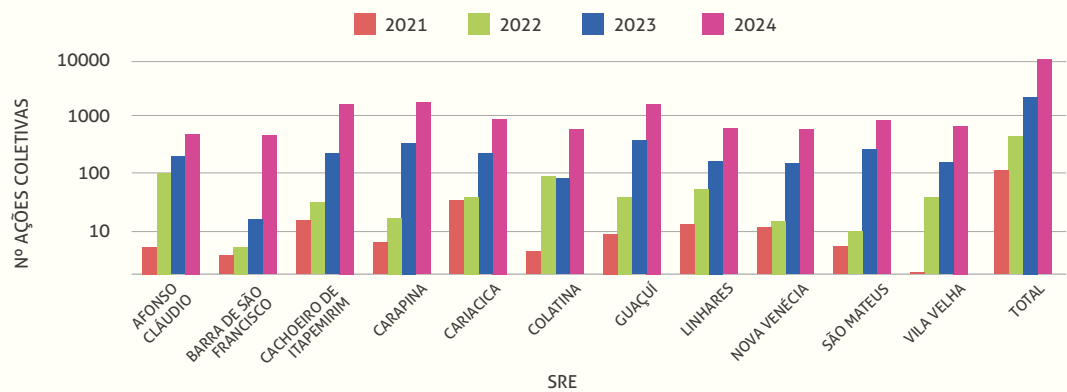


Fonte: indicadores.sedu.es.gov.br, 2024.



Fonte: indicadores.sedu.es.gov.br, 2024.

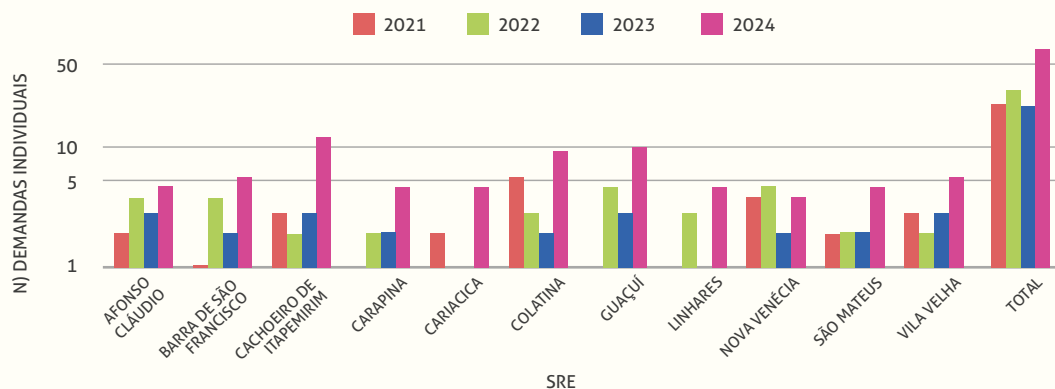
Gráfico 4: Ações coletivas



Nº AÇÕES COLETIVAS				
SRE	2021	2022	2023	2024
AFONSO CLÁUDIO	6	121	217	535
BARRA DE SÃO FRANCISCO	4	6	18	528
CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	17	36	244	1.810
CARAPINA	7	20	370	1.885
CARIACICA	38	44	265	975
COLATINA	5	99	95	655
GUAÇUÍ	10	43	421	1.798
LINHARES	14	61	187	691
NOVA VENÉCIA	13	17	167	652
SÃO MATEUS	6	11	285	970
VILA VELHA	2	43	176	767
TOTAL	122	501	2445	11.266

6.1.3 FÓRUNS DE DIÁLOGOS

Gráfico 5: Fóruns de diálogos



Nº FÓRUNS DE DIÁLOGOS				
SRE	2021	2022	2023	2024
AFONSO CLÁUDIO	2	4	3	5
BARRA DE SÃO FRANCISCO	1	4	2	6
CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	3	2	3	13
CARAPINA	0	2	2	5
CARIACICA	2	1	1	5
COLATINA	6	3	2	10
GUAÇUÍ	1	5	3	11
LINHARES	1	3	1	5
NOVA VENÉCIA	4	5	2	4
SÃO MATEUS	2	2	2	5
VILA VELHA	3	2	3	6
TOTAL	25	33	24	75

Fonte: indicadores.sedu.es.gov.br, 2024.

Vale ressaltar que os dados supracitados e representados em figuras, gráficos e tabelas são retirados na íntegra dos dados presentes no Painel de Indicadores SEDU conforme referências acima. Assim como quaisquer registros de dados quantitativos, entende-se que a margem de erro pode corroborar para que haja divergência entre os dados registrados na plataforma e as entregas realizadas.

É importante destacar que a APOIE atravessou diferentes momentos históricos ao longo dos últimos três anos de registros de dados, o que impactou diretamente o crescimento exponencial das ações realizadas e registradas. Em particular, merece atenção a expansão da APOIE em agosto de 2023, marcada pela inserção de duplas psicossociais nas unidades escolares. Essa medida ampliou significativamente a capacidade de execução das ações e o atendimento das demandas, conforme demonstrado nos gráficos e tabelas acima, evidenciando o fortalecimento do impacto da APOIE.

Para além das entregas materializadas em ações coletivas realizadas, demandas individuais atendidas e fóruns executados, as possibilidades de atuação da APOIE podem ser vislumbradas através de outras entregas, por exemplo, as formações e as publicações realizadas pelas equipes APOIE no recorte temporal vigente.

6.2 FORMAÇÕES

A criação da APOIE e inserção de técnicos de psicologia e serviço social no cenário da educação básica capixaba trouxe consigo o desafio e o compromisso de produção de diretrizes, metodologia e formação continuada para subsídio da prática dos profissionais no cotidiano escolar.

Diante disso, a Secretaria de Estado da Educação do Espírito Santo (SEDU), através da G-APOIE e do Centro de Formação dos Profissionais da Educação (CEFOPE)²⁴, ofertou Formação Inicial para os técnicos APOIE, nos anos de 2021, 2022 e 2024. Os cursos foram realizados no formato EaD, utilizando a plataforma do CEFOPE, com uma carga horária de 100 horas. A formação incluiu conteúdos on-line e webinários organizados pela equipe da Gerência da APOIE, proporcionando uma capacitação abrangente e alinhada às demandas do contexto educacional.

A primeira versão da Formação Inicial, realizada no primeiro semestre de 2021, ocorreu junto com a chegada dos profissionais de psicologia e serviço social que atuavam nas Superintendências Regionais de Educação do Estado. Teve como objetivo nortear a prática laboral através da apresentação das diretrizes e metodologia da APOIE, bem como o aprofundamento de temáticas que se relacionam com a atuação na educação. Ao longo dos cinco módulos foram ofertados cinco webinários, que contaram com a participação de Gestores da SEDU e das Superintendências Regionais de Educação, Supervisores Escolares, profissionais das políticas de saúde e educação e referências técnicas dos Conselhos Regionais de Psicologia e Serviço Social.

Em 2022, a Formação Inicial da APOIE teve como objetivo a formação continuada dos técnicos, sendo estruturada em cinco módulos e quatro webinários. O público-alvo foi ampliado, incluindo também profissionais de psicologia e serviço social que atuavam nas Secretarias Municipais de Educação do Es-

²⁴ O CEFOPE é responsável pela oferta de formação continuada dos profissionais da educação básica da rede pública estadual de ensino. Maiores informações podem ser acessadas pelo site: formacoes.sedu.es.gov.br, em que consta portaria, diretrizes, formações, dentre outras iniciativas da Secretaria neste âmbito.

pírito Santo. Em 2024, a formação foi justificada pelo processo de expansão do trabalho da APOIE na rede pública estadual de educação básica, que se consolidou com a criação da Gerência da APOIE e a inserção de psicólogos e assistentes sociais nas unidades escolares em 2023. Esta terceira edição buscou capacitar os profissionais da APOIE alocados nas três instâncias: escolas, SREs e Unidade Central, bem como os profissionais dessas categorias que atuam nas Secretarias de Educação dos municípios, conforme ocorridas nas edições anteriores.

Em 2024, a Formação foi realizada como resposta ao processo de expansão do trabalho da APOIE, iniciado em 2023, com a criação da Gerência da APOIE e a inserção de psicólogos e assistentes sociais nas unidades escolares. A terceira edição da Formação teve como objetivo capacitar os profissionais da APOIE lotados nas três instâncias – escolas, SREs e Unidade Central – e também os profissionais dessas categorias que atuam nas Secretarias Municipais de Educação, seguindo o modelo implementado no ano anterior.

As Formações Iniciais, nos anos 2021 e 2022, abordaram no primeiro módulo a composição e estrutura organizacional da Secretaria de Estado da Educação do Espírito Santo e o histórico institucional da APOIE na SEDU, considerando a Portaria nº108, de 08 de novembro de 2019, e as diretrizes gerais de atuação, contemplando os Eixos “Prevenção e Diálogos” e “Apoio, Acolhimento e Orientações”.

O módulo dois apresentou a estrutura organizacional e atribuições das equipes das Superintendências Regionais de Educação e unidades escolares, trazendo ainda os fluxos de trabalho das equipes APOIE integrado às instâncias da política de educação. O terceiro módulo se dedicou ao estudo dos Sub-sídios e Referências Técnicas de atuação de assistentes sociais e psicólogos na educação básica, abarcando documentos, marcos legais, códigos de ética e normativas produzidas pelos Conselhos Federais e Regionais de Psicologia e Serviço Social.

O penúltimo módulo tratou do apoio às práticas escolares discorrendo acerca da Política de Prevenção do Abandono e Evasão Escolar, bem como sobre procedimentos, legislações e protocolos para Notificação de Violências, apon-

tando também estratégias possíveis de serem efetivadas no ambiente escolar como escuta, acolhimento, encaminhamento à rede de proteção, dentre outros. Já o quinto e último módulo, tinha como base abarcar as Competências Socioemocionais no Ambiente Escolar, a partir do que preconiza a Base Nacional Comum Curricular, discorrendo sobre aspectos do componente curricular Projeto de Vida e itinerários formativos. O módulo trouxe ainda conceitos e princípios da abordagem denominada Comunicação Não Violenta, que apresenta componentes relacionados às intervenções das equipes APOIE.

A edição de 2024 contou com quatro módulos. O primeiro abordou as perspectivas de atuação da psicologia e do serviço social na educação básica, destacando marcos legais, subsídios e referenciais técnicos. O segundo aprofundou a discussão sobre o trabalho da APOIE, explorando seus objetivos, a composição das equipes, o histórico de atuação na Secretaria de Estado da Educação do Espírito Santo, e temas como legislações, eixos de trabalho, painel de indicadores, entre outros aspectos relevantes.

No terceiro módulo, foi apresentado o organograma geral da SEDU, das SREs e das unidades escolares, juntamente com as atribuições básicas de cada instância. Além disso, foram discutidos programas e projetos integrados à atuação das equipes APOIE, assim como momentos estratégicos do ano letivo escolar, com o objetivo de fortalecer a interface de trabalho. Por fim, o quarto módulo explorou as relações sociais e a convivência no contexto educacional, abordando situações de violência e a forma como essas questões são tratadas nas políticas educacionais. Também foram destacados temas como competências socioemocionais, o novo ensino médio, projeto de vida e protagonismo juvenil.

Os webinários, organizados pelas técnicas e técnicos da APOIE, contaram com a participação de profissionais de diversas Gerências da SEDU e representantes da Rede Intersetorial. Esses encontros promoveram diálogos aprofundados sobre os temas dos módulos, complementando a leitura de conteúdos disponibilizados na plataforma e ampliando a compreensão por meio de debates. Entre os convidados, destacaram-se docentes de serviço social e psicologia da Universidade Federal do Espírito Santo, representantes da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (ABRABEE), membros

dos Conselhos Regionais das respectivas categorias, integrantes de grupos de estudos e pesquisas em educação, profissionais da Vigilância Epidemiológica, além de representantes da própria SEDU, como as Gerências de Educação de Jovens e Adultos (GEEJA) e de Educação Antirracista, do Campo, Indígena e Quilombola (GEACIQ).

A primeira Formação Inicial da APOIE atingiu cerca de trinta técnicos das equipes APOIE-SRE, promovendo, além da capacitação, um diálogo e integração com profissionais da Secretaria de Educação e outras políticas públicas. A segunda edição, realizada em 2022, ampliou esse alcance para os servidores municipais e estaduais, fortalecendo a qualidade do trabalho prestado pelos profissionais na rede educacional e fortalecendo o desenvolvimento teórico e técnico das práticas psicossociais. Já em 2024, a formação contou com mais de quinhentos profissionais da educação inscritos, os quais, em sua maioria, avaliaram positivamente a qualidade e a relevância do ciclo formativo para suas práticas. Além disso, trouxeram sugestões de novas temáticas e abordagens a serem exploradas nas futuras edições da formação.

A APOIE conta com parcerias essenciais, como o CEFOPE, a VIVESCER e o GE-PEM, que desempenham um papel significativo na continuidade do processo de formação dos técnicos de psicologia e serviço social. Essas parcerias promovem um trabalho comprometido com os direitos humanos e a diversidade, evoluindo para a prevenção e o enfrentamento de violências, desigualdades e opressões. O foco dessa atuação é a escola, entendida como um espaço de acolhimento e proteção, dedicado ao desenvolvimento integral dos indivíduos.

Vinculada ao Instituto Península, a VIVESCER é uma organização social que atua na área educacional, a partir da oferta de formação para professores e profissionais da educação através de plataforma *on-line*²⁵. Dentre os cursos disponibilizados por essa instituição, destacam-se dois que foram indicados às equipes APOIE: “Acolhimento e Bem-estar na sala de aula”, que abordaremos com maior ênfase adiante e se debruça sobre a cultura de acolhimento

²⁵ Disponível em: <<https://vivescer.org.br/>>. Acesso em: 29 de Janeiro de 2024.

na escola, seus princípios e possibilidades de ferramentas a serem utilizadas neste contexto. A formação “Como reduzir conflitos na escola” se dedica aos principais desafios relacionados à convivência no cotidiano escolar, bem como instrumentos para intervenção com foco na aprendizagem e respeito às diferenças.

A interlocução da APOIE com a VIVESCER iniciou-se em 2020, através do incentivo aos profissionais de educação da rede estadual para realização dos cursos sobre os temas corpo, mente, emoção e propósito disponíveis na plataforma da instituição. Além disso, entre 2021 e 2022, a equipe da APOIE-Central à época (assistente social, psicóloga e pedagoga) participou junto ao CEFOPE de capacitações com profissionais da educação de diversos Estados do País.

O Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Moral (GEPEM) reúne pesquisadores de diversas instituições acadêmicas e de pesquisa, incluindo universidades públicas, privadas e fundações externas à educação. Suas linhas de pesquisa focam nas relações interpessoais no ambiente escolar. Em novembro de 2022, com a articulação do Instituto Unibanco²⁶, a APOIE reuniu uma parceria com o GEPEM, reforçando os esforços de prevenção junto à comunidade escolar do município de Aracruz, Espírito Santo, após o ataque ocorrido nas escolas da região de Coqueiral de Aracruz. As atividades realizadas no âmbito dessa parceria incluíram círculos de diálogos, acolhimentos individuais e coletivos, reuniões e outros momentos que promoveram a construção de um ambiente de cuidado, participação social e ressignificação do espaço escolar após o ocorrido.

Em janeiro de 2023, o GEPEM propiciou capacitação sobre “Introdução à Justiça Restaurativa” às equipes APOIE que atuavam na Unidade Central e Superintendências Regionais de Educação. A formação contou com sete módulos, abarcando temáticas como histórico, conceitos, princípios, valores da Justiça Restaurativa, tipos de práticas, capacitação de facilitadores de círculos e Comunicação Não Violenta. Além disso, a formação explorou a expressão de senti-

²⁶ O Instituto Unibanco foi criado em 1982 e propõe-se a atuar na perspectiva de contribuir com a educação pública no Brasil por meio da gestão educacional. Para saber mais, consultar: <<https://www.institutounibanco.org.br/>>. Acesso em: 29 de Janeiro de 2024.

mentos como fundamento de relações de qualidade, bem como a participação da comunidade e da rede intersetorial na construção das práticas circulares.

Em março de 2022, a APOIE integrou o Painel Virtual “A escola na Linha de cuidado: práticas de enfrentamento às situações de violência contra meninas e mulheres no ambiente escolar”,²⁷ organizado pela Secretaria Estadual de Direitos Humanos do Estado, através da Subsecretaria de Políticas para as Mulheres e Secretaria Estadual de Educação. A atividade foi parte da programação elaborada no mês de março em alusão ao Dia Internacional da Mulher “Vozes que Ecoam: Mulheres pelo direito de re(existir)”.

Figura 1: Cartaz painel virtual- março mês das Mulheres



Fonte: Site Sedu, 2022²⁸.

Em janeiro de 2023, a APOIE integrou a formação ofertada ao Projeto Agente de Integração Escolar (PAIE), trabalho que tem como premissa a aproximação entre estudante, escola, família e comunidade, visando minimizar os índices de reprovação, evasão e abandono escolar, e atuando para permanência estudantil no ambiente escolar e estreitamento dos vínculos junto a esta comunidade. Na ocasião, a participação da APOIE consistiu na condução do diálogo acerca da trajetória da APOIE, intersetorialidade e saúde mental.

²⁷ Para assistir ao painel, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=GaNojU_dy28>. Acesso em: 29 de janeiro de 2024.

²⁸ Disponível em: <<https://sedu.es.gov.br/Not%C3%ADcia/sedu-e-sedh-promovem-live-para-discutir-violencia-contra-meninas-e-mulheres>>. Acesso em: 29 de janeiro de 2024.

Figura 2: Formação Agentes de Integração Escolar 2022



Fonte: Acervo da Sedu (2022).

Em maio de 2023, a gerente da APOIE participou como palestrante de formação²⁹ organizada para professores ingressantes da Rede Pública Estadual. Durante a apresentação, refletiu sobre como o acolhimento, a escuta e a empatia auxiliam no bem-estar profissional, também sobre a importância da vulnerabilidade e disponibilidade para conexões. Além disso, explicou acerca da atuação da APOIE e importância da escola como parte da rede de garantia e proteção de direitos à criança e do adolescente.

²⁹ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Gmcgl_GY1RQ&list=PLWe4y8DEjjeY2cvcdha76kP4Xc0-FMjX&index=10>. Acesso em: 11 de Janeiro de 2024.

Figura 3: Formação profissionais ingressantes, 2023.



Fonte: Acervo da Sedu (2023).

Em julho de 2023, a APOIE contribuiu na Formação para Cuidadores da Rede Pública Estadual, ministrando uma palestra no webinar “O acolhimento do aluno com necessidades especiais”. Na ocasião, abordou-se o papel da APOIE, destacando o acolhimento como uma prática cultural e a escuta ativa como uma ferramenta essencial no processo de acolhimento escolar. A formação foi estruturada em cinco módulos que trataram de temas como inclusão escolar, acessibilidade, emancipação e a apresentação de boas práticas relacionadas ao contexto de acolhimento de estudantes com necessidades especiais.

Figura 4: Formação para cuidadores



Fonte: Acervo da Sedu (2023).

As equipes APOIE da Unidade Central da SEDU e Superintendências Regionais de Educação participaram do Seminário³⁰ de Implementação da Lei 13.935/2019, ocorrido em agosto de 2022. O evento foi organizado pelo Conselho Regional de Psicologia da 16ª região e contou com a participação do Conselho Regional de Serviço Social da 17ª Região, representantes da UFES e outros oradores. O evento propôs debater a inserção dos profissionais de serviço social e psicologia nas redes públicas de educação básica. A APOIE esteve presente na mesa intitulada “A experiência da prestação de serviços de psicologia e de serviço social na educação básica”.

Figura 5: Seminário Desafios de Implementação da Lei 13.935/2019



Fonte: Site Sedu, 2022.

Em novembro de 2022, ocorreu o I Encontro dos Núcleos Estaduais de Apoio Pedagógico à Inclusão Escolar - NEAPIEs³¹, que são estruturas de apoio à implementação de políticas de educação inclusiva, atuando como parceiros no trabalho pedagógico desenvolvido nas escolas estaduais, por meio da oferta de capacitação aos profissionais da educação e da produção de materiais. A psicóloga da APOIE da Unidade Central e equipe APOIE da SRE Vila Velha

³⁰ Disponível em: <SEDU - Sedu participa de seminário sobre serviços de Psicologia e Serviço Social na Educação Básica> e <https://crp16.org.br/crp-16-faz-discussao-sobre-desafios-da-implementacao-da-lei-13-935-2019/>. Acesso em: 11 de Janeiro de 2024.

³¹ Disponível em: <<https://sedu.es.gov.br/Not%C3%ADcia/sedu-realiza-1o-encontro-dos-nucleos-estaduais-de-apoio-pedagogico-a-inclusao-escolar-neapias>>. Acesso em: 11 de Janeiro de 2024.

compuseram debate com o título “Emoções no cotidiano de trabalho: escutar, compreender e conviver”, que tangenciou as temáticas de saúde mental no espaço laboral, acolhimento e escuta.

Figura 6: I Encontro dos Neapies



Fonte: Acervo da Sedu, 2022.

O I Encontro Estadual de Pesquisa do Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Serviço Social na Educação (GEPESSSE), vinculado aos Programas de Pós Graduação em Serviço Social da UNESP, UERJ e UFBA, aconteceu de maneira remota entre os meses de agosto e setembro de 2023. Teve como tema “Tendências do Trabalho de Assistentes Sociais na Educação Básica Pública no Brasil”. A APOIE marcou presença no evento compondo a mesa “Experiências profissionais do Serviço Social na Educação Básica no Estado do Espírito Santo”, realizada no dia 17 de agosto.

Figura 7: I Encontro Estadual e Pesquisa do GEPESS - Tendências do trabalho de assistentes sociais na Educação Básica pública no Brasil

I ENCONTRO ESTADUAL DE PESQUISA DO GEPESS
TENDÊNCIAS DO TRABALHO DE ASSISTENTES SOCIAIS NA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA NO BRASIL

ESPIRITO SANTO
16 e 17 de agosto
19h às 21:30h
Inscrições abertas!
(bit.ly/431huja)

REALIZAÇÃO
unesp, CAPES, CNPq, FAPESP, ABEPPS, EPOIE

APOIO
CAPES, CNPq, FAPESP, ABEPPS, EPOIE

PROGRAMAÇÃO

16/08 QUARTA
Coordenação: Silvio Salazar (Prof. UFES)
19h
Mesa de Abertura
• Emily Marques (CFESS)
• Hingridy Fassarella (CRESS-ES)
• Juliana Iglesias Melim (ABEPSS Regional Leste)
19h10
Apresentação do GEPESS e da Pesquisa
"Tendências do trabalho de assistentes sociais na Educação Básica pública no Brasil"
• Ney Teixeira (UERJ)
19h25
Palestra
Tema: Os desafios da Educação Básica no estado do Espírito Santo
• Gilde Cardoso
20h10
Debate
21h20
Informes
21h30
Encerramento

17/08 QUINTA
Coordenação: Fernanda Meneghini (Assistente Social - UFES)
19h
Abertura
• Ney Teixeira (UERJ)
19h10
Experiências do Serviço Social na Educação Básica no ES
19h10 - Ylana Barbosa e Jeane Franco (Equipe Multiprofissional - Município de Cariacica)
19h30 - Marcia Saldanha Moreira (Gerência Saúde, Educação e Prevenção - Município de Vila Velha)
19h50 - Mislene Santos de Souza Moraes (Gerência de Ação Psicossocial e Orientação Interativa - Secr. Estado ES)
20h10
Debate
21h20
Informes
21h30
Encerramento

Fonte: Site I Encontro Estadual GEPESS³².

A APOIE também participou, em outubro de 2023, do XVII Fórum Estadual Extraordinário da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME) através de contribuição na mesa "O impacto dos conflitos e violência doméstica contra crianças e adolescentes na aprendizagem". O evento contou com a participação do Ministério Público e Secretaria Municipal de Educação de Vitória.

Figura 8: XVII Fórum Estadual Extraordinário UNDIME-ES

XVII Fórum Estadual Extraordinário da UNDIME-ES

O IMPACTO DOS CONFLITOS E VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES NA APRENDIZAGEM

A ATUAÇÃO DA AÇÃO PSICOSSOCIAL E ORIENTAÇÃO INTERATIVA ESCOLAR APOIE

Fonte: Acervo da APOIE, 2023.

³² Disponível em: <https://www.even3.com.br/iencontroestadualepesquisa_gepesse/>. Acesso em 29 de Janeiro de 2024.

6.3 PUBLICAÇÕES

6.3.1 DISTANTES, MAS PRESENTES: PRÁTICAS QUE APROXIMAM

O surgimento da pandemia de Covid-19 culminou na necessidade de suspensão das aulas presenciais em 2020³³, consequentemente, na implementação do ensino remoto por meio do uso de tecnologias digitais e/ou material impresso. Considerando os desafios do isolamento social, as escolas desenvolveram ações e projetos com o objetivo de fortalecer o vínculo entre os membros da comunidade escolar, integrando família, profissionais e estudantes.

Com o intuito de conhecer e promover maior visibilidade às atividades supracitadas, a APOIE organizou o registro dessas ações e projetos através da publicação do e-book³⁴ “Distantes, mas presentes: práticas que aproximam”. Cada capítulo discorre sobre práticas pedagógicas visando mitigar os impactos da suspensão das aulas presenciais e da pandemia, bem como oportunizar a construção de novas formas de se aproximar no contexto de distanciamento físico. Entre as iniciativas destacam-se a Gincana Cultural, o Programa Papos e Ideias, os Bilhetes a um Amigo e a Revista de Ciências Humanas. Essas ações e experiências educativas consideraram as diferentes necessidades e realidades dos estudantes naquele contexto atípico e desafiador, buscando fomentar a empatia e o cuidado de si e do outro. Dessa forma, trouxeram as emoções e sentimentos para o centro da educação, permitindo a comunicação sobre esses temas e evidenciando que a experiência coletiva interfere na pessoal, e vice-versa.

Através da parceria APOIE e VIVESCER, em 2022, foi realizada a publicação do livro “Distantes, mas presentes: práticas que aproximam” em versão impressa. Com lançamento realizado no auditório da SEDU, em 25 de maio de 2022, o evento contou com a participação do Secretário de Estado da Educação e Subsecretários, além de autores dos capítulos e estudantes que participaram das atividades apresentadas na obra literária.

³³ Disponível em: <<https://sedu.es.gov.br/Not%C3%ADcia/governador-anuncia-suspensao-das-aulas-da-rede-estadual-a-partir-desta-terca-17>>. Acesso em: 29 de Janeiro de 2024.

³⁴ Disponível em: <<https://APOIE.sedu.es.gov.br/distantes-mas-presentes>>. Acesso em: 29 de Janeiro de 2024.

Figura 9: Lançamento Livro Distantes, mas presentes



Fonte: Site Sedu, 2022.

6.3.2 DESCOMPLICA: CONHECENDO A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO DA APOIE

Figura 10: Guia de Organização trabalho APOIE



Fonte: Site APOIE.

O Descomplica é um material produzido em julho de 2023 pela Gerência de Ação Psicossocial e Orientação Interativa Escolar com vistas a facilitar a compreensão e o acesso às legislações e diretrizes que subsidiam o trabalho das equipes psicossociais na rede pública estadual de educação capixaba. A elaboração do documento ocorreu no processo de preparação para ampliação do serviço, em agosto de 2023, quando chegaram profissionais de psicologia e serviço social para atuação nas unidades escolares. O documento está organizado da seguinte forma: Linha do Tempo, Decreto de Criação da Gerência, Entregas da APOIE, Atribuições das Equipes, Mapa das Superintendências Regionais de Educação, Composição Funcional das SREs e Escolas, Distribuição e Contatos das Equipes, finalizando com a Rede de Atenção e Cuidado.

6.4 FORMAÇÃO “ACOLHIMENTO E BEM ESTAR EM SALA DE AULA”: UMA PARCERIA SEDU E VIVESCER

Podemos pensar o acolhimento a partir de suas dimensões ética, estética e política, enquanto atitude de reconhecer o outro em sua diferença e singularidade³⁵. Apresenta-se como ato de aproximação, um estar com, processo de escuta do outro, de suas demandas³⁶, de co-responsabilização diante daquilo que se escuta e do sujeito que fala, alçando coletivizar saberes e saídas possíveis diante das questões que se apresentam. Pressupõe, portanto, uma postura ética diante do outro e da vida.

O acolhimento pode ser compreendido de modo relacional, a partir do encontro³⁷ como elemento crucial para criação de estratégias coletivas que possibilitem a dignificação da vida (BRASIL, 2010). Este direcionamento envolve, no âmbito do trabalho, a reorganização de processos, a partir da descentralização e compar-

³⁵ Aqui tal especificidade - a diferença- merece ser celebrada além de respeitada, enquanto característica humana, que, ao mesmo tempo que nos aproxima nos distingue. O reconhecimento do outro como legítimo, como alguém que tanto ensina quanto aprende, numa relação dialética e dialógica, como ensina Freire.

³⁶ Dores, alegrias, modos de ser e estar no mundo.

³⁷ Aposta-se, sobretudo, nos vínculos constituídos nas relações, no processo de afetar e ser afetado, na potência da vivência coletiva, compartilhada com .

tilhamento de informações e decisões, o estímulo à participação e ao protagonismo dos vários sujeitos, projetando a efetivação de uma gestão democrática.

Utilizamos tal categoria-ferramenta, ancorados na Política Nacional de Humanização, que lança mão desta diretriz, afirmando não haver profissional específico para a realização do acolhimento, tampouco local ou hora, mas sim um modo de se colocar diante do outro e do mundo, um compromisso de nos co-responsabilizarmos pela resolução ativa dos problemas, enquanto sujeitos sócio-históricos e políticos, implicados com o que fazemos de nós mesmos e do mundo. Deve ser encarado, por isso, como exercício ético-político de todos e qualquer um, e não somente de alguns, desta ou daquela área, sendo, ao mesmo tempo, um desafio e horizonte a efetivação do acolhimento no dia a dia, enquanto prática cotidiana e de vida.

Deste modo, e considerando a relevância de fortalecer a escola enquanto espaço acolhedor para toda a comunidade escolar, a Secretaria de Estado de Educação do Espírito Santo (SEDU) ofertou formação sobre a implementação de uma cultura de acolhimento no espaço educacional, a partir da apresentação de um conjunto de práticas e instrumentos pedagógicas e de acolhimento.

A formação intitulada “Acolhimento e Bem Estar em Sala de Aula” foi um desdobramento da formação on-line homônima ofertada pela VIVESCER através de sua plataforma virtual³⁸, em parceria com as Gerências da APOIE e do CEFOPE.

Desta forma, este subcapítulo buscará apresentar a formação de formadores em *Acolhimento e Bem Estar em Sala de Aula* realizada pela SEDU, sua multiplicação nas Superintendências Regionais de Educação, bem como práticas de acolhimento efetuadas nas unidades escolares que tiveram a intencionalidade de implementar e difundir a cultura de acolhimento. Tal escrita pretende divulgar o trabalho desenvolvido pelas equipes APOIE, em parceria com a VIVESCER, no âmbito da efetivação de uma cultura de acolhimento, bem como vislumbrar a organização de Guia de Práticas de Acolhimento, compilando ações desenvolvidas nesta rede pública de ensino.

³⁸ Disponível em: <<https://vivescer.org.br/sobre-as-jornadas/acolhimento-e-bem-estar-na-sala-de-aula/>>

6.4.1 FORMAÇÃO INICIAL G-APOIE, CEFOPE e VIVESCER PARA OS TÉCNICOS DE REFERÊNCIA DAS SREs

Como objetivo geral, a formação visou fortalecer a implementação de uma cultura de acolhimento nas escolas da rede, com vistas à transformação das complexas relações sociais e do desenvolvimento humano da comunidade escolar em sua integralidade, através do compartilhamento de práticas pedagógicas e de acolhimento.

Dentre os objetivos específicos da formação, apontam-se:

- Apresentar diretrizes para o acolhimento escolar enquanto prática pedagógica e sua contribuição para o desenvolvimento integral e o bem-estar escolar;
- Avançar na compreensão sobre a diferença entre ações pontuais de acolhimento e a constituição de uma cultura de acolhimento no contexto escolar;
- Promover reflexão acerca das diferenças entre o papel do professor e dos profissionais de saúde mental no acolhimento de estudantes;
- Promover entendimento acerca da escuta qualificada e do diálogo para as aprendizagens e a mitigação de conflitos na escola;
- Socializar e escutar a respeito de práticas e ferramentas de acolhimento no âmbito pedagógico, seus funcionamentos e possíveis caminhos para implementação no contexto escolar;
- Possibilitar o diagnóstico e elaboração de planos de ações, a partir da realidade de cada superintendência regional de educação, vislumbrando a construção de estratégias para implementação de práticas de acolhimento;
- Favorecer a compreensão sobre as redes de apoio internas e externas à escola, com vistas ao empoderamento e acolhimento dos atores escolares.

Assim, os conteúdos abordados na formação circunscreveram o contexto educacional nacional e capixaba, o conceito de cultura de acolhimento, envolvendo a compreensão acerca dos princípios ético, estético e político de acolhimento, a diferenciação entre acolhimento psicológico e pedagógico, escuta qualificada, categorização de redes de apoio, ferramentas de acolhimento, além de momento de planejamento para elaboração de práticas a partir da realidade local de cada superintendência.

A formação ocorreu entre nos dias 19 e 20 de fevereiro de 2024, na Grande Vitória, com carga horária total de 16 horas. O público-alvo incluiu os profissionais da APOIE da Gerência e SREs, além os técnicos referência de Ações e Projetos e do CEFOPE que atuam nas Superintendências, Ao total, foram ofertadas 95 vagas.

No primeiro dia, a formação teve como objetivo discutir o contexto educacional nacional e estadual na contemporaneidade, utilizando a dinâmica “Café Mundial”. Também foram abordados os Princípios Norteadores do acolhimento (ético, estético e político), as diferenças entre ações de acolhimento e a implementação de uma cultura de acolhimento.

Houve uma reflexão sobre os Níveis de Escuta e o conceito de escuta ativa e qualificada. Além disso, foi apresentada a categoria-instrumento roda de conversa e conceituadas as redes de apoio, com uma dinâmica que permitiu aos participantes discutir a relação da Escola com o Sistema de Garantia de Direitos.

No segundo dia, dialogou-se sobre práticas e ferramentas de acolhimento, bem como dos desafios para sua efetiva implementação. No turno vespertino, os técnicos de cada SRE se reuniram para realização de uma oficina, com objetivo de planejar os momentos formativos e ações a serem desenvolvidas nas SREs e escolas de sua jurisdição, como forma de replicação e desdobramento deste momento formativo.

A formação pôde potencializar os profissionais da educação capixaba ao possibilitar acesso a informações, reflexões e trocas acerca do cenário educacional, corroborando a construção conjunta de estratégias para lidarem com

os desafios laborais encontrados no dia a dia escolar. Para além da exposição dos conteúdos, o desenvolvimento de metodologia dialógica em grupos permitiu maior circulação da palavra e debate entre os participantes, potencializando a integração entre o grupo e o envolvimento dos participantes na formação como um todo.

Na mesma direção, reafirmou a aposta na tessitura de relações sociais que fortaleçam vínculos afetivos e pedagógicos de pertencimento e acolhimento no ambiente escolar. Neste sentido, os servidores puderam relatar o despertar para um olhar cada vez mais atento e empático à diversidade dos estudantes e suas demandas no contexto escolar. Em *Pedagogia da Autonomia*, Freire afirma a indispensabilidade da amorosidade para o educador em seu próprio processo formador e na relação com os educandos. A amorosidade ali apontada pode ser compreendida a partir de uma postura ética diante do outro e do mundo, como ato de escutar e acolher o sujeito, utilizar o diálogo e partir da realidade.

Podemos considerar ainda, ao pensarmos o processo de ensino e aprendizado, o trabalho de contribuir com o desenvolvimento integral do sujeito e portanto, de suas habilidades e potencialidades, o fortalecimento do pensamento crítico, de modo a provocar indagações para a construção de respostas e a fomentar o entendimento deste sujeito enquanto agente de transformação da realidade.

Como desdobramento deste momento, foi pactuada a realização, entre os meses de março e abril, da replicação da formação por parte das equipes SREs junto às equipes das unidades escolares, contemplando prioritariamente os profissionais APOIE-ESCOLA, coordenadores pedagógicos, pedagogos, e professores coordenadores de área. Serão feitas as adequações necessárias para cada realidade, garantindo a autonomia de cada equipe na análise e construção desse espaço, de modo a manter o conteúdo base.

Posteriormente, entre os meses de maio e dezembro, foi indicada a execução de práticas de acolhimento junto à comunidade escolar. Essas ações poderão ter como público-alvo professores, estudantes, pedagogos, familiares e demais profissionais e atores que compõem o espaço escolar. A gestão e

organização dessas práticas ficarão a cargo dos participantes da escola que receberam a formação, em conjunto com a equipe gestora e pedagógica da unidade, de modo que possam abranger todo o ano letivo e atender à diversidade da comunidade escolar.

Assim, é necessário afirmar a escola como um espaço que já vem produzindo práticas, ações e relações que impulsionam o respeito, a camaradagem, o acolhimento e a escuta, mesmo antes do momento formativo. No entanto, a escola também reproduz e é cenário de situações de violências e preconceitos, uma vez que se apresenta como um dos âmbitos da vida social. Ao fim, o objetivo da elaboração deste processo formativo foi potencializar práticas que fomentem a construção de uma cultura de acolhimento no ambiente escolar, destacando a importância da continuidade desse exercício no cotidiano.

Importa dizer também, que, conforme o fluxo de trabalho instituído por esta Secretaria, os técnicos da Unidade Central, da G-APOIE e CEFOPE tiveram a atribuição de acompanhar, contribuir e monitorar o desenvolvimento destes momentos formativos nas SREs. De modo semelhante, as equipes das SREs tiveram a função de colaborar com tal construção, podendo trazer sugestões às propostas a serem efetuadas nas escolas, sendo parte deste processo. O organograma da SEDU aponta o entendimento de que, embora existam níveis programáticos distintos, os diferentes profissionais atuam com o mesmo objetivo final: garantir o direito à educação integral das e dos estudantes, por meio do acesso, permanência e aprendizagem (SEDU, 2023).

6.4.2 MULTIPLICAÇÃO: TÉCNICOS DE REFERÊNCIA DAS SRES PARA EQUIPES ESCOLARES

A replicação da Formação "Acolhimento e Bem-estar na Sala de Aula" pelas equipes das Superintendências Regionais de Educação ocorreu entre os meses de março e abril de 2024 e teve como público prioritário profissionais APOIE-ESCOLA, coordenadores pedagógicos, pedagogos, e professores coordenadores de área (PCAs).

Durante os encontros, foram abordadas estratégias e práticas para fortalecer o acolhimento escolar, que visa promover um ambiente educacional acolhedor e inclusivo do início ao fim do ano letivo. As atividades foram desenvolvidas de maneira dinâmica, permitindo a troca de experiências e a construção de conhecimento coletivo sobre o tema.

Região Norte



SRE BARRA DE SÃO FRANCISCO

Data: 07/04/2024

Local: CEEFMTI João XXIII - Barra de São Francisco/ES

Participantes: 50



SRE SÃO MATEUS

Data: 28/03/2024

Local: CEEFMTI Marita Motta Santos - São Mateus/ES

Participantes: 59



SRE NOVA VENÉCIA

Data: 26/04/2024

Local: EEEFM Antônio dos Santos Neves - Boa Esperança/ES

Participantes: 45



SRE LINHARES

Data: 30/04/2024

Local: Superintendência Regional de Educação de Linhares

Participantes: 59



SRE COLATINA

Data: 27/06/2024

Local: Formato *on-line*

Participantes: 80

Região Sul

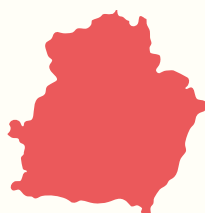


SRE AFONSO CLÁUDIO

Data: 17/04/2024

Local: FORMATO *ON-LINE*

Participantes: 52

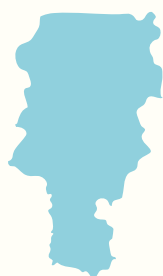


SRE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM

Data: 22/03/2024

Local: EEEFM Liceu Muniz Freire - Cachoeiro de Itapemirim/ES

Participantes: 89



SRE GUAÇUÍ

Data: 01/04/2024 e 11/04/2024

Local: EEEFM Antonio Carneiro Ribeiro - Guaçuí/ES

Data: 04/04/2024 e 22/04/2024

Local: CEEFMTI Henrique Coutinho - Iúna/ES

Participantes: 121

Região Metropolitana



SRE VILA VELHA

Data: 26/04/2024

Local: CEEMTI Prof. Maura Abaurre - Vila Velha

Participantes: 48

Data: 29/04/2024

Local: CEEMTI Paulo Freire - Anchieta

Participantes: 81



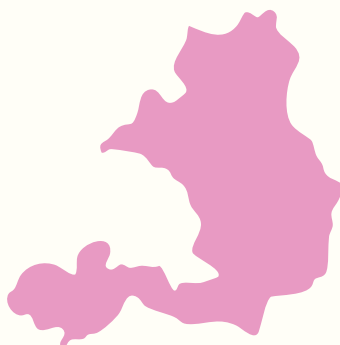
SRE CARAPINA

Datas: 29/04/2024 e 30/04/2024

Participantes 1º Encontro: 64

Participantes 2º Encontro: 99

Local: Superintendência Regional de Educação de Carapina - Vitória/ES



SRE DE CARIACICA

Data: 27/03/2024

Participantes: 35 Coordenadores Pedagógicos

Local: EEEFM Hunney Everest Piovesan

Data: 01 e 15/04/2024

Participantes: 49 Pedagogos do turno matutino

Local: EEEFM Hunney Everest Piovesan

Data: 02 e 16/04/2024

Participantes: 42 pedagogos do turno vespertino

Local: EEEFM Hunney Everest Piovesan

Data: 20 e 21 de maio

Participantes: 41 profissionais da SRE de Cariacica

Local: CEEMTI Professora Maria Penedo

Data: 10 de julho

Participantes: 46 líderes estudantis.

Local: CEEFMTI Professor José Leão Nunes

6.4.3 PRÁTICAS MULTIPLICADORAS DE ACOLHIMENTO: EQUIPES ESCOLARES PARA UNIDADES ESCOLARES

ASSEMBLEIAS ESCOLARES

Teyliana Ribett Tavares - Assistente social da equipe APOIE-ESCOLA

Juliana Da Silva Vieira - Psicóloga da equipe APOIE-ESCOLA

Com o objetivo de discutir questões relevantes para a comunidade escolar, tomar decisões, compartilhar informações e promover a participação da comunidade na vida escolar, a equipe APOIE-ESCOLA do município de Santa Teresa/ES, vinculada à SRE de Carapina, realiza quinzenalmente assembleias escolares³⁹ com estudantes do 6º e 7º anos na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Pinto Coelho e com estudantes do 8º ano na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Frederico Pretti.

Os temas abordados nas assembleias são escolhidos e debatidos pelos estudantes através de dinâmica que envolve a confecção de cartazes que expres- sam críticas, felicitações e sugestões sobre o assunto e realidade trabalhada.

As assembleias escolares são uma oportunidade para exercitar a democracia participativa, podendo ajudar os alunos a desenvolver habilidades de liderança, comunicação e resolução de problemas, além de promover um senso de responsabilidade e pertencimento à comunidade escolar. A metodologia de assembleias estava presente no conteúdo compartilhado pela Formação ofertada pela Sedu em parceria com a VIVESCER⁴⁰.



Fonte: acervo da SEDU, 2024

³⁹ Sobre as assembleias escolares, saiba mais: <<https://www.youtube.com/watch?v=-FYwCTsz3-k>>. Acesso em: 27 de dez. de 2024.?

⁴⁰ Para saber mais, acesse: <<https://www.youtube.com/watch?v=kHiXCSIHGew>>. Acesso em: 27 de dez. de 2024.

DINÂMICA DO NÃO ACOLHIMENTO

Alba da Silva Barbosa - Assistente Social da equipe APOIE-ESCOLA

Desenvolvida na Jornada de Planejamento Pedagógico em maio de 2024 com profissionais da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio São José, em Dorés do Rio Preto⁴¹, vinculada a SRE de Guaçuí, a dinâmica consistia em recepcionar os servidores da escola de forma fria, seca e objetiva, para, em seguida, vivenciar a mudança para um ambiente caloroso, acolhedor e amistoso, de modo a demonstrar a importância do acolhimento diário, genuíno e como este impacta na criação de vínculo e pertencimento.

Posteriormente, a equipe APOIE realizou com os profissionais diálogo sobre comunicação não violenta (CNV) e, como culminância, desenvolveu momento semelhante com os líderes de turma. A metodologia incluía uma recepção com música, balões, lanche, abraços e trocas de informações sobre a experiência ao longo dos dias, além da revelação do objetivo da dinâmica.

A ação destacou a importância da comunicação assertiva, empática e acolhedora entre a equipe, reforçando sua influência no clima e no sentimento de pertencimento no ambiente escolar. Os profissionais relataram o impacto do comportamento no ambiente de trabalho e nos alunos, refletindo nas relações de ensino-aprendizagem e no vínculo estabelecido.

A ação promoveu crescimento pessoal e profissional por meio de reflexões e do fortalecimento das relações interpessoais entre os participantes, com reflexos positivos percebidos posteriormente na rotina escolar entre professores e estudantes.



Fonte: acervo da SEDU, 2024

⁴¹ A dinâmica foi realizada em todas as escolas vinculadas a SRE Guaçuí.

ASSEMBLEIAS DE CLASSE

Samya Lievore Zanotelli - Psicóloga da equipe APOIE-ESCOLA

Maria Luiza Cardoso Rangel - Assistente social da equipe APOIE-ESCOLA

Na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Manoel Rosindo da Silva, no município de Guarapari/ES, vinculada à SRE de Vila Velha, foram desenvolvidas Assembleias de Classes com estudantes do 7º ano do Ensino Fundamental e 2ª série do Ensino Médio. Elas representam um momento institucional para o diálogo e a expressão, onde alunos e professores se reúnem para reflexão e conscientização, abordando questões pertinentes para a melhoria do ambiente escolar. Priorizam questões de relacionamento interpessoal, embora sua temática seja livre e derivada das críticas e elogios realizados no mês.

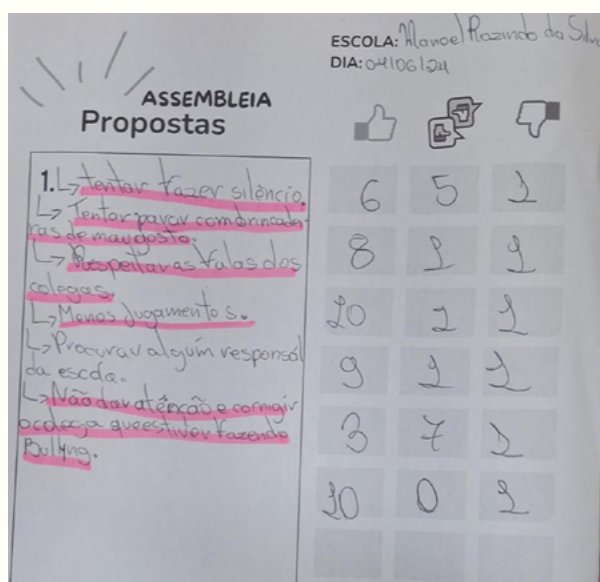
A proposta busca ampliar o desenvolvimento moral autônomo de alunos e professores, reduzir a incidência de violência e indisciplina no ambiente escolar, fomentando o senso de colaboração e cooperação entre os indivíduos envolvidos. Também busca posicionar o aluno como agente ativo e transformador das relações na escola, cultivando nele um senso de responsabilidade pelas interações estabelecidas dentro do ambiente escolar.

Ocorrem mensalmente, com duração de até duas aulas seguidas, em horário e dia definidos em consenso com a escola. Os questionamentos norteadores abordam o porquê e como ocorrem os eventos, e o que pode ser feito para evitá-los no futuro. Embora seja reconhecido que o conflito é inerente à natureza humana e não será eliminado pelas assembleias, estas são consideradas úteis para promover a reflexão sobre as ações individuais e coletivas e fornecer um espaço para resolução construtiva de conflitos.

A programação da Assembleia inclui a formação da mesa, momento em que são explicadas as funções de cada participante, seguido pela apresentação das urnas designadas para a coleta de papéis contendo os dizeres "Eu elogio" e "Eu critico". A 'coordenação' assume a condução da assembleia, solicitando à turma que escreva, individualmente e de forma anônima, críticas e elogios, que são depositados nas urnas. Os papéis são colados no quadro para discussão coletiva, com a turma, que escolherá um problema

específico para debater, seguido de inscrições para comentários e sugestões de resolução. As propostas são votadas e registradas em um cartaz na sala, concluindo a Assembleia com ênfase na importância do cumprimento dos acordos estabelecidos.

Em uma das turmas, os estudantes participaram ativamente, expressando opiniões e sentimentos. Muitas das críticas levadas pela turma envolviam preconceito, zoação, julgamento, barulho, conversas paralelas e bagunça e o quanto essas questões os incomodavam. Inicialmente, a equipe APOIE explicou a proposta e fez uma breve dinâmica. Posteriormente, foram identificados e debatidos, verbalmente, elogios e críticas à turma. Em outra turma, como elogios, trouxeram sua amizade e união, questão apontada e discutida em assembleia anterior. Com relação às críticas, reconheceram que a bagunça também é um problema, ainda que ponderando ser sinônimo de alegria e diversão para a turma, o que foi problematizado e discutido coletivamente, apontando o respeito e a necessidade de limites nas relações sociais desenvolvidas, inclusive no espaço escolar. Foi reforçado junto às turmas a importância dos acordos entre elas e com a escola, ensejando possíveis mudanças de comportamento.



Fonte: acervo da SEDU, 2024

CULTURA DE ACOLHIMENTO

Ana Paula Milanese Alves - Assistente social da equipe APOIE-ESCOLA

Sarah Louback Faustino - Psicóloga da equipe APOIE-ESCOLA

A equipe psicossocial atuante no Centro Estadual Integrado de Educação Rural de Boa Esperança, localizada no município de Boa Esperança/ES e vinculada à Superintendência de Educação de Nova Venécia, propôs a realização da Formação “Cultura de Acolhimento”. A proposta foi organizada em dois encontros e ocorreu no momento de reunião geral, junto aos profissionais, abarcando professores, equipe pedagógica, coordenadores, profissionais da limpeza e cozinha, diretor e demais membros da gestão da escola.

O primeiro encontro teve como metodologia explicitar o objetivo do encontro é integrar os participantes, aplicando a dinâmica Café Mundial, que permitiu discussões em grupos pequenos sobre o contexto educacional, seguida da dinâmica Vales e Montanhas, que valorizou o acolhimento enquanto valor fundamental a ser desenvolvido. O segundo encontro levou como reflexão a diferença entre a execução de ações de acolhimento e a construção a curto, médio e longo prazo de uma cultura de acolhimento. Desenvolveu também a dinâmica Continue a História, que buscou estimular a colaboração, seguida por um momento de debate, apontando a pertinência da comunicação assertiva. Foi explanado ainda acerca dos tipos de diálogo, com recurso de vídeo, e terminou com a criação de um mapa mental coletivo respondendo à pergunta: “Quais ações podem ser realizadas para uma cultura acolhedora?”.



Fonte: acervo da SEDU, 2024

CONHECENDO E APRESENTANDO O OUTRO

Érica de Jesus Silva - Psicóloga da equipe APOIE-ESCOLA

A equipe APOIE da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio São João Batista, de Cariacica/ES, promoveu a ação “Conhecendo e apresentando o outro”, que teve como público estudantes jovens protagonistas das 3ª séries.

A metodologia da atividade envolveu a formação de duplas para diálogo sobre perguntas que versavam sobre características, hobbies e demais hábitos que possibilitam saber sobre o outro. Foi orientado o compartilhamento das respostas de modo respeitoso aos gostos e identificações de cada um, sem julgamento de valor ou qualquer tipo. Posteriormente, foi solicitado que cada membro da dupla apresentasse o colega, trazendo para a roda as informações que aprenderam e consideravam relevantes, de modo que os demais estudantes pudessem também conhecê-lo. Nesse momento, foi estimulado que utilizassem a criatividade, podendo fazer uso de recursos como desenho, representações etc. Ao final, realizou-se uma reflexão em grupo para partilha das experiências.

Através da oferta de espaço e tempo para escutar o outro e saber sobre ele, os estudantes socializaram que tiveram a oportunidade de conhecer seus colegas, o que pode possibilitar uma melhor convivência durante o ano letivo. A ação atenta sobre a necessidade de abrir-se para interagir e construir relações sociais de respeito e amizade no espaço escolar, ainda que o outro seja diferente de você, considerando a potencialidade da troca e aprendizado com o outro. Junto a isso, foi reiterado o trabalho da dupla psicossocial na escola e sua inter-relação com a temática e a prática do acolhimento.



Fonte: acervo da SEDU, 2024

ACOLHIMENTO E BEM-ESTAR

Macksoara dos Passos Rosmam - Psicóloga da equipe APOIE-ESCOLA

A dupla psicossocial da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Primo Bitti, localizada em Aracruz/ES e vinculada a SRE Linhares, ofertou momento formativo para os profissionais da referida escola em abril de 2024.

O objetivo da formação foi proporcionar um espaço para estudo, capacitação e troca de experiências, além de implementar, no cotidiano escolar, práticas de acolhimento que promovam a construção de uma cultura de acolhimento. Dessa forma, espera-se que todos os sujeitos da escola possam exercer e sentir-se pertencentes e acolhidos.

A equipe avaliou o momento como leve, dinâmico e interativo, destacando que a formação impacta diretamente os alunos, pois, ao trabalhar constantemente a cultura de acolhimento e cultivar relações acolhedoras entre si, os profissionais contribuem para a criação de um ambiente escolar harmonioso. Isso, por sua vez, faz com que tanto os alunos quanto os próprios profissionais se sintam cada vez mais acolhidos no espaço escolar.



Fonte: acervo da SEDU, 2024

ACOLHIMENTO: UMA PRÁTICA NECESSÁRIA

Naira de Almeida Oliveira Avila - Psicóloga da equipe APOIE-ESCOLA

A oficina "Acolhimento: uma prática necessária" foi desenvolvida pela equipe APOIE- ESCOLA em parceria com a Coordenação Pedagógica na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Araribóia, em Pancas/ES, vinculada à Superintendência Regional De Educação de Colatina, no segundo semestre do ano letivo de 2024.

A prática abordou o acolhimento como temática principal e teve como público os professores, Secretaria Escolar, Terceirizados, Coordenador Escolar e Equipe Gestora. Teve como objetivo acolher os profissionais e refletir sobre o conceito de acolhimento através de escuta e orientação técnica, reforçando a importância deste nos diferentes ambientes da escola.

O momento foi organizado em três etapas. A primeira etapa incluiu uma dinâmica de recepção para os servidores, quando eles compartilharam como gostariam de ser acolhidos, com respostas como apertos de mãos, abraços, sorrisos e dança. Na segunda etapa, houve um diálogo sobre o acolhimento, baseado nas Diretrizes de Acolhimento de 2024. A terceira etapa apresentou um vídeo produzido pela equipe, que incluiu depoimentos de alguns membros da escola, respondendo às perguntas: "O que é acolhimento para você?", "Como os estudantes reagem ao seu acolhimento diário?" e "Como você gostaria de ser acolhido?".

De modo geral, relataram sobre o acolhimento como prática de respeito e humanidade, como ato dialético e recíproco de receber e abraçar o outro para que sintam-se bem vindo e querido, apontando ser um movimento exercitado pela escola.



Fonte: acervo da SEDU, 2024

ESPALHANDO AFETO PELA ESCOLA

Diana Pellanda Fagundes - Psicóloga da equipe APOIE-ESCOLA

Larissa De Jesus Teixeira Ferreira - Assistente social da equipe APOIE-ESCOLA

Na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Wilson Resende, no município de Cachoeiro de Itapemirim/ES, foi realizada uma ação que incentivava a gentileza, o respeito e a valorização na comunidade escolar.

A ação objetivou espalhar afeto por toda a escola de maneira simbólica e significativa, de modo a criar uma corrente de afeto que se espalharia ao longo do dia. Para tanto, a atividade consistiu na distribuição de rosas com mensagem de afeto, valorização de si, respeito e gentileza. Foi orientando que cada pessoa que recebesse uma rosa deveria passá-la adiante, acompanhada também de uma mensagem que pudesse simbolizar cuidado e afeto ao outro. Ao repassar a rosa, a pessoa deveria explicar que não poderia ficar com ela, incentivando o ato de continuidade de tal gesto.

Pôde-se perceber que a ação gerou impacto profícuo na comunidade escolar, que compartilhou atos e palavras de solidariedade, empatia, gratidão e outros. Avalia-se que foi um momento de afirmação da importância do cultivo de relações sociais de respeito e amizade e de contribuição com a autoestima e valorização dos sujeitos, bem como de união e colaboração do grupo. Muitos relataram terem se sentido tocados pela simplicidade e significado do gesto, também foi destacada a alegria e satisfação em ver a escola envolvida no fortalecimento de uma corrente de acolhimento, reforçando laços de respeito e amizade e a construção de uma cultura de paz.



Fonte: acervo da SEDU, 2024

INTEGRAÇÃO E CONVIVÊNCIA RESPEITOSA

Thiago Barreto Sales - Psicólogo da equipe APOIE-ESCOLA

Wanderleia de Deus Ferreira - Assistente Social da equipe APOIE-ESCOLA

Com o objetivo de fortalecer a integração e reflexão entre os profissionais da unidade escolar Alto Rio Possmosser, localizada em Santa Maria de Jetibá/ES, e vinculada à Superintendência Regional de Educação de Afonso Cláudio, a ação ocorreu na Jornada de Planejamento Pedagógico (JPP), tendo sido elaborada por dupla psicossocial da APOIE, a partir de solicitação da equipe gestora.

Na ocasião, os técnicos realizaram uma dinâmica que previa 04 momentos: relato de dificuldades, resolução das dificuldades, resolução das dificuldades do outro e avaliação das emoções. Além disso, abriu-se espaço para o diálogo sobre a profissão de cada qual e foi trabalhado sobre a importância de uma convivência colaborativa e respeitosa. A metodologia elaborada buscou criar um ambiente seguro e confortável para o compartilhamento de experiências profissionais, preservando o sigilo e o cuidado com os sujeitos e suas histórias.

Participaram da ação professores, equipe gestora e pedagógica, equipe de limpeza e de segurança, totalizando 46 profissionais, que foram subdivididos em três grupos para que fosse possível maior aproveitamento e interação entre os presentes. Como resultado, foi identificado que a ação possibilitou maior contato e interação entre a equipe, o que pôde ser percebido durante o decorrer dos dias no trabalho, ensejando uma aproximação entre os trabalhadores da escola e um clima escolar de qualidade, favorecendo o desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem.



Fonte: acervo da SEDU, 2024

PARADA REFLEXIVA: MEDITAÇÃO GUIADA E TROCAS

Liliane Fernandes Dos Santos – Assistente Social da equipe APOIE-ESCOLA

Janaele Santos Rocha - Psicóloga da equipe APOIE-ESCOLA

Na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Luiza Bastos Farias, localizada no município de Pedro Canário/ES e jurisdicionada à Superintendência Regional de Educação de São Mateus, foi realizado momento de acolhida e relaxamento aos professores e equipe pedagógica. Em um primeiro momento, a ação consistiu em uma dinâmica que solicitou a elaboração de cartas por parte de estudantes e da equipe gestora aos docentes.

O segundo momento ocorreu na Jornada de Planejamento Pedagógica (JPP), em maio de 2024, quando desenvolveu-se um momento de meditação guiada e, ao final, as cartas foram colocadas na frente de cada profissional, que podia ler e se emocionar com os escritos.

Posteriormente, foi promovido um círculo onde os participantes que desejassem poderiam ler suas cartas, falar sobre seus sentimentos e compartilhar suas experiências daquele momento. Alguns participantes expressaram alegria e gratidão pelo acolhimento, mencionando que se sentiram valorizados ao receber as mensagens de afeto dos colegas e alunos.

Eles também destacaram que, frequentemente, vivem no modo automático e não percebem ou recebem devolutivas dos alunos ou da gestão sobre o processo de trabalho. Naquele momento, sentiram-se importantes e coautores da educação no espaço escolar. As mensagens expressaram gratidão pelo trabalho desempenhado e ressaltaram a importância dos vínculos estabelecidos, reconhecendo que realizam pequenas transformações cotidianas na vida da comunidade escolar.



Fonte: acervo da SEDU, 2024

De modo geral, a ação foi considerada um momento proveitoso, de trocas e sensibilização, sendo encerrada com fala sobre a relevância de cada participante no contexto escolar e da diferença e impacto que eles podem causar na vida dos estudantes.

VALORIZAÇÃO HUMANA

Anna Paula Faria De Mello Sena - Psicóloga da equipe APOIE-ESCOLA

Meiry De Oliveira Verly Leite - Assistente Social da equipe APOIE-ESCOLA

Trabalhar a promoção da empatia é crucial para a formação de indivíduos mais respeitosos, contribuindo para o desenvolvimento da capacidade de compreender as emoções do outro de maneira sensível e sem preconceitos. Com tal objetivo, foi desenvolvida a ação Valorização Humana na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Governador Lindenberg, vinculada à Superintendência Regional de Educação de Barra de São Francisco. A ação ocorreu no turno matutino com o público estudantil das turmas de sétimos anos, tendo um total de 50 alunos, e consistiu na realização de roda de conversa sobre a temática Empatia e respeito: Por uma cultura com diversidade e sem preconceito.

O momento iniciou-se com a apresentação dos mediadores e dos objetivos da ação. Em seguida, foi aberto um diálogo com o suporte de slides para a apresentação de textos, vídeos e outros conteúdos abordando o tema proposto. A conversa abrangeu algumas perguntas e conceitos: "O que é empatia?", "Quais são os tipos de empatia?", "O que é respeito?", "O que é diversidade?", "O que é preconceito?".



Fonte: acervo da SEDU, 2024

Por fim, os alunos puderam construir um cartaz com post-its, com o objetivo de apontar o que é necessário para uma boa convivência entre as pessoas, assim como os possíveis resultados das práticas empáticas no cotidiano.

A ação contou com a colaboração dos professores e a participação ativa dos estudantes, que, por meio de comentários e relatos, refletiram sobre a efetividade da iniciativa. Eles destacaram a necessidade de selar um compromisso conjunto para o exercício cotidiano de empatia e respeito, tanto na sala de aula quanto na vida.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Política Nacional de Humanização. Brasília, 2010.

ESPÍRITO SANTO. Mapa Estratégico da Secretaria de Estado da Educação. Vitória: Secretaria de Estado da Educação do Espírito Santo, 2023. Disponível em: <https://sedu.es.gov.br/Media/sedu/pdf%20e%20Arquivos/MAPA%20ESTRAT%C3%89GICO%20SEDU.pdf>. Acesso em: 5 abr. 2024.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia. 1996. Disponível em: http://plataforma.redesan.ufrgs.br/biblioteca/pdf_bib.php?COD_ARQUIVO=17338. Acesso em: dez. 2024.

INSTITUTO PENÍNSULA. Disponível em: <https://www.institutopeninsula.org.br/>. Acesso em: dez. 2024.

VIVESCER. Curso Acolhimento e Bem Estar em Sala de Aula. Disponível em: <https://vivescer.org.br/>. Acesso em: nov. 2023.

GOVERNO DO ESTADO
DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria da Educação



apeie
AÇÃO PSICOSSOCIAL
E ORIENTAÇÃO
INTERATIVA ESCOLAR

APOIO

instituto
península





**PRISCILA MARIA DO
NASCIMENTO SOARES**

Psicóloga com especialização em Gestão Estratégica de Pessoas e em Psicologia Escolar e Educacional. Analista do Executivo efetiva da Secretaria de Estado da Educação do Espírito Santo (SEDU). Atualmente é Gerente da Ação Psicossocial e Orientação Interativa Escolar (APOIE) na SEDU.

IZABELA PINHEIRO CAMPOS

Graduada em Psicologia e Mestre em Psicologia Institucional pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Possui histórico de atuação como psicóloga clínica, e atuou na Gerência de Saúde do Sistema Penal na Secretaria de Estado da Justiça do Espírito Santo (SEJUS). Atualmente é Psicóloga da Gerência da Ação Psicossocial e Orientação Interativa Escolar (G-APOIE) na Secretaria de Estado da Educação do Espírito Santo (SEDU).




**MISLENE SANTOS
DE SOUZA MORAES**

Assistente Social formada em Serviço Social pela Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória (Emescam). Especialista em Políticas Sociais e Gestão em Saúde pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Atualmente é Assistente Social da Gerência da Ação Psicossocial e Orientação Interativa Escolar (G-APOIE) na Secretaria de Estado da Educação do Espírito Santo (SEDU).

AUTORES:

Amanda Stafanato Verediano
Erika Martins Senna Britto
Felipe do Carmo Menegone

Izabela Pinheiro Campos
Priscila Maria do Nascimento Soares
Sandra Katia dos Santos



Esta publicação, elaborada pela Gerência de Ação Psicossocial e Orientação Interativa Escolar (G-APOIE), tem como objetivo consolidar as práticas desenvolvidas pelos assistentes sociais e psicólogos da educação na rede pública de educação estadual capixaba, na Secretaria de Estado da Educação do Espírito Santo (SEDU).

Com foco na **Ação Psicossocial e Orientação Interativa Escolar (APOIE)**, o material orienta as práticas psicossociais nas unidades escolares, reforçando o compromisso ético-político com a educação e a garantia de direitos. O livro aborda a **história, metodologia e práticas** da APOIE, destacando as ações de prevenção, acolhimento e orientação nas escolas, e a articulação com outras políticas públicas. Também apresenta os resultados e conquistas da APOIE, ressaltando a importância do trabalho executado no período de 2019 a 2024 e suas contribuições para a política de educação.

As Diretrizes visam orientar e qualificar a atuação dos profissionais da educação capixaba, promovendo interseccionalidade entre as áreas da psicologia, serviço social e educação.

ISBN: 978-65-01-26882-8



APOIO

instituto
península

